

Universidades Lusíada

Neves, Catarina Sofia Pereira Carlos das, 1990

Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação

<http://hdl.handle.net/11067/3695>

Metadata

Issue Date 2017

Abstract O principal objectivo desta investigação é estudar e analisar a adaptação da arquitectura popular portuguesa aos dias de hoje, ao longo do território continental português. Procura-se entender o progresso da reabilitação em construções tradicionais, bem como a sua flexibilidade e adaptação aos programas e avanços construtivos actuais. Este tema, orientado para investigação de uma Dissertação de Mestrado de Arquitectura, estabelece quais foram as bases, os principais conteúdos e os problemas veri...

The main goal of this research is to analyse the adaptation of the Portuguese popular architecture to the present day, in Portugal continental. It tries to understand the evolution of rehabilitation in traditional construction and their flexibility and adaptation to new uses and current constructive advances. This theme belongs to a architecture master's thesis study, that establishes the bases, main contents, problems and the rehabilitation solutions detected throughout the constructive evolut...

Keywords Edifícios rurais - Reforma para outro uso, Edifícios rurais - Conservação e restauro - Portugal, Arquitectura vernacular - Portugal

Type masterThesis

Peer Reviewed No

Collections [ULL-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2022-11-30T12:11:35Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

**Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa
e sua adaptação**

Realizado por:

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientador: Prof. Doutor Arqt. Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira
Arguente: Prof. Doutor Arqt. Mário João Alves Chaves

Dissertação aprovada em: 15 de Dezembro de 2017

Lisboa

2017



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

Lisboa

Outubro 2017



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Reabilitação em contexto rural da arquitectura
popular portuguesa e sua adaptação

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

Lisboa

Outubro 2017

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira

Lisboa

Outubro 2017

Ficha Técnica

Autora Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves
Orientador Prof. Doutor Arqt. Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira
Título Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação
Local Lisboa
Ano 2017

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

NEVES, Catarina Sofia Pereira Carlos das, 1990-

Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação / Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves ; orientado por Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira. - Lisboa : [s.n.], 2017. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - PEREIRA, Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques, 1962-

LCSH

1. Edifícios rurais - Reforma para outro uso
2. Edifícios rurais - Conservação e restauro - Portugal
3. Arquitectura vernacular - Portugal
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Farm buildings - Remodeling for other use - Portugal
2. Farm buildings - Conservation and restoration - Portugal
3. Vernacular architecture - Portugal
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA8206.P6 N48 2017

À memória dos meus queridos avôs Victor
Carlos e Manuel Pereira das Neves.

AGRADECIMENTOS

Em especial ao Professor Doutor Alexandre Marques Pereira, pela orientação e acompanhamento desta dissertação. Por todo o seu conhecimento transmitido, conselhos e disponibilidade.

Agradeço profundamente aos meus pais, Maria Teresa e Orlando, que sempre valorizaram e acreditaram nas minhas escolhas, no meu trabalho e empenho.

Agradeço à minha única e exemplar Avó por toda a admiração e fé que depositou em mim.

E como por último vem sempre o primeiro, obrigada ao meu companheiro de vida e de trabalho. Obrigada Pedro por toda a força e companheirismo ao longo de todo este nosso processo.

À INSTITUIÇÃO ACOLHEDORA

Agradeço à Universidade Lusíada de Lisboa e a todos os professores que se cruzaram no meu percurso académico e que contribuíram para o meu desenvolvimento e formação.

OUTROS AGRADECIMENTOS

Agradeço ao arquitecto José Gigante por disponibilizar as ferramentas necessárias para o estudo da obra de referência, a reconversão de um moinho de vento em Vilar de Mouros.

Ao atelier Souto Moura Arquitectos pela disponibilidade imediata e pela cedência dos documentos relativos ao caso de estudo São Lourenço do Barrocal em Reguengos de Monsaraz.

Ao São Lourenço do Barrocal que me acolheu e proporcionou o contacto directo com a obra estudada. Queria também agradecer a gentileza da Doutora Sílvia Almas e à Senhora Vânia Feijão pela estimada visita às instalações, assim como a transmissão de conhecimentos.

Ao arquitecto André Eduardo Tavares pela cedência de documentos fundamentais para o caso de estudo da Casa de Campo na Aldeia da Falagueira, assim como a sua disponibilidade, permissão e acompanhamento na visita à obra.

Obrigada Catarina Graça pela paciência e ajuda que me ofereceu.

E por fim, obrigada aos meus queridos colegas de curso que contribuíram para a minha evolução enquanto ser e colega.

“O homem é porém, amplo como o universo. E nós podemos, sem atrainçar o presente, recolher do passado o que ele tem de eterno.”

Torga apud VIEIRA, Miguel Pais (2010) - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa: IEFP. ISBN 978-989-638-052-6. p. 5.

APRESENTAÇÃO

Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

O principal objectivo desta investigação é estudar e analisar a adaptação da arquitectura popular portuguesa aos dias de hoje, ao longo do território continental português. Procura-se entender o progresso da reabilitação em construções tradicionais, bem como a sua flexibilidade e adaptação aos programas e avanços construtivos actuais.

Este tema, orientado para investigação de uma Dissertação de Mestrado de Arquitectura, estabelece quais foram as bases, os principais conteúdos e os problemas verificados ao longo da evolução construtiva da habitação rural em território nacional, assim como as diversas soluções de reabilitação presentes nas edificações estudadas.

Para um melhor e profundo conhecimento, a análise é elaborada do geral para o particular, fazendo primeiro uma análise global dos vários tipos de habitação ao longo do território, passando depois para um estudo minucioso dos diversos tipos de construção referentes às arquitecturas estudadas - arquitectura de habitação e produção -, até chegar ao respectivo levantamento das construções, dos materiais e das técnicas construtivas utilizadas em todo o processo de raiz e reabilitado.

Por fim, pretende-se também esclarecer as sucessivas mudanças e adaptações a que a arquitectura rural se submeteu nas diferentes regiões e perceber qual o impacto material e imaterial da reabilitação no meio rural. É dado como exemplo o estudo da evolução e flexibilidade programática dos diferentes casos de estudo, confrontando as diferentes épocas, assim como a introdução e a adaptação de novos materiais e respectivos sistemas construtivos.

Palavras-chave: Reabilitação, Materiais, Sistemas Construtivos, Habitação Rural, Arquitectura Popular, Património.

PRESENTATION

Rehabilitation in rural context of the portuguese popular architecture and its adaptation

Catarina Sofia Pereira Carlos das Neves

The main goal of this research is to analyse the adaptation of the portuguese popular architecture to the present day, in Portugal continental. It tries to understand the evolution of rehabilitation in traditional construction and their flexibility and adaptation to new uses and current constructive advances.

This theme belongs to a architecture master's thesis study, that establishes the bases, main contents, problems and the rehabilitation solutions detected throughout the constructive evolution of rural housing in the buildings studied.

The analysis is done from general to the particular. Firstly, we analyse all the various types of portuguese housing and then a deeply study of the various types of construction of housing and production architectures. Finally, reaching the constructions, materials and construction techniques survey, used since the ancient processes to rehabilitated.

Ultimately, we intend to study the successive changes and adaptations of the rural architecture occurred in the different regions of Portugal and understand the material and immaterial impact on rural rehabilitation, following the evolution and programmatic flexibility of the different case studies. Comparing the different seasons, introduction and adaptation of new building materials and the respective constructive systems.

Keywords: Rehabilitation, Materials, Construction Systems, Rural Housing, Popular Architecture, Patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Casa Serrana: Casa de Campo da Aldeia da Felgueira. André Eduardo Tavares, 2012. (Ilustração Nossa, 2017).....	4
Ilustração 2 - Monte Alentejano: São Lourenço do Barrocal. Eduardo Souto de Moura, 2014. (Ilustração Nossa, 2017)	4
Ilustração 3 - Livro <u>Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico</u> (1945), Orlando Ribeiro. ([Adaptado a partir de: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016)	6
Ilustração 4 - Mapa litológico. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p. 15)....	8
Ilustração 5 - Mapa de relevo. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p. 17)...	9
Ilustração 6 - Mapa de pluviosidade. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p. 19)	10
Ilustração 7 - Mapa dos vários tipos de povoamento rural. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p 25).....	13
Ilustração 8 - Mapa de Portugal Continental. Maria Helena Abreu, 1956. ([Adaptado a partir de:] Pires, 2010, p. 16)	14
Ilustração 9 - Cultivo das terras com o auxílio de animais, Algarve. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 44)	15
Ilustração 10 - Entrada no mar, Nazaré. Artur Pastor, 1955-1957. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 52).....	15
Ilustração 11 - Plantação de trigo, Beja. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 121).....	15
Ilustração 12 - Debulha dos cereais, Lamego. Artur Pastor, década de 1960. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 122)	15
Ilustração 13 - Vindima, Régua. Artur Pastor, 1956. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 131)	15
Ilustração 14 - Salinas, Faro. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 43)	15
Ilustração 15 - Perspectiva e plantas de uma casa em Lisboa, Raul Lino. ([Adaptado a partir de:] Lino, 1992, p. 119).....	18
Ilustração 16 - Planta e alçados de uma casa no Ribatejo, Raul Lino. ([Adaptado a partir de:] Lino, 1992, p. 133)	18
Ilustração 17 - Livro <u>1º Congresso Nacional de Arquitectura</u> (1948) do SNA e respectivo folheto. (Ilustração Nossa, 2017; [Adaptado a partir de:] Ordem dos Arquitectos, 2008)	20

Ilustração 18 - Conferência CIAM: fotografia de grupo dos participantes numa visita à Bristol Aeroplane Company, RIBA Collections, 1947. ([Adaptado a partir de:] Goodale, 2017).....	21
Ilustração 19 - Alguns dos membros das equipas do IARP no lançamento da 4ª edição da APP, 2004. ([Adaptado a partir de:] Ordem dos Arquitectos, 2011) .24	24
Ilustração 20 - Mapa de localização e respectiva identificação das diferentes zonas do país, segundo a APP. (Ilustração nossa, 2017)	25
Ilustração 21 - Plataforma virtual oficial das Aldeias de Portugal. ([Adaptado a partir de:] Aldeias de Portugal, 2013).....	27
Ilustração 22 - Guia de destinos <u>Aldeias de Xisto: A descoberta começa aqui</u> (2014). (Ilustração Nossa, 2017).....	27
Ilustração 23 - Contraste entre o mundo rural e urbano, Porto. ([Adaptado a partir de:] Domingues, 2011, p. 105).....	28
Ilustração 24 - Moinhos do Sul, Albufeira, Faro. (Ilustração Nossa, 2017).....	29
Ilustração 25 - Mapa de localização dos diferentes tipos de casa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1979, p. 39)	31
Ilustração 26 - Arquitectura de habitação + produção: Casa Minhota - casa-sequeiro, eira e espigueiro, Moreira do Rei. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 56)	32
Ilustração 27 - Arquitectura de produção: conjunto de espigueiros em pedra, Ponte da Barca, Lindoso. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 65)	32
Ilustração 28 - Arquitectura de habitação + produção: casa com eira em granito, espigueiro e sequeiro, Vila do Conde. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 39).....	32
Ilustração 29 - Arquitectura de produção: forno colectivo, Santo André. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 56).....	32
Ilustração 30 - Arquitectura de habitação: povoação saloia, Azenhas do Mar. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 94).....	33
Ilustração 31 - Arquitectura de habitação: palheiro de Mira, Praia de Mira. ([Adaptado a partir de:] Pereira, Freitas e Silva Dias, 1988, p. 186).....	33
Ilustração 32 - Arquitectura de habitação + produção: conjunto de casas da eira e eiras, Algeriz, Anadia. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 46)	33
Ilustração 33 - Arquitectura de produção: moinho de vento, Ericeira. ([Adaptado a partir de:] Pereira, Freitas e Silva Dias, 1988, p. 164)	33

Ilustração 34 - Arquitectura de habitação: Casas do Povoado, Entradas. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 120).....	34
Ilustração 35 - Arquitectura de produção: moinhos do Guadiana, Moura. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 112).....	34
Ilustração 36 - Arquitectura de habitação: Monte Alentejano, São Marcos da Ataboeira. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 119)	34
Ilustração 37 - Arquitectura de produção: nora, Évora. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 89)	34
Ilustração 38 - Arquitectura de habitação: Povoado - contraste entre as paredes de xisto à vista e rebocadas, Giões. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 153)	35
Ilustração 39 - Arquitectura de habitação: Povoado - coberturas mistas, Fuseta, Olhão. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 150)	35
Ilustração 40 - Arquitectura de produção: azenha. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 155)	35
Ilustração 41 - Alvenaria e pavimentos em pedra de granito, Castelo Novo, Fundão. (Ilustração Nossa, 2017)	36
Ilustração 42 - Alvenaria e pavimento em pedra de xisto, Penha Garcia, Idanha-a-Nova. (Ilustração Nossa, 2017).....	37
Ilustração 43 - Muro em alvenaria de pedra calcária, Ericeira, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)	37
Ilustração 44 - "O adobe de Trás - os - Montes baralhou os manuais", Nelson Garrido. ([Adaptado a partir de:] Ferreira, 2009).....	38
Ilustração 45 - Casa de Pescadores sobre pilares de pedra, Costa da Caparica, Almada. (Ilustração Nossa, 2017)	39
Ilustração 46 - Casa de Pescadores sobre pilares de pedra, Costa da Caparica, Almada. (Ilustração Nossa, 2017)	39
Ilustração 47 - Casa Minhota, Camposa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 53)	40
Ilustração 48 - Casa Minhota: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Camposa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 54)	40
Ilustração 49 - Casa Serrana, Felgueira, Aveiro. (Ilustração Nossa, 2017).....	41
Ilustração 50 - Casa Serrana: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Bisalhães. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 60)	41

Ilustração 51 - Espigueiro de pedra e madeira com duplo corpo e corredor a meio, Ponte do Mouro, Monção. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 111)	42
Ilustração 52 - Conjunto de espigueiros, Soajo, Arcos de Valdevez. (Ilustração Nossa, 2017)	42
Ilustração 53 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, Castelo Novo, Fundão. (Ilustração Nossa, 2017)	43
Ilustração 54 - Torre da Capela de Santa Ana e São Joaquim, Vale da Torre, Castelo Branco. (Ilustração Nossa, 2017).....	43
Ilustração 55 - Traseiras da Capela de Santa Ana e São Joaquim, Vale da Torre, Castelo Branco. (Ilustração Nossa, 2017).....	43
Ilustração 56 - Casa de Madeira de "avieiros", Costa Nova, Ílhavo. (Ilustração Nossa, 2017)	44
Ilustração 57 - Casa de Madeira de "avieiros": exemplo de planta, corte e alçado, Cartaxo, Santarém. ([Adaptado a partir de:] Silva Dias, 2010, p. 28)	44
Ilustração 58 - Casa de Madeira: estrutura da cobertura, palheiro de Tocha, Cantanhede. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 55).....	45
Ilustração 59 - Casa de Madeira: forro exterior das paredes - costaneira trincada. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 50)	45
Ilustração 60 - Casa de Madeira: elementos verticais e horizontais da parede. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 49)	45
Ilustração 61 - Casa de Madeira: palheiro da Costa Nova, Ílhavo. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 47).....	45
Ilustração 62 - Casa Alpendrada, Coimbrão. ([Adaptada a partir de:] Moutinho, 1995, p. 100)	46
Ilustração 63 - Casa Alpendrada: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 101)	46
Ilustração 64 - Casa Saloia, Sobreiro, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017).....	46
Ilustração 65 - Casa Saloia: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Sintra. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 105)	46
Ilustração 66 - Casa Ribatejana, Pego. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 106)	47
Ilustração 67 - Casa Ribatejana: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 107)	47
Ilustração 68 - Moinho de vento, Ericeira, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)	48

Ilustração 69 - Monte Alentejano, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)	49
Ilustração 70 - Casas do Povoado de um piso, São Pedro do Corval, Évora. (Ilustração Nossa, 2017)	49
Ilustração 71 - Casa do Povoado de um e dois pisos, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)	49
Ilustração 72 - Casa do Povoado de dois pisos: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 132)	49
Ilustração 73 - Caição, Portel. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 55)	50
Ilustração 74 - Montagem do forno. ([Adaptado a partir de:] Menezes, 2015, p. 17)	50
Ilustração 75 - Processo do fabrico primitivo do tijolo. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 38 - 39)	51
Ilustração 76 - Construção antiga em taipa: cunhal, Alfundão. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 34)	52
Ilustração 77 - Construção actual em taipa: Habitação em Beja. Bartolomeu Costa Cabral, João Gomes e Mário Anselmo Crespo, 2006. ([Adaptado a partir de:] Betão e Taipa, 2009)	52
Ilustração 78 - Construção antiga em taipa: elevação de paredes com taipal, Alfundão. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 35)	53
Ilustração 79 - Construção actual em taipa: elevação de paredes com sistemas mecânicos actuais, Herdade do Rocim - Adega em Cuba. Carlos Vitorino, 2007. ([Adaptado a partir de:] Betão e Taipa, 2009)	53
Ilustração 80 - Arruamento de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)	54
Ilustração 81 - Visita à pedreira pela Universidade Lusíada de Lisboa, Estremoz, Évora, 2014. (Ilustração Nossa, 2017)	55
Ilustração 82 - Casa de Pescadores: açoteias e mirantes, Bairro da Barreta, Olhão, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)	56
Ilustração 83 - Casa de Pescadores: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 149)	56
Ilustração 84 - Antiga Casa Rural, Pêra, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)	56
Ilustração 85 - Mapa de materiais referentes ao solo da zona 6 - Algarve. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 174)	57

Ilustração 86 - Esquema de sistema construtivo tradicional: telhado de telha argamassada com “encaniçado”. (Ilustração Nossa, 2017).....	58
Ilustração 87 - Corte esquemático de sistema construtivo tradicional: telhado de telha argamassada com “encaniçado”. (Ilustração Nossa, 2017).....	58
Ilustração 88 - Esquema de sistema construtivo tradicional: mirante algarvio. (Ilustração Nossa, 2017)	58
Ilustração 89 - Corte esquemático de sistema construtivo tradicional: mirante algarvio. (Ilustração Nossa, 2017).....	58
Ilustração 90 - Produção artesanal de adobe, Portimão. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 175)	59
Ilustração 91 - Produção mecânica de adobe, Lagos. Mariana Correia, 2010. ([Adaptado a partir de:] Correia, 2010, p. 65).....	59
Ilustração 92 - Grés, Castelo de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)	60
Ilustração 93 - Grés, Sé de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)	60
Ilustração 94 - Grés à vista, Sé de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)	60
Ilustração 95 - “Chegada a Lisboa de um carregamento de trigo americano importado ao abrigo do Plano Marshall. 1950.” ([Adaptado a partir de:] Grave, 2013)	61
Ilustração 96 - “Cerimónia de entrega do 50º tanque fornecido pelos EUA a Portugal ao abrigo do acordo militar de defesa mútua do plano Marshall. 1957.” ([Adaptado a partir de:] Grave, 2013).....	61
Ilustração 97 - Emigrantes de Portugal e Espanha durante a chegada à Estação Köln-Deutz, Helmut Koch, 1964. ([Adaptado a partir de:] FLUP, 2014).....	62
Ilustração 98 - O interior desabitado, Penha Garcia, Idanha-a-Nova. (Ilustração Nossa, 2017)	63
Ilustração 99 - Mapa de delimitação da ruralidade. ([Adaptado a partir de:] Domingues, 2011, p. 149)	64
Ilustração 100 - Cartaz turístico de 1960 alusivo aos caminhos-de-ferro portugueses. ([Adaptado a partir de:] Oliveira, 2017)	66
Ilustração 101 - Principais factores-chave para o desenvolvimento do turismo rural. ([Adaptado a partir de:] DGADR, 2017)	67
Ilustração 102 - Condições determinantes de sucesso para o desenvolvimento do turismo rural. ([Adaptado a partir de:] DGADR, 2017)	67

Ilustração 103 - Casa de Campo: Casa Modesta. João Carmo Simões, 2014. ([Adaptado a partir de:] Simões, Rodrigues e Fernandes, 2016).....	68
Ilustração 104 - Turismo de Aldeia: Aldeia da Mata Pequena, Igreja Nova, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)	68
Ilustração 105 - Agroturismo: Quinta do Fortunato, Paulo Carvalho, 2016. ([Adaptado a partir de:] Veloso, 2016)	69
Ilustração 106 - Hotel Rural: Pousada da Flor da Rosa. João Luís Carrilho da Graça, 1995. (Ilustração Nossa, 2017)	70
Ilustração 107 - Sequeiro antes da intervenção, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74).....	73
Ilustração 108 - Granito da pré-existência, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 75)	73
Ilustração 109 - Reconstrução do sequeiro, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74).....	73
Ilustração 110 - Sequeiro após intervenção, Guimarães. Luís Ferreira Alves, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74)	73
Ilustração 111 - Sequeiro após intervenção, Guimarães. Luís Ferreira Alves, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 77)	73
Ilustração 112 - Evolução histórica dos princípios da reabilitação em edifícios. ([Adaptado a partir de:] Sousa, 2016)	76
Ilustração 113 - Casa do Andam antes da intervenção, 2010. ([Adaptado a partir de:] Quintela, 2017).....	81
Ilustração 114 - Casa do Andam após intervenção. Pedro Quintela, 2012. ([Adaptado a partir de:] Quintela, 2017).....	81
Ilustração 115 - Mapa de localização, arquitectura de referência. (Ilustração Nossa, 2017)	83
Ilustração 116 - Moinho antes da intervenção, Vilar de Mouros, Caminha, 1989. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	83
Ilustração 117 - Moinho após intervenção, Vilar de Mouros, Caminha. Luís Ferreira Alves, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)	83
Ilustração 118 - Maqueta do espaço interior. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)	84
Ilustração 119 - Entrada após intervenção. Luís Ferreira Alves, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	84
Ilustração 120 - Estrutura da cobertura. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	84

Ilustração 121 - Cobertura em cobre. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	84
Ilustração 122 - Plantas dos pisos 1 e 2. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	85
Ilustração 123 - Cortes A e B. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	85
Ilustração 124 - Corte construtivo B. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	86
Ilustração 125 - Pormenores construtivos dos vãos. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017).....	86
Ilustração 126 - Imagens interiores. Luís Ferreira Alves, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)	87
Ilustração 127 - Mapa de localização, casos de estudo. (Ilustração Nossa, 2017)	89
Ilustração 128 - Casa de Campo, Felgueira, Vale de Cambra. (Ilustração Nossa, 2017)	89
Ilustração 129 - Hotel Rural São Lourenço do Barrocal, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)	89
Ilustração 130 - Ortofotomapa de localização. Casa Serrana: Casa de Campo, Felgueira, Vale de Cambra. (Ilustração Nossa, 2017)	91
Ilustração 131 - Vista da Aldeia da Felgueira a partir da Casa de Campo. (Ilustração Nossa, 2017)	92
Ilustração 132 - Exterior da casa antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 32)	93
Ilustração 133 - Interior da casa antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 33)	93
Ilustração 134 - Casa de Campo e envolvente. (Ilustração Nossa, 2017).....	93
Ilustração 135 - Ortofotomapa, acessos à Casa de Campo. (Ilustração Nossa, 2017)	94
Ilustração 136 - Plantas de vermelhos/amarelos dos pisos -1, 0 e 1. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 5).....	95
Ilustração 137 - Planta do piso -1, unidade autónoma de alojamento. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 6).....	95
Ilustração 138 - Planta do piso 0. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 7)	96

Ilustração 139 - Planta piso 1. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 8)	96
Ilustração 140 - Planta de cobertura. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 9)	97
Ilustração 141 - Planta de implantação com indicação dos cortes e Corte transversal C. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p.3 e p. 12)	97
Ilustração 142 - Corte longitudinal E. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 14)	98
Ilustração 143 - Corte longitudinal G. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 16)	98
Ilustração 144 - Vistas dos compartimentos térreos, unidade autónoma do piso -1. (Ilustração Nossa, 2017)	99
Ilustração 145 - Vistas dos compartimentos térreos, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 0. (Ilustração Nossa, 2017)	100
Ilustração 146 - Vista dos compartimentos sobre piso em madeira e guarnição da janela do quarto, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 0. (Ilustração Nossa, 2017)	100
Ilustração 147 - Vista das escadas e dos compartimentos sobre piso de madeira, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 1. (Ilustração Nossa, 2017)	101
Ilustração 148 - Alçado Norte. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 18)	101
Ilustração 149 - Vista Norte. (Ilustração Nossa, 2017)	101
Ilustração 150 - Alçado Sul. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 19)	101
Ilustração 151 - Vista Sul. (Ilustração Nossa, 2017)	101
Ilustração 152 - Alçado Nascente. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 20)	102
Ilustração 153 - Vista Nascente. (Ilustração Nossa, 2017)	102
Ilustração 154 - Alçado Poente. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 21)	102
Ilustração 155 - Vista Poente. (Ilustração Nossa, 2017)	102
Ilustração 156 - Corte construtivo transversal B. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 23)	102

Ilustração 157 - Ortofotomapa de localização. Monte Alentejano: São Lourenço do Barrocal, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017).....	103
Ilustração 158 - Uma visita ao Monte do Barrocal, Diário de Notícias, 1927. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 22)	104
Ilustração 159 - Benção dos animais, Barrocal, 1960. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 21).....	104
Ilustração 160 - Nossa Senhora de Fátima, Barrocal, 1960. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 21).....	104
Ilustração 161 - Conversa entre o arquitecto Eduardo Souto Moura e José António Uva. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017).....	105
Ilustração 162 - Mapa ilustrativo do Monte do Barrocal, Henriette Arcelin. (Ilustração Nossa, 2017)	105
Ilustração 163 - Edifícios agrícolas antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017)	106
Ilustração 164 - Edifícios agrícolas, adaptados aos novos usos, após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017).....	106
Ilustração 165 - Antigo lagar antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017)	106
Ilustração 166 - Nova sala de eventos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017)	106
Ilustração 167 - Vista aérea do São Lourenço do Barrocal antes e depois da intervenção, em diferentes perspectivas. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017; Lourenço, 2017)	107
Ilustração 168 - Obra: Futura adega, pátio e futuros quartos. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017).....	107
Ilustração 169 - Nova adega, pátio e novos quartos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017).....	107
Ilustração 170 - Obra: pórticos que suportam a cobertura da galeria com acesso aos futuros quartos. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017).....	107
Ilustração 171 - Galeria com acesso aos quartos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017).....	107
Ilustração 172 - Restauro e fabrico artesanal local do material. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017)	108
Ilustração 173 - Aplicação dos materiais restaurados e fabricados. (Ilustração Nossa, 2017).....	108

Ilustração 174 - Maqueta São Lourenço do Barrocal, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 42)	109
Ilustração 175 - Planta de implantação, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	109
Ilustração 176 - Planta de vermelhos/amarelos piso 0, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	110
Ilustração 177 - Planta de vermelhos/amarelos piso 1, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	110
Ilustração 178 - Planta de implantação com indicação dos cortes. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017).....	111
Ilustração 179 - Corte transversal AA'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	111
Ilustração 180 - Corte transversal BB'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	111
Ilustração 181 - Corte transversal CC'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	111
Ilustração 182 - Corte longitudinal DD'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	111
Ilustração 183 - Corte longitudinal EE'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	111
Ilustração 184 - Planta de implantação: localização dos alçados. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	112
Ilustração 185 - Alçado Nascente. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	112
Ilustração 186 - Alçado Poente. Eduardo Souto Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	112
Ilustração 187 - Alçado Norte. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017).....	112
Ilustração 188 - Alçado Sul. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)	112
Ilustração 189 - Vista do monte. (Ilustração Nossa, 2017)	113
Ilustração 190 - Rua do Monte com os quartos à esquerda e as casas à direita. (Ilustração Nossa, 2017)	113
Ilustração 191 - Esplanada do restaurante com vista para o jardim e cavalariças. (Ilustração Nossa, 2017)	113

Ilustração 192 - Piscina. (Ilustração Nossa, 2017)	114
Ilustração 193 - Galeria exterior de acesso aos serviços administrativos. (Ilustração Nossa, 2017)	114
Ilustração 194 - Espelho de água das casas a sul. (Ilustração Nossa, 2017)	114
Ilustração 195 - Interior de um quarto e respectiva instalação sanitária. (Ilustração Nossa, 2017)	115
Ilustração 196 - Spa: galeria de acesso aos gabinetes, ginásio e balneários; gabinete de tratamentos e pormenor de construção da abóbada em tijolo burro ou maciço. (Ilustração Nossa, 2017)	115
Ilustração 197 - Entrada da sala de estar + bar. (Ilustração Nossa, 2017)....	115
Ilustração 198 - Cavalariças. (Ilustração Nossa, 2017)	115
Ilustração 199 - Cavalariças: <i>boxs</i> . (Ilustração Nossa, 2017).....	116
Ilustração 200 - Adega: reservatório de vinhos. (Ilustração Nossa, 2017)	116

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AAP - Associação dos Arquitectos Portugueses
- APP - Arquitectura Popular em Portugal
- BNP - Biblioteca Nacional de Portugal
- CIAM - Congresso Internacional da Arquitectura Moderna
- CICA - Comité Internacional de Críticos de Arquitectura
- DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- FCTUC - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- IARP - Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa
- IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
- ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
- LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos
- SNA - Sindicato Nacional dos Arquitectos

SUMÁRIO

1. Introdução	1
1.1. Motivações, objectivos e metodologia	2
2. Portugal mediterrâneo.....	5
2.1. Território português	5
2.1.1. Estrutura e geologia.....	7
2.1.2. Relevo e clima	9
2.1.3. População, apropriação do território e modos de vida	11
3. Arquitectura Popular Portuguesa	17
3.1. Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (IARP).....	23
3.2. O meio rural	26
3.2.1. Habitar a casa rural.....	30
3.2.2. Tipologias, técnicas construtivas e materiais.....	35
3.2.2.1. Norte	40
3.2.2.2. Centro Litoral.....	44
3.2.2.3. Alentejo	48
3.2.2.4. Algarve	56
3.3. Panorama e arquitectura rural actual	61
3.3.1. Desertificação e desrularização.....	61
3.3.2. Desenvolvimento rural e novas oportunidades.....	64
3.3.2.1. Objectivos estratégicos	64
3.3.2.1.1. Turismo, agricultura e sustentabilidade	66
4. Reabilitação de construções rurais	73
4.1. Abordagem à reabilitação.....	74
4.1.1. Classificação de edifícios e diferentes níveis de reabilitação	77
4.1.2. Necessidade e importância de reabilitar.....	78
4.1.3. Vantagens e sustentabilidade na reabilitação	79
4.2. Reconversão do edificado e adaptação a novos programas.....	80

5. Arquitectura de referência	83
5.1. Moinho de vento - Reconversão de moinho	83
6. Casos de Estudo	89
6.1. Casa Serrana - Casa de Campo na Aldeia da Felgueira	91
6.2. Monte Alentejano - São Lourenço do Barrocal.....	103
7. Considerações finais	117
Referências	121
Bibliografia.....	128

1. INTRODUÇÃO¹

Com a corrente dissertação pretende-se esclarecer as sucessivas mudanças a que a arquitectura rural se submeteu ao longo dos tempos e nas diferentes regiões do país.

A arquitectura e as culturas sempre estiveram sujeitas a constantes mudanças e mutações com capacidades de alterar a sua constituição. Consequentemente, os valores dos espaços sempre estiveram sujeitos a alterações de valor ou completam-se de modo a fazer face às necessidades e características do Homem.

O mundo rural possui um património edificado, cultural, natural e paisagístico de grande abundância e importância que deve ser preservado. É importante reconhecer o valor do passado, preservá-lo, valorizá-lo e dar a conhecê-lo através da reabilitação, clara e pura, para torná-lo acessível e comum às populações rurais e a quem o visita.

A clareza e a autenticidade na reabilitação da arquitectura popular portuguesa surgem quando à intervenção é somada uma equipa de pessoas especializadas, devido ao legado que tamanhas construções carregam. O nível de sensibilidade para quem nelas actua aumenta inevitavelmente e é fundamental procurar trabalho e mestres especializados no ofício.

Objectivamente o estudo e eventual ressurgimento da arquitectura de tradição só faz sentido com a participação directa da população de mestres construtores, empresas de construção e respectivos operários especializados. Caso contrário continua-se num mundo à parte, hermético e sem real interesse para que se destina, ou seja as pessoas necessitadas de habitação. (Mestre², 1994, p.1)

A reabilitação surge também como uma estratégia fundamental no desenvolvimento rural, na perseverança das suas origens e na conservação do seu património. Acaba por ser um dos temas mais estimulantes na vida de um arquitecto, uma vez que põe em confronto tempos diferentes e gera resultados de alta qualidade visto que conseguimos

¹A dissertação de mestrado foi escrita tendo por base a antiga ortografia.

² **Victor Mestre** (Lisboa, 1957) licenciou-se em arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1981. Em 1998, torna-se Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico sob a orientação do arquitecto Fernando Távora e em 2012 termina o doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa. É diplomado em Estudo Avançado (DAE) em *Teoría Y Práctica de la Rehabilitación Arquitectónica y Urbana*.

Participou como arquitecto na Direcção Regional de Monumentos de Lisboa ente 1994 e 2000 e foi Director do Gabinete de Salvaguarda do Património da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 2000 e 2003.

Em 1991 fundou o atelier VMSA Arquitectos com Sofia Aleixo, onde elabora vários projectos de intervenção no património como por exemplo o Liceu Passos Manuel que foi vencedor do Prémio Europa Mostra 2013. Elaborou e, presentemente, continua a elaborar vários trabalhos de investigação referentes ao património.

transportar o passado histórico para o momento presente. No fundo, percorrer um espaço reabilitado significa viajar no tempo.

O território e a arquitectura são um conjunto, complementam-se e vivem interligados. Fazem parte integrante da vida do Homem e por essa razão torna-se fundamental o estudo detalhado da evolução do ser humano, enquanto construtor, e da habitação como produto da relação entre o Homem e a natureza.

1.1. MOTIVAÇÕES, OBJECTIVOS E MOTODOLOGIA

O interesse do autor pela arquitectura vernacular e pelo meio rural nasceu logo desde cedo. O contacto directo com a terra e com a natureza acabou por apurar ainda mais esse grande fascínio. O tamanho prazer, carinho e respeito ao que é puro e verdadeiro deixou prevalecer a grande vontade e dedicação ao trabalho desenvolvido. Assim, o forte motivo que nos leva a estudar o assunto são as lições que se podem tirar desta arquitectura, tanto pela forma como as edificações adaptam-se aos costumes e às actividades da comunidade, bem como pela forma como se adequam ao local em que se inserem, com baixo impacto ambiental e respeito pela natureza. Outras das particularidades é a elaboração de futuras edificações sustentáveis, capazes de tirar o maior partido dos recursos naturais com vista à optimização das condições de conforto do seu utilizador.

O presente estudo tem como principal objectivo zelar pela preservação do património rural através da reabilitação que conserva e adapta os antigos programas e respectivas funções, assim como os sistemas construtivos e respectivos materiais tradicionais, à actualidade.

A grande problemática do tema é o risco que o património rural corre actualmente devido à sua descaracterização pela utilização de materiais e técnicas inadequadas, como pelo seu abandono e desprezo progressivos, atribuídos por gentes cujas raízes foram esquecidas, e que prevalecem sobre todas as qualidades e potencialidades que o meio rural tem para oferecer. A arquitectura é a “ponte” entre o passado e o futuro e tem o dever de estabelecer relações conscientes e fiéis com quem a utiliza. Acaba por ser um elemento regenerador do tecido urbano de lugares esquecidos e expostos ao abandono. Lugares estes com um enorme potencial e carregados de histórias e memórias.

O processo metodológico foi elaborado através do contacto directo com os casos de estudo, de visitas acompanhadas, de notas escritas de campo, de fotografias, de observação, de peças desenhadas fornecidas pelos próprios arquitectos, de bibliografia baseada em arquitectura popular portuguesa e no património e de conversas com os habitantes.

Face ao exposto, a forma como o tema se estrutura é a seguinte: inicialmente, realizámos um estudo integral do território português, onde foram analisados todos os factores que influenciaram a arquitectura e o modo de vida dos seus habitantes nas diversas zonas do país, tendo como base o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (IARP). São estudados os diversos tipos de habitação, os materiais e os sistemas construtivos utilizados nas diversas situações.

No decorrer da investigação, abordamos questões relacionadas com o cenário da arquitectura rural corrente e quais as suas problemáticas e as soluções mais variáveis para combater a situação actual de degradação do mundo rural no nosso país. Estudamos também os vários tipos de reabilitação e os diferentes tipos de intervenção, visando a importância e necessidade de reabilitar.

Os edifícios retratados e estudados demonstram uma grande flexibilidade e adaptação a novos usos. São considerados edifícios sustentáveis, uma vez que a sua construção provem do meio onde se inserem, a natureza. Grande parte dos materiais são locais e, maioritariamente, artesanais.

Foram escolhidas três obras, um moinho de vento, um Monte Alentejano e uma Casa de Campo. As três reabilitações mantiveram as estruturas pré-existentes e todos os arquitectos procuraram manter a leitura arquitectónica existente através de materiais locais e processos construtivos tradicionais adaptados a novos materiais, como é o caso do ferro e do betão.

A distinção entre “arquitectura de referência” e “caso de estudo” aconteceu devido à impossibilidade de uma visita ao antigo moinho, adaptado e transformado num novo complemento da “casa-mãe”. A obra é do arquitecto José Gigante e situa-se em Vilar de Mouros. Embora a visita não se tivesse proporcionado, achamos por bem estudá-la porque retrata muitíssimo bem todos os pontos fundamentados ao longo do trabalho. O respeito e a sabedoria por parte do arquitecto é notável, pois a intervenção acontece de um modo silencioso e penetrante, quase intocável.

As outras duas obras, São Lourenço do Barrocal, um nobre e antigo Monte Alentejano, e a Casa de Campo na Aldeia da Felgueira, uma antiga e frágil Casa Serrana, foram adaptadas e convertidas a duas unidades turísticas em contexto rural, distintas e com diferentes escalas.

Por fim, espera-se que esta investigação contribua para a compreensão do modo como a reabilitação da arquitectura vernacular pode potenciar o desenvolvimento do meio rural, recorrendo a novas estratégias e preservando o património português.



Ilustração 1 - Casa Serrana: Casa de Campo da Aldeia da Felgueira. André Eduardo Tavares, 2012. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 2 - Monte Alentejano: São Lourenço do Barrocal. Eduardo Souto de Moura, 2014. (Ilustração Nossa, 2017)

2. PORTUGAL MEDITERRÂNEO

Segundo as palavras de Jorge Arroiteia³ na obra de Mário Moutinho⁴ A Arquitectura Popular Portuguesa (1995, p. 11), Portugal localiza-se no extremo ocidente da Península Ibérica, entre as latitudes do Cabo de Santa Maria, a 36° 58' Sul, e a foz do Rio Trancoso, a 42° 09' Norte. Os pontos extremos de longitude encontram-se na confluência da Ribeira de Castro com o Rio Douro e o Cabo da Roca, 6° 00 Este e 9° 30 Oeste, respectivamente. O território continental assume uma área total com cerca de 88 607 Km², a linha costeira é bastante irregular e tem 832 Km de extensão e, por fim, a fronteira terrestre com Espanha assume 1215 Km de comprimento.

2.1. TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Portugal é uma terra de contrastes, onde pontificam o Atlântico e o Mediterrâneo. Mas é difícil de definir, pela complexidade e pela diversidade de elementos que caracterizam o país. Orlando Ribeiro escreveu em 1943 um livro notabilíssimo, pelo rigor da investigação e pela leveza da escrita, que constitui um *vade mecum* indispensável para quem queira conhecer a geografia de Portugal e, através dela, a nossa identidade. (Martins⁵ apud Ferreira, 2010)

Portugal era interpretado como um país rural, uma vez que não existiam grandes centros urbanos para além das cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. A população vivia do campo e dele dependiam o país e a economia nacional. Mais tarde, a economia que vivia da agricultura viria a viver da indústria, os salários fabris eram míseros, mas certos, ao contrário dos salários incertos por parte da agricultura devido à imprecisão do cultivo dos campos. A vida agrícola era misera e a sobrevivência constante, acabava por ser mais dramática do que a rotina repetitiva e monótona dos operários. Assim, foi-se

³ **Jorge Carvalho Arroiteia** (Leiria, 1947), licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa, Doutorado e Agregado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro onde foi docente e actualmente é Professor Catedrático. Desempenhou funções de Direcção no Ministério da Educação, da Ciência e do Ensino Superior.

⁴ **Mário Caneva de Magalhães Moutinho** (Coimbra), arquitecto diplomado pela Escola Superior de Belas-Artes de Paris e Doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade de Paris VII-Jussieu. É docente e investigador na área de Sociomuseologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias onde, desde 2007, é Reitor. É autor de uma vasta obra bibliográfica fundamentada nas áreas de Museologia/Sociomuseologia, Urbanismo e Ordenamento do Território, que conta com a publicação de 12 livros, tais como alguns deles: "A Arquitectura Popular Portuguesa" (1979); "Desenho Urbano, Elementos de Análise Morfológica" (2007).

⁵ **Guilherme d'Oliveira Martins** (Lisboa, 1952), licenciado e Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa, desempenhou vários cargos no ensino, na cultura e na política. É Professor Catedrático da Universidade Lusíada de Lisboa e Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2015 e Presidente do Centro Nacional da Cultura desde 2002.

vinculado uma forte assimetria entre o rural e o urbano tendo como resultado final, inclusive nos dias de hoje, a desertificação do interior do país.

O mundo rural chega, assim, aos dias de hoje como uma realidade em processo de mutação, muito bem retratada na obra de Orlando Ribeiro⁶, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (1945).

O livro foi pensado como um retrato de uma identidade cultural e geográfica denominada por Portugal. Através de diferentes factores e manifestações relevantes, Orlando Ribeiro mostra também como é que “Portugal é mediterrâneo por natureza, atlântico por posição” (Rebêlo⁷ apud Ribeiro, 1945, p. 58) – fórmula breve e exacta da dualidade entre o atlântico e o mediterrâneo.

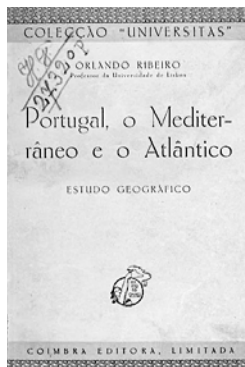


Ilustração 3 - Livro Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (1945), Orlando Ribeiro. (Adaptado a partir de: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016)

Segundo Orlando Ribeiro, existem três influências que têm como função o estabelecimento da divisão fundamental da terra portuguesa – O Oceano Atlântico, a extensão do domínio mediterrâneo puro ao longo das costas, ilhas e continentalidade e, por fim, o relevo do solo. O mundo mediterrâneo em Portugal é caracterizado pelo clima mais moderado e húmido, pela extensa e diversificada vegetação, pelo modo de vida arcaico e pela pobre economia rotineira. O Oceano Atlântico acaba por ser o grande regulador do clima e é através dele que se repetem múltiplos sinais da sua presença mais próxima até às zonas mais distantes da costa.

⁶ **Orlando da Cunha Ribeiro** (Lisboa, 1911 - Lisboa, 1997), geógrafo e professor, foi um dos renovadores da geografia em Portugal. A sua obra escrita e as suas fotografias são reflexo do respectivo percurso invulgar marcado por uma sabedoria profunda em ciência geográfica a nível mundial. O resultado da sua obra é fruto de todo o conhecimento adquirido ao longo dos estudos e das viagens que fez e traduz-se, até então, num somatório de parcelas dispersas de um saber primitivo.

⁷ **José Adriano Pequito Rebelo** (Gavião, 1892 - Lisboa, 1983), foi um dos fundadores do agrupamento sociopolítico tradicionalista português e monárquico dominado integralismo lusitano. Dedicou a sua vida, em parte, à política e ao trabalho agrícola, deixando uma obra significativa em ambas as matérias. Representou Portugal na Comissão Permanente do Instituto Internacional da Agricultura e em inúmeros congressos da Europa e da América.

2.1.1. ESTRUTURA E GEOLOGIA

Do ponto de vista estrutural, o território português é formado por três grandes unidades, diversas entre si na origem, na litologia e na própria evolução das formas representadas provenientes de acções tectónicas e processos erosivos diferenciados. Essas unidades estão representadas pelo Maciço Antigo, pelas Orlas Sedimentares ocidental e meridional e ainda pelas bacias do Tejo e do Sado, de formação mais recente. (Arroteia, 1995, p. 12)

O Maciço Antigo corresponde à unidade mais antiga e extensa do país e ocupa cerca de sete sétimos do território continental. É composto por xistos pouco ou nada cristalinos, rochas cristalinas e calcários. Destas formações fazem parte rochas do tipo: gneisses, micaxistos, quartzitos, calcários metafóricos, granitos e dioritos.

Tendo em conta as formações mais antigas, existem outras de origem mais recentes que acabam por ocupar grande parte da faixa costeira ocidental desde o Douro à Arrábida e todo o litoral algarvio – Orlas Sedimentares Ocidental e Meridional, respectivamente. Os seus corpos encontram-se em torno do Maciço Antigo e são fundamentalmente constituídos por depósitos mesozoicos formados por vários tipos de calcário e alguns grés, conglomerados e outros compostos. As formações de calcário acabaram por ser os elementos mais importantes que, sujeitos a acções tectónicas diversas, deram origem às mais importantes elevações do centro do país. Estas elevações apresentam formas complexas, enrugamentos, falhas e cavalgamentos característicos do Modelado Cársico⁸. Já a feição da orla algarvia torna-se particular devido à junção destas formações com o clima e a própria vegetação. O mesmo se poderá referir em relação à Arrábida que é a que conserva ainda vestígios da mais antiga cobertura vegetal do território.

Por fim, as Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado, um dos depósitos mais recentes do território, foram o resultado dos processos referidos anteriormente e são constituídos por areias e grés, mais precisamente por arenitos, argilas e areias.

O seguinte Mapa Litológico permite-nos confirmar a existência dos diferentes tipos de rocha correspondentes às três grandes unidades anteriormente referidas, ao longo de todo o território continental português:

⁸ **Modelo Cársico**, está relacionado com as reacções da água da chuva em contacto com o calcário. Estas reacções acabam por esculpir formações de grande beleza no interior de tamanhas rochas, tais como as grutas.

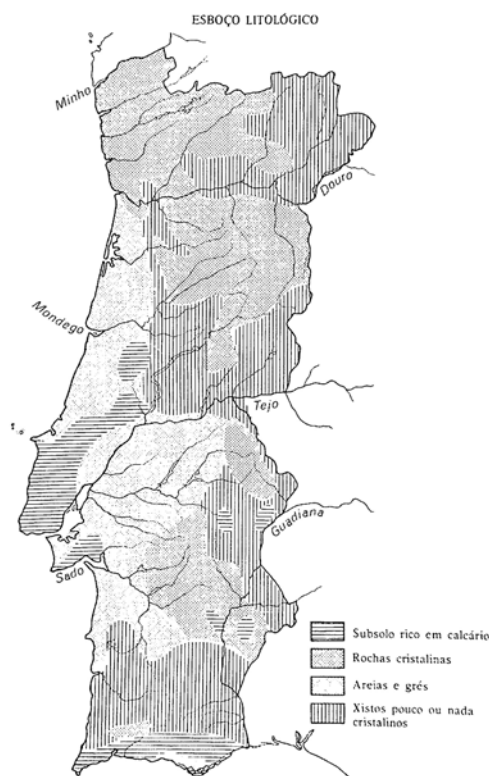


Ilustração 4 - Mapa litológico. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p. 15)

A cada tipo de rocha corresponde um tipo de relevo, bem como diferentes tipos de ocupação humana e consequentemente distintos tipos de Arquitectura. As formações graníticas, juntamente com o clima húmido, arenizam-se facilmente dando origem a formas topográficas bem definidas de carácter retilíneo que contribuem para o desenvolvimento de vales amplos e férteis. Já o processo resultante das formações xistosas com clima húmido é bastante mais fraco. Ou seja, os solos resultantes são igualmente pobres e a topografia apresenta-se complexa de vales encaixados e cimos arredondados, tipicamente característicos do Alentejo.

A regra são o solo acidentado, a montanha no horizonte de todos os lugares, as áreas planas afogadas entre cabeços pedregosos, os rios fundos e apertados, que rolam mais seixos de que areia. [...] O homem do campo, em todo o sul, não aprecia as grandes elevações, que por isso viveram um pouco à margem da economia agrária, como uma vaga reserva de arbustos e pastagem, onde se ia colher a lenha ou roçar mato para a cama dos gados e estrume de curral, [...] (Ribeiro, 1945, p. 67)

O Maciço Antigo, cujo material acidentado é velho, rígido e rebelde ao enrugamento, reagiu fragmentando-se em blocos desnivelados ao longo de falhas e flexuras. Assume um relevo particular onde a instalação e sobrevivência humana alcançaram os limites que ainda tentam, a todo o custo, conservar. As montanhas acabam por ser retalhos de planalto ou faixas de rochas duras que a erosão acabou por isolar. Quem as sobe

depara-se, na parte mais alta da serra, com largas extensões de terreno favoráveis à expansão do povoamento e da sua própria cultura. Ou então depara-se com cristas agudas e alongadas impróprias à instalação humana. Em contrapartida, na parte inferior das Bacias do Vouga, do Tejo e do Sado e, ainda, num pequeno apontamento ao longo do litoral surgem as planícies, mas só no Sul é que existem grande extensões.

2.1.2. RELEVO E CLIMA

Em Portugal predominam as áreas de baixa altitude e por norma toma-se o Tejo como linha de separação de duas regiões de relevo completamente opostas. Trata-se de uma separação bem dispersa ao longo de todo o território: o Sul é a região das planícies e médios planaltos desérticos e no Norte as terras altas assenhoreiam-se.

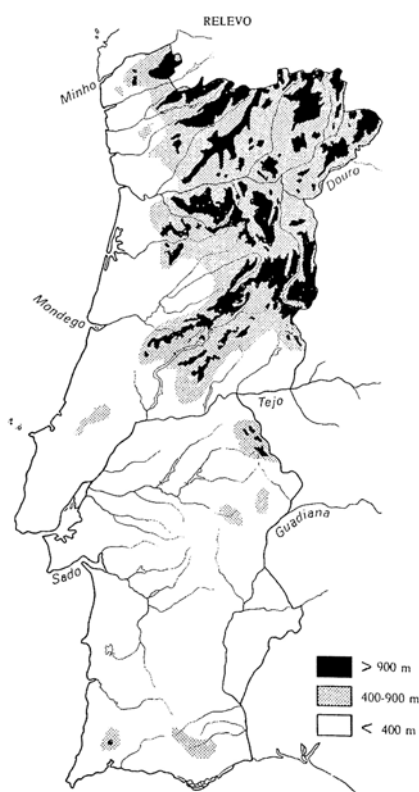


Ilustração 5 - Mapa de relevo. ([Adaptado a partir de:] Arroteia, 1995, p. 17)

Segundo a ilustração 5, que corresponde ao mapa de relevo, e como explica o geógrafo Orlando Ribeiro (1945, p. 59 - 60), cerca de 71.4% do solo está a menos de 400 metros e 11.6% está acima dos 700 metros. O Sul possui 61.5% das terras baixas, inferiores a 200 metros, o Norte compreende 95.4% das áreas superiores a 400 metros e o Litoral apresenta-se com fraco relevo apenas com vértices em Espinho, Coimbra e Cabo da Roca.

O relevo português é constituído por blocos extensos e fracturados, fragmentos enrugados e retalhos planálticos que constituem grande parte do Nordeste transmontano e do Alentejo. É um dos pontos essenciais na distribuição da ocupação humana no território e no modo de vida assente fundamentalmente nas actividades do sector primário denominado por agricultura. Prova disso é a construção de socalcos presentes nas extensas áreas mais baixas, sobretudo junto dos leitos dos rios, onde a agricultura e a florestação sobrevivem e se adaptam ao relevo acidentado.

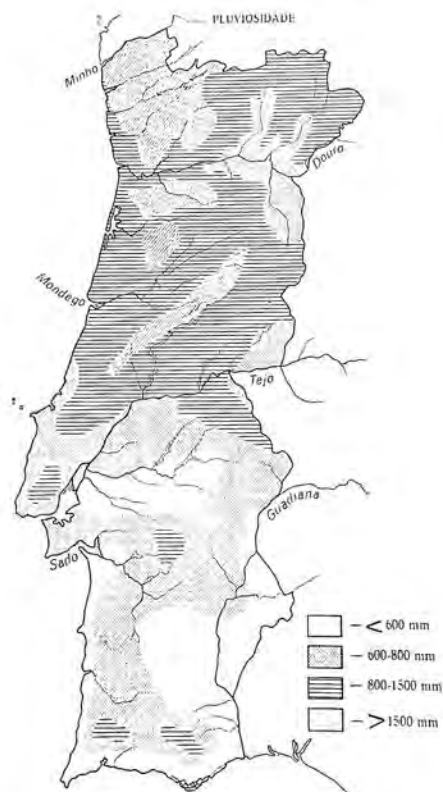


Ilustração 6 - Mapa de pluviosidade. ([Adaptado a partir de:] Arroiteia, 1995, p. 19)

Tal como o relevo, o clima é um ponto importante na fixação da população e, uma vez mais, nas suas actividades agrícolas. A diferença de temperaturas entre o Verão e o Inverno condicionam o tipo de produções, mas por norma o que mais contribui é a precipitação.

A influência do Mediterrâneo e do Oceano Atlântico traduzem-se num período longo com ausência de precipitação em todas as estações. A partir do Mapa de Pluviosidade - ilustração 6 -, verificamos que a parte meridional do país é marcada pelo calor e secura ao longo de vários meses com precipitações inferiores a 600mm. Enquanto que nas zonas mais ocidentais e montanhosas verifica-se um verão mais moderado e uma

frequência de precipitação que ronda os 600-1500mm, derivada da acção directa das massas marítimas traduzidas pela influência do Atlântico.

Tais são as condições gerais que regem o clima de todo o território português. Mas, tal como para o relevo, do Norte para o Sul desenha-se a oposição entre uma área húmida, chuvosa, de estiagem moderada, e outra mais seca, de chuvas escassa e de verão ardente muito longo. (Ribeiro, 1945, p.63)

No Verão, os valores de precipitação são praticamente ausentes, nomeadamente no sul do país onde a influência das condições climáticas do mediterrâneo é mais acentuada provocando temperaturas elevadíssimas, luminosidade forte, grande insolação e existe uma grande carência de chuvas. À excepção das zonas mais ocidentais, onde a amplitude térmica é menor derivado à acção moderadora do Oceano Atlântico e, conseqüentemente, as brisas marítimas acabam por amainar a temperatura sem a presença de chuvas, como já foi referido anteriormente.

O início do Outono é marcado por aguaceiros e uma súbita descida de temperatura que, por sua vez, acabam por marcar o começo da acção das perturbações atmosféricas curtas, mas violentas, que atingem o continente e cujo efeito se perlonga pelo Inverno dentro. A norte, a chuva permanece durante algumas semanas e a sul as nuvens passam alto sobre as planuras ainda quentes ou dissipam-se em chuvadas fugazes. A chuva é a grande reguladora do início dos trabalhos agrícolas das sementeiras. Passado as primeiras perturbações, o tempo quente e luminoso perlonga-se - os dias são quentes e as noites são frias.

O Outono, o Inverno e a Primavera conhecem bem o tempo desequilibrado, chuvoso e bastante inconstante. Dezembro, por norma, é o mês mais chuvoso, mas Março apresenta o máximo secundário.

Contudo, a precipitação aumenta de Sul para Norte enquanto a temperatura aumenta de Norte para Sul. Isto é, trata-se de processos inversos nos quais as temperaturas altas estão associadas às zonas secas e as temperaturas baixas às zonas mais húmidas.

2.1.3. POPULAÇÃO, APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E MODOS DE VIDA

O relevo, a geologia, os aspectos climáticos criaram uma enorme variedade de quadros físicos onde se inscreve a acção humana.

O povoamento, a economia, o domínio tecnológico, as acessibilidades, são tantos outros elementos a considerar numa descrição de tipo geográfico e cada vez mais determinantes. (Pires, 2010, p. 20)

A distribuição variável da população em aglomerados e diversos povoamentos ao longo de todo o território reflecte as diferentes condições naturais já apontadas anteriormente, com especial destaque na litologia, no tipo de solo, no clima, no relevo e na vegetação. Contudo, a divisão da população e respectivas condicionantes juntamente com outras influências resultantes da acção de diferentes civilizações acabou por provocar alterações nessa distribuição que o desenvolvimento actual tende superar.

Posteriormente, a ocupação árabe e, acima de tudo, a reconquista não deixaram de introduzir algumas modificações no arrumo dos habitantes, que por questões de defesa procuravam fixar-se nas proximidades de castelos e fortificações. Os descobrimentos, as lutas internas, as invasões estrangeiras, as epidemias e as pestes são outros tantos factores que contribuíram para a distribuição processada hoje, traduzindo-se em modos de vida diferentes.

Em nenhum outro espaço do Globo as relações da geografia e da história formam, como no Mediterrâneo, uma trama espessa e indissolúvel. É preciso considerar a persistência das condições naturais e a continuidade do esforço humano para compreender as gentes e os lugares. (Ribeiro, 1945, p. 39)

Cada população necessitava de diferentes aspectos, consoante o local do país onde estavam inseridas e desse modo os meios para enfrentar as necessidades eram diferentes, obrigando os povos a seguir caminhos distintos.

A forma de povoamento mais comum no Mediterrâneo é a aglomeração. A explicação clássica da concentração das habitações à roda das raras nascentes, se muitas vezes não é válida, é sempre insuficiente. A exploração extensiva, o uso do afolhamento, não são estranhos à aglomeração. (Ribeiro, 1945, p. 49)

Tendo em conta os factores geográficos e geológicos, sobretudo o clima e o subsolo para este caso específico, pode-se verificar que nas zonas do interior as dificuldades eram muito mais acrescidas. Assim sendo, a sua distribuição formou-se em grandes aglomerados rurais com o intuito de gerar um sistema comunitário entre a população como meio de vencer as adversidades em conjunto. Já na área costeira o clima oceânico e a riqueza do subsolo permitiram uma maior dispersão entre as habitações, pois cada família conseguia subsistir individualmente sem depender de ninguém. Todos estes pontos tornaram-se fundamentais para a arquitectura popular portuguesa. Contudo, as formas de adaptação ao espaço alteram a arquitectura, a sua vivência e as tradições do povo.

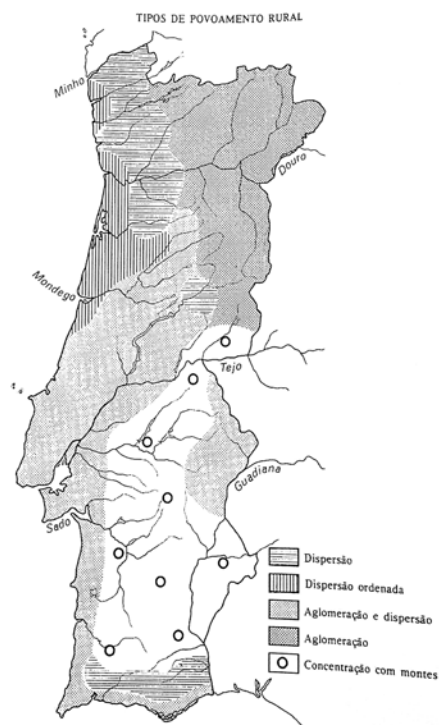


Ilustração 7 - Mapa dos vários tipos de povoamento rural. ([Adaptado a partir de:] Arroiteia, 1995, p 25)

Tendo como base o mapa dos diferentes tipos de povoamento rural, verificamos que realmente existe um contraste notório ao longo de todo o território português. O Minho apresenta uma população dispersa, com alguns casos mais interiores cuja dispersão é pensada e ordenada. Aqui os vales são largos, as encostas assumem um declive fraco e faz-se sentir a brisa marítima que acaba por se reflectir no clima e, que por consequência, traduz-se numa agricultura, sobretudo vinícola, intensiva assente num solo profundo e arenoso. A povoações em Trás-os-Montes e Beiras aglomeram-se, dando lugar a aldeias de grande dimensão e procurando vencer as dificuldades impostas pela natureza colectivamente, como é o caso da guarda dos rebanhos e o usufruto do forno de cozer o pão. A actividade agrícola rende-se fundamentalmente à cultura do centeio e da batata.

O relevo alentejano é definido pelas leves ondulações que marcavam os sucessivos montes onde se situavam as casas de arrecadação, a residência do proprietário e de alguns trabalhadores. Os montes funcionavam como aldeias distantes marcadas pela sujeição de senhorios, que embora ausentes, continuavam nas posses das terras. Por fim, o Algarve e a Estremadura são zonas costeiras que coincidem com a maior influência populacional, apresentam áreas de maior fertilidade, principalmente a Estremadura que se trata de uma zona incrementada pela acessibilidade a partir de vias de comunicação e pela fixação de alguns serviços, nomeadamente o comércio e a indústria.

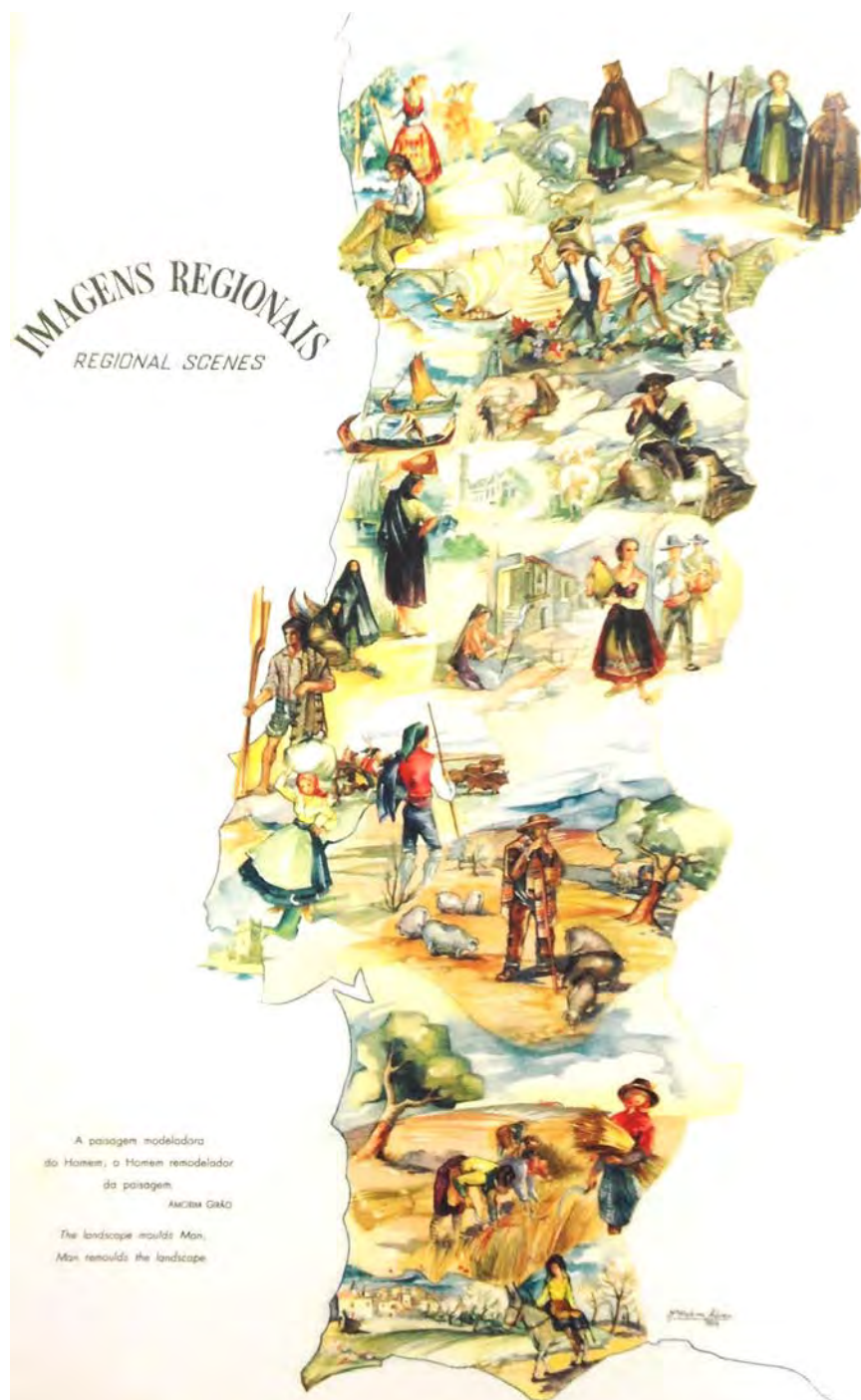


Ilustração 8 - Mapa de Portugal Continental. Maria Helena Abreu, 1956. ([Adaptado a partir de:] Pires, 2010, p. 16)

Para nos ajudar a ter a verdadeira percepção do que realmente era o mundo rural, Maria Helena Abreu procurou representar através da pintura todas as actividades exercidas pela população ao longo do território português - ilustração 8. Como podemos verificar as actividades da população oscilavam entre a agricultura de exploração, quase primitiva, ao longo de quase todo o território português continental, e a pesca nas zonas litorais entre o Minho e o Centro.



Ilustração 9 - Cultivo das terras com o auxílio de animais, Algarve. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 44)



Ilustração 10 - Entrada no mar, Nazaré. Artur Pastor, 1955-1957. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 52)



Ilustração 11 - Plantação de trigo, Beja. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 121)



Ilustração 12 - Debulha dos cereais, Lamego. Artur Pastor, década de 1960. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 122)



Ilustração 13 - Vindima, Régua. Artur Pastor, 1956. ([Adaptado a partir de:] Radich, 2014, p. 131)



Ilustração 14 - Salinas, Faro. Artur Pastor, 1943-1945. ([Adaptado a partir de:] Saraiva, 2014, p. 43)

As fotografias de Artur Pastor⁹ retratam bem o que o povo procurava. Subsistia, sobretudo, do amanho das terras, da criação de animais, da armada aos mares e, mais tarde, da indústria. Isto porque a estrutura económica do país sofreu alterações profundas com a evolução dos tempos devido a uma maior diversificação das culturas e respectivas actividades.

As actividades agrícolas juntamente com as actividades complementares, como a exploração florestal, estavam cada vez menos viradas para o autoconsumo e cada vez mais para o mercado, assim como, a criação de gado e respectivos lacticínios e lanifícios.

⁹ **Artur Pastor** (Alter do Chão, 1922 - Lisboa, 1999) terminou o curso de Regente Agrícola em 1942, na Herdade da Mitra, em Évora. Descobriu o gosto pela fotografia quando realizou a primeira ilustração para a sua tese final. Envolveu-se em inúmeros projectos, apresentou trabalhos em publicações ilustradas, postais, selos e cartazes, e colaborou em diversos jornais com artigos de opinião e de cariz literário. Trabalhou no Ministério da Agricultura em Montalegre, pertenceu aos quadros do Estado durante cerca de trinta anos como Engenheiro Técnico Agrário e foi fotógrafo do Ministério da Agricultura, onde lhe foi atribuído o grau de Oficial da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial. Em 2001, o seu espólio foi adquirido, quase na totalidade, pelo Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.

A agricultura é a base de toda a economia mediterrânea. São os seus produtos que ocupam os cuidados de populações numerosas, a quem fornecem o essencial da alimentação. Nas relações económicas, cabe-lhes o primeiro lugar nas exportações: vinho, azeite, frutas, legumes. À excepção da cortiça e dos resinosos, o papel dos produtos florestais é restrito. Da mesma maneira o da criação de gado que, não obstante dar origem a um característico e bem diferenciado modo de vida, pesa pouco no volume das riquezas. (Pires, 2010, p. 52)

Para uma maior precisão e consoante as palavras de Jorge Arroiteia (1995, p. 27), em 1900 e segundo os dados disponíveis, 65% da população activa local estava empregada no sector primário (agricultura), 19,6% no sector secundário (indústria) e o terciário (serviços) empregava cerca de 15,4%. Mais tarde, segundo Orlando Ribeiro, em 1970, 30,9% empregava-se no sector primário, 33,3% no sector secundário e 34,1% no sector terciário. Assim, assistimos à evolução e ao crescimento da economia portuguesa, em que 4/5 da mesma correspondem à produção de gado e arvoredos, e 3/4 dos produtos produzidos são exportados.

A superfície utilizada para fins agrícolas foi aumentando até aos anos 60 e após os finais da década de 60 há uma redução significativa da superfície devido à imigração e ao despovoamento económico do interior, à guerra colonial e ao desenvolvimento económico do país. Após a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, a redução acabou por se afirmar ainda mais com a aplicação dos incentivos económicos noutros conteúdos e no processo de emparcelamento.

Resumidamente, durante décadas até aos dias de hoje, assistimos a um processo contínuo de desertificação do interior do país e presentemente persistem os sobreviventes – pessoas que regressaram às origens depois de muitos anos emigrados no estrangeiro, outras que vieram retornadas de África, ou aquelas que perduram sem nunca terem saído do meio onde nasceram e viveram, e que continuam a fazer aquilo que sempre souberam fazer, como a pastorícia e a agricultura - visitados pelas famílias, que regressam periodicamente às raízes, em épocas festivas e de férias.

3. ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA

Ao longo do século XX realizaram-se vários estudos relativamente à arquitectura popular portuguesa. Estudos esses realizados por arquitectos, etnólogos, antropólogos e geógrafos, como os estudos de Ernesto Oliveira¹⁰ com Fernando Galhano¹¹, os do geógrafo Orlando Ribeiro e o estudo persistente de Raul Lino¹² juntamente com outros arquitectos em encontrar um tipo de arquitectura portuguesa. Entre 1955 e 1960 foi também organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (IARP), que diz respeito ao estudo exaustivo da arquitectura popular diversificada regionalmente de Norte a Sul do país.

O território nacional foi alvo de propagação da cultura de veraneio por toda a costa, nas últimas décadas do século XIX, nomeadamente junto às grandes cidades. Tratava-se de uma cultura diferente, cuja arquitectura era internacional e indesejada por um vasto número de arquitectos portugueses. Todo este desagrado somou numa reacção nacionalista, tendo como resposta a este novo conceito de pequenos palácios de veraneio da classe aristocrática, o movimento “A Casa Portuguesa” destacado por Raul Lino. O arquitecto juntamente com outros colegas integraram-se neste ciclo cultural patriótico historicista, numa posição conservadora e preocupada com o facto de não existir um tipo de casa portuguesa, uma vez que a diversidade cultural, de paisagem e de clima constituem variáveis notáveis ao longo do território português.

¹⁰ **Ernesto Veiga de Oliveira** (Porto, 1910 – Lisboa, 1990) formou-se na Universidade de Coimbra, primeiramente em Direito e mais tarde, em 1947, em Ciências Históricas e Filosóficas. No mesmo ano viria a criar um grupo com amigos de longa data, Jorge Dias e Fernando Galhano, juntamente com Benjamim Pereira e Margot Dias, dando origem ao Centro de Estudos de Etnologia uns anos mais tarde. Apresenta uma bibliografia extensa onde podemos encontrar obras como a “Arquitectura - A Arte Popular em Portugal” (1960) e “Construções Primitivas em Portugal” (1969) entre outros. Foi Doutor Honoris Causa pela Universidade de Évora.

¹¹ **Fernando Galhano** (1904 - 1995), investigador-etnógrafo, desenhador e pintor. Foi um dos fundadores do Museu de Etnologia de Lisboa. Colaborou com Jorge Dias, Ernesto Oliveira, Benjamim Pereira, entre outros, em diversos estudos. Participou em trabalhos que abrangiam temas como a arquitectura popular, sistemas de moagem e pesca, olaria e cestaria, tecnologia e industria têxtil.

¹² **Raul Lino da Silva** (Lisboa, 1879 - Lisboa, 1974), arquitecto português do sec. XX bastante polémico, admirado por uns e contestado por outros. Ao longo dos 77 anos de carreira manteve-se fiel aos seus princípios e valores assentes na tradição, procurando reflectir *portuguesismo* nas suas obras arquitectónicas. Ao longo da sua vida projectou mais de 700 obras como o teatro Tivoli em Lisboa, a Casa do Cipreste em Sintra ou a Casa de Santa Maria em Cascais. É autor de numerosas obras teóricas como “A Casa Portuguesa” (1929). Em 1932 é membro fundador da Sociedade Nacional de Belas-Artes e mais tarde, em 1967, assume a presidência da mesma. Colaborou com o Jornal de Notícias, onde publicou textos seus durante 14 anos.

A verdade reside no facto de Raul Lino defender a arquitectura como “manifestação cultural, expressão plástica perfeita que reflecte o tempo histórico a que serve de moldura”. Escreve estudos de raiz doutrinária e estratégica procurando encontrar novas expressões para o que de novo inventou, mas também para o que persiste em constituir a essência do habitar. [...] O lugar e a conciliação entre a arquitectura erudita e a tradição popular são os paradigmas dos seus projectos. O seu lado inconformista faz com que o processo de estudo seja infinito na busca do fazer bem. [...] A arquitectura de Raul Lino é assim a tentativa coerente de um Homem situado no seu tempo, que procura a autenticidade dos seus gestos com fundamento nas suas próprias raízes. (Manoel¹³ apud Pinheiro, 2015)

Nesta perspectiva, Lino analisou a edificação do país, procurando as verdadeiras características nacionais na sua construção, excluindo tudo o que provinha de estilos internacionais das diversas épocas de influência. A qualidade do seu desenho era notável e todos os elementos e materiais tradicionais eram adaptados às comodidades contemporâneas, proporcionando às suas casas uma funcionalidade estética única. “A Casa Portuguesa” resumia-se a soluções arquitetónicas e pormenores historicamente nacionais baseados na simplicidade e elegância. A estética era essencial em qualquer construção, mesmo a mais modesta e de baixos custos, como mostram as seguintes ilustrações.

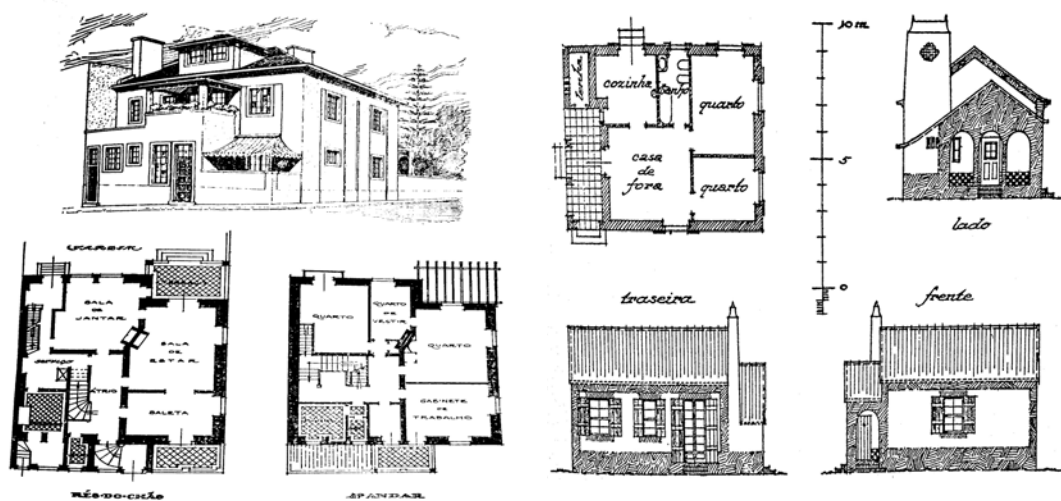


Ilustração 15 - Perspectiva e plantas de uma casa em Lisboa, Raul Lino. ([Adaptado a partir de:] Lino, 1992, p. 119)

Ilustração 16 - Planta e alçados de uma casa no Ribatejo, Raul Lino. ([Adaptado a partir de:] Lino, 1992, p. 133)

¹³ **Bernardo D'Orey Manoel** (Lisboa, 1969), arquitecto formado pela Universidade Técnica de Lisboa em 1993. Colaborou em vários ateliês depois de 1989 e fundou o atelier 92 Arquitectos juntamente com João Almeida e Luís Torgal. É professor auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa e Comissário Geral da exposição “Casa (na) Amadora, Vivência e Pensamento, de Roque Gameiro e Raul Lino”.

Assim, Raul Lino em companhia da sua equipa prosseguiram a sua campanha, cujos frutos foram tardiamente nutrir a vertente mais nacionalista e ruralista do gosto do Estado Novo, dando origem a uma espécie de estilo nacional, apelidado por “português suave” - mistura de componentes modernos e tradicionais, normalmente utilizada na escala monumental exigida pela afirmação do regime político autoritário em edifícios públicos e privados durante as décadas de 40 e 50. A arquitectura de Raul Lino adequava-se perfeitamente às componentes ideológicas do regime fascista que António de Oliveira Salazar fazia sentir. Embora, nas primeiras décadas do século, o arquitecto tenha recusado o cosmopolitismo académico de influência francesa e, ainda mais tarde com maior vigor combativo, o modernismo internacional. Dado que nos finais dos anos 40 decorreu uma tremenda manifestação teórica, por parte dos opositores verdadeiramente interessados que se oponham aos seus modelos culturais, progênita do movimento Anti - “A Casa Portuguesa” que se prolonga até aos nossos dias.

Após a Segunda Guerra Mundial, a monumentalidade fascista tornou-se mais branda e, sobretudo, os arquitectos mais novos, cuja formação é moderna, ganharam uma maior consciência no que diz respeito à realidade social portuguesa.

O grupo ODAM apresentou no 1º Congresso Nacional de Arquitectura uma intervenção, que publicaram em Folheto sob o título Onde se fala da ARQUITECTURA no Plano Nacional e do Problema português da HABITAÇÃO * 5.000 casas de habitação no Porto * O Instituto Português da Casa Popular. [...] O teor da intervenção constitui um tremendo requisito sobre a gravidade do problema da habitação no nosso país e sobre a qualidade da arquitectura e os constrangimentos que sobre ela passavam. Ao mesmo tempo, são propostas medidas para solucionar esses problemas, muito influenciadas pelas doutrinas de Le Corbusier, profundamente inovadoras e algumas até com características premonitórias, como a da criação do Instituto Português da Casa Popular. (Pereira¹⁴, 2008)

¹⁴ **Nuno Teotónio Pereira** (Lisboa, 1922 - Lisboa, 2016), formou-se em arquitectura na Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1949, ano que se associou ao Sindicato nacional dos Arquitectos. Em 1948 participou no 1º Congresso Nacional dos Arquitectos, ainda como arquitecto estagiário. Foi consultor de Habilitações Económicas na Federação das Caixas de Previdência, tendo realizado o primeiro concurso para habitações de renda controlada. Foi um arquitecto de carreira abastada, no que diz respeito ao número de obras construídas e reconhecidas, como a condecoração de vários prémios: Prémio da I Exposição Gulbenkian com o Bloco das Águas Livres, Prémio Nacional da Arquitectura da Fundação Gulbenkian, Prémios Valmor referentes à Torre de Habitação dos Olivais Norte, o Edifício “Franginhas” na Rua Braamcamp e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Menções Honrosas aos edifícios no Restelo e por aí em diante. Foi membro honorário da ordem dos Arquitectos e Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e de Lisboa, nos anos 2003 e 2005 respectivamente.



Ilustração 17 - Livro 1º Congresso Nacional de Arquitectura (1948) do SNA e respectivo folheto. (Ilustração Nossa, 2017; [Adaptado a partir de:] Ordem dos Arquitectos, 2008)

É então, em 1948, na Sociedade Nacional de Belas Artes, que decorre o primeiro Congresso Nacional dos Arquitectos apresentado pela Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). Pela primeira vez, abordaram-se oficialmente os problemas de contexto social e económico da produção arquitectónica; temas como “A Arquitectura no Plano Nacional” e o “Problema Português da Habitação”; e os princípios funcionalistas e racionalistas da Carta de Atenas¹⁵, permitindo apresentar ao governo uma imagem de unidade sobre a rejeição do “português suave”. O congresso contava com a participação de arquitectos e estudantes de arquitectura, acabando por dar voz a uma nova geração socialmente comprometida e culturalmente consciente.

Os arquitectos entreajudavam-se com interesses de grandes massas da população e entraram em ruptura com o poder, proporcionando a discussão dos princípios socialmente progressistas, em coerência e livremente, que pura e simplesmente rejeitavam o historicismo e o tradicionalismo em nome do “estilo internacional” – refere-se à arquitectura racionalista-funcionalista produzida, sobretudo, dos anos 1930 a 1950 no mundo ocidental, correspondente ao pleno desenvolvimento dos princípios defendidos pelas vanguardas modernistas europeias dos anos 20, a partir de modificações introduzidas nos Estados Unidos.

¹⁵ **Carta de Atenas** (1933), documento de compromisso escrito que resulta do IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. Trata-se da Carta Internacional sobre a “cidade funcional”: a carta considerava a cidade como um organismo a ser pensado de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. Desse modo, sugere a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, a verticalização dos edifícios situados em amplas áreas verdes, a industrialização dos componentes e a padronização das construções.

O “estilo internacional” que veio substituir o ecletismo do século XIX pela era da máquina durante várias décadas, via-se, na segunda metade do século XX, como um paradigma a ser repensado. A arquitectura moderna começava a teoriza-se em Portugal nos anos 50, no sentido renovado do encontro com uma continuidade histórica, do interesse pelas tradições locais, pelas diversas possibilidades materiais e de uma diferente preocupação com a integração dos novos elementos no seu contexto. Procurava-se o interesse na combinação dos parâmetros modernos com os contextos, as identidades e as pessoas, que acabavam por ser os valores postos em causa nos últimos CIAM.

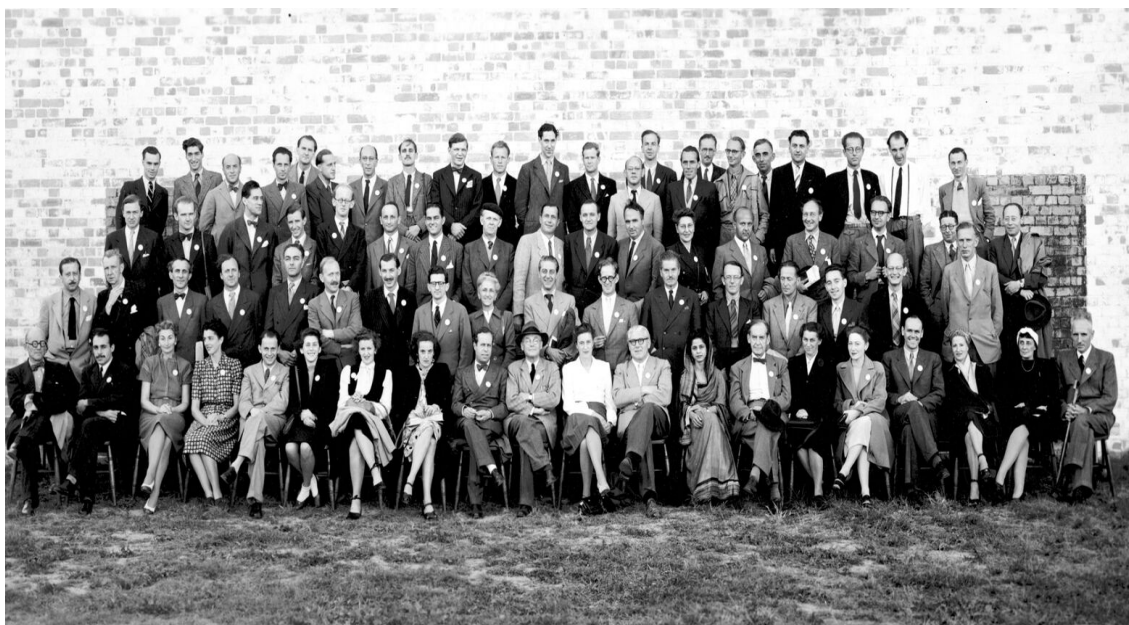


Ilustração 18 - Conferência CIAM: fotografia de grupo dos participantes numa visita à Bristol Aeroplane Company, RIBA Collections, 1947. ([Adaptado a partir de:] Goodale, 2017)

Nos anos 50 e 60 percebe-se, também, que a segregação de funções da cidade, defendidas pela Carta de Atenas, não era a melhor solução, acabando por se entender que o espaço urbano era algo mais complexo do que se compreendia anteriormente.

Em Portugal, com as ideias expressas na Carta de Atenas caídas por terra, terá sido apenas a partir do Inquérito à Arquitectura Popular, iniciado em 1956 e concluído em 1961, que saíram as ideias que mais se adequavam à nossa realidade. [...] “Viria a contribuir para pôr um fim ao mito da “Casa Portuguesa” e a gerar uma visão cultural recaindo algures sobre a fidelidade ao Movimento Moderno e o compromisso com a realidade à acção do tempo histórico. Pela primeira vez em Portugal, este reencontro com a modernidade assumiu um estado de ‘contemporaneidade’ e simultaneamente universalidade e entendimento da história como ela é.” (Tostões apud Oliveira, 2011, p. 44 - 46)

A desfavor dos princípios marcados na arquitectura exercida durante o Estado Novo, os arquitectos Fernando Távora¹⁶ e Francisco Keil do Amaral¹⁷ desenvolvem premissas que desafiaram o espírito rural da Casa Portuguesa de Raul Lino: a ideia de um inquérito, através de um trabalho de campo, à arquitectura regional portuguesa em 1947. Nesse mesmo ano, a ideia acabou por ser publicada na revista *Arquitectura* (1946-1989). O inquérito só teve início em 1956, sob orientação do Ministério das Obras Públicas, e só foi publicado em 1961. Abrangeu o território continental, dividido em seis regiões, contando cada uma com uma equipa de três arquitectos: dois jovens e um mais experiente. A função do IARP era combater a arquitectura do regime político que tentava instaurar um princípio de arquitectura nacional, de modo a encerrar os paradigmas da unicidade da “Casa Portuguesa”, e reflectir sobre a arquitectura moderna e os seus princípios de racionalidade funcionalista, transmitindo uma pluralidade regional, mas também social, especialmente vinculada pela arquitectura vernacular das diferentes regiões, como nos explica o Decreto-Lei nº40 349 de 19 de Outubro de 1955 (p. 903 - 904):

A intensa actividade desenvolvida na reconstrução material do nosso país tem o Governo feito corresponder preocupações e esforços no sentido da valorização da arquitectura portuguesa, estimulando-a na afirmação do seu vigor e da sua personalidade e apoiando-se no propósito de encontrar um rumo próprio para o seu engrandecimento. [...]. Perante a evolução dos factores que lhes deram origem, algumas dessas tradições construtivas não manterão já integralmente o seu valor, podendo mesmo constituir meros documentos da história da nossa arquitectura. Muitas, porém, continuam perfeitamente ajustadas ao ambiente nacional, e contêm em si uma lição viva de evidente valor prático para o desejado aporuguesamento da arquitectura moderna no nosso país.

¹⁶ **Fernando Luís Cardoso de Meneses e Tavares de Távora** (Porto, 1923 - Matosinhos, 2005), diplomado pela Escola de Belas-Artes do Porto em arquitectura no ano de 1952, onde mais tarde lecionou. Inicia a sua carreira como técnico da Câmara municipal do Porto, projectando bairros sociais, e mais tarde cria o seu próprio atelier. Realizou várias obras notáveis, inseridas na lógica da construção, incluído “O Problema da Casa Portuguesa”, publicado em 1947. Foi membro da Organização dos Arquitectos Modernos e nos finais dos anos 80 do século XX cria o Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, sendo homenageado com a atribuição do Doutoramento Honoris Causa em 1993.

¹⁷ **Francisco Keil do Amaral** (Lisboa, 1910 - Lisboa, 1975), ingressou no curso de arquitectura da Escola de Belas-Artes em 1929, mas acabou por anular a matrícula. Mais tarde, em 1934, foi aprovado como aluno externo no Curso geral de Arquitectura do mesmo estabelecimento de ensino. Em 1938, entrou para os quadros da Câmara Municipal de Lisboa e em 1943 leccionou o curso de Arte e Arquitectura na Universidade Popular. Foi eleito presidente do Sindicato dos Arquitectos, em 1948, sendo impedido de tomar posse em 1949, por imposição do governo. É autor de uma vasta obra construída, incluindo a Feira Internacional Portuguesa (1953) e o Metropolitano de Lisboa (1949-1959).

Conclui-se que toda a conveniência na arquitectura popular, segundo Rodrigo Ollero¹⁸ a partir de uma reflexão sobre o Inquérito para a Revista Arquitectura Lusíada 1 (2010, p. 46), “surge no seio do Movimento Moderno, não só por razões idênticas às do caso português – a questão identitária - mas porque os arquitectos modernos consideravam ser ela um exemplo vivo de uma arquitectura racionalmente bela pelas suas características de simplicidade, de genuinidade e de grande poder plástico.” e “há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas.”. (Távora, 2006, p. 58)

3.1. INQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL PORTUGUESA (IARP)

No século XX dado início a vários levantamentos, o levantamento que realmente foi publicado e que revelou, como anteriormente referido, as ideias que mais se adequavam à nossa realidade foi o Inquérito à arquitectura popular.

A ideia do grande impulsionador da iniciativa, Francisco Keil do Amaral, foi lançada em 1947 na revista Arquitectura: Revista de Arte e construção (1946-1989) e retomada seis anos mais tarde, precisamente em 1955, por iniciativa do SNA juntamente com o Ministério das Obras Públicas, com o nome inicial de “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”. Foi apresentado e publicado em 1961, em dois volumes, com o nome de “Arquitectura Popular em Portugal” pelo SNA. E por fim, em 1980, foi reeditado pela Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), em três volumes.

Quando a ideia foi lançada, em 1947, Portugal atravessava um período crítico de transição na história da arquitectura construída: procurava-se estabelecer padrões para a linguagem arquitectónica onde sobressaíssem elementos decorativos portugueses e, simultaneamente, os arquitectos mais jovens sentiam-se presos ao passado e o apelo ao movimento moderno era demasiado forte para ser ignorado. A principal questão para o problema de estado era escolher um caminho entre o moderno e a verdadeira tradição portuguesa.

¹⁸ **Rodrigo Reis Ollero das Neves** (1940), arquitecto licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e doutorado em Arquitectura pela University of Salford, U.K. Presentemente, é Professor Associado e Investigador-coordenador na Universidade Lusíada de Lisboa. É coordenador de diversos projectos de investigação, como “Os Materiais da Arquitectura” e “O Estuário do Tejo e as suas Áreas Ribeirinhas – estratégias para a sua sustentabilidade” do Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design (CITAD).

O inquérito diz respeito a uma série de trabalhos de campo, realizado de norte a sul do país, onde o levantamento sistemático da construção popular portuguesa é fundamental, assim como a sua relação com os modos de vida e a ocupação de actividades desenvolvidas pelos habitantes.

Segundo a introdução da Arquitectura Popular em Portugal (APP) (1988), o inquérito contribui para salvaguardar o que merece ser mantido e não funciona apenas como um inventário ou um catálogo de formas e técnicas construtivas, mas sim como uma forte reflexão sobre a aproximação à realidade da arquitectura popular e à caracterização da população nos meios rurais, acabando por reflectir mais sobre a arquitectura do que sobre razões antropológicas. Permitiu, e continua a permitir, aos arquitectos profissionalmente conscientes um conhecimento “«*in loco*» dos atributos específicos das várias regiões do p do País, das raízes das suas arquitecturas, com imprevisíveis consequências na sua prática disciplinar.” (Norberto, 1988b)

Em três meses de deambulações, percorreram os seis grupos cerca de 50 000 quilómetros, de automóvel, de “scooter”, a cavalo e a pé. Detiveram-se em centenas e centenas de povoados, nos quais fizeram cerca de 10 000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas. (Norberto, 1988a, p. 6)



Ilustração 19 - Alguns dos membros das equipas do IARP no lançamento da 4ª edição da APP, 2004. ([Adaptado a partir de:] Ordem dos Arquitectos, 2011)

O levantamento abrangeu todo o território continental português, dividido em seis regiões geográficas e coube a 18 arquitectos distribuídos por seis equipas de três, dois jovens arquitectos e um mais experiente, estudá-las com o intuito de catalogar de forma objectiva a arquitectura vernacular.

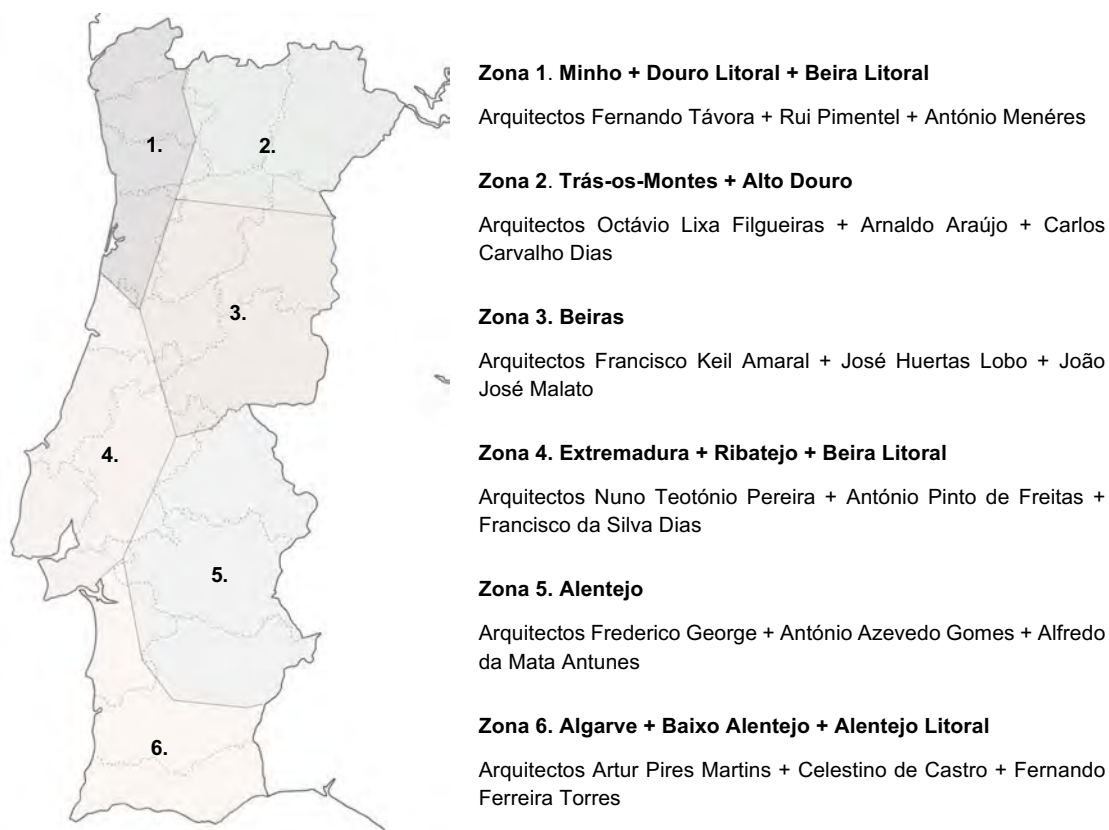


Ilustração 20 - Mapa de localização e respectiva identificação das diferentes zonas do país, segundo a APP. (Ilustração nossa, 2017)

Depois de divididas as diferentes regiões assim como os respectivos grupos, a metodologia no trabalho das equipas diferenciava-se significativamente, uma vez que o interesse se direccionava, umas vezes mais para as estruturas morfológicas, outras vezes mais para as tipologias.

O processo de trabalho era baseado em disposições concretas e pormenorizadas a analisar detalhadamente por cada grupo como a ocupação do território, a estruturação urbana, materiais e processos concorrentes de construção, influências do clima, da economia, da organização social dos factores de evolução sobre o seu edificado e os seus agrupamentos, tendo em conta os factores condicionantes. As ferramentas utilizadas por cada grupo eram, essencialmente, o fornecimento de material de estudo sob os pontos de vista da geologia, do clima, das vias de comunicação, da economia, da história, da etnografia, dos cultivos, do povoamento florestal, da pecuária e dos movimentos migratórios das suas populações. Utilizavam meios como a fotografia, o desenho e notas escritas.

Contudo, a reunião de todos os elementos estudados e conhecimentos adquiridos e, sobretudo sentidos e vividos, pelos arquitectos em questão, resultou num documentário de valor inestimável segundo Nuno Teotónio Pereira. O IARP mudou a arquitectura em Portugal e encorajou os arquitectos modernos na retoma da história e da tradição, enquadrando na modernidade a utilização de materiais e processos caídos em desuso. Ofereceu, e continua a oferecer hoje em dia, lições importantes e necessárias, prontas a integrar no pensamento moderno. Por fim, o moderno e o regional pareciam ser compatíveis e fundamentais para a formulação de uma resposta consciente e coerente à crise do Estilo Internacional.

3.2. O MEIO RURAL

Historicamente, o mundo rural arcaico funcionava como produtor de alimentos, a actividade económica dominante era a agricultura, o grupo social de referencia seria a família camponesa com modos de vida, valores e comportamentos próprios e a paisagem visava o equilíbrio entre as características naturais e o tipo de actividades desenvolvidas pela mão humana. Já o mundo urbano era marcado por funções, actividades, grupos sociais e paisagens construídas em negação ao mundo rural. Mais tarde, com a revolução industrial, esta oposição acabou por se alterar: a inesperada formação de uma nova sociedade urbana e industrial acabou por gerar a perda de centralidade económica, social e simbólica por parte do mundo rural. O mundo rural era reconhecido pelas realidades remotas e as aglomerações urbano-industriais como o palco do progresso.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial a industrialização da agricultura veio fracturar o mundo rural em duas realidades bem distintas, o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional.

Sintetizando, a oposição rural-urbano começa a não ser vista como a mais decisiva, na medida em que a modernidade deixa de constituir um exclusivo das áreas urbanas – nem todas as áreas rurais estão condenadas aos processos de agonia do “velho” mundo tradicional. Segundo o geógrafo João Ferrão¹⁹, no artigo Relações ente Mundo rural e

¹⁹ **João Manuel Machado Ferrão** (1952), licenciou-se em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1975, onde mais tarde, em 1986, se doutorou em Geografia Humana. É investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre 1987 e 1990, foi Presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e Secretário de Estado do Ordenamento do Território das Cidades entre 2005 e 2009. Realizou diversos trabalhos de investigação e de ensino bem como de consultoria. É autor de inúmeras publicações nos domínios da geografia, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro (2000, p. 47), “a relação rural-urbano bifurca-se, dando origem a uma partição das áreas rurais em função da sua proximidade (física, mas também funcional e socioeconómica) aos principais centros urbanos.”. As áreas rurais podem ser “centrais”, “periféricas”, “marginais” ou ainda “profundas”. Entre os centros urbanos e as áreas rurais “centrais” e “periféricas” as relações complementam-se, enquanto que entre os centros urbanos e as áreas “marginais” e “profundas” as relações dissipam-se, principalmente nas “profundas” onde os recursos e as condições de acessibilidade são particularmente desfavoráveis e o interesse dos cidadãos é praticamente nulo.

Nos anos 80 assiste-se à invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola. Esta perspectiva introduz elementos novos de encarar os mundos rural e urbano, em si e na forma como se relacionam. [...] Esta disjunção entre mundo rural e agricultura é assumida como possível e até desejável [...] a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da ideia de património. (Ferrão, 2000, p. 47 - 48)

Uma vez mais, as relações urbano-rural vêm a ser alteradas em virtude da ideia que se preserva ou se vende em nome do valor patrimonial: o mundo rural transformou-se, fomentando a criação de espaços multifuncionais com valor patrimonial. Essa transformação assenta em três valores base: o desenvolvimento sustentável, onde o rejuvenescimento do habitado é centrado na conservação e protecção da natureza; a valorização de memórias e identidades na procura de autenticidade, encarando a conservação e a protecção dos patrimónios históricos e culturais como vias ilustres para esse mesmo efeito; e a comercialização de paisagens, através de plataformas escritas e virtuais, como resposta às novas práticas de consumo decorrentes da melhoria do nível de vida e do aumento de tempos livres, valorizando as actividades de turismo e lazer.



Ilustração 21 - Plataforma virtual oficial das Aldeias de Portugal. ([Adaptado a partir de:] Aldeias de Portugal, 2013)



Ilustração 22 - Guia de destinos Aldeias de Xisto: A descoberta começa aqui (2014). (Ilustração Nossa, 2017)

Esta nova visão do mundo rural assume práticas de pluriactividade e de pluri-rendimento por parte das famílias camponesas, que contribuem para manter vivo o mundo rural, não apenas pelo seu valor financeiro, mas também pelas funções ambientais e sociais que asseguram ao meio implementado.



Ilustração 23 - Contraste entre o mundo rural e urbano, Porto. ([Adaptado a partir de:] Domingues, 2011, p. 105)

Actualmente, podemos encontrar diversas situações referentes à relação mundo rural-mundo urbano: relações mais restritas, onde a dicotomia tradicional, na sua versão mais simples cidade-campo, assume uma fronteira mais relevante; realidades actualmente designadas por “regiões urbanas” compostas por espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, articulados entre si. Em alguns dos casos a articulação é conflituosa, noutros harmoniosa; e por fim, o mundo rural exterior às “regiões urbanas”, onde a valorização política e simbólica é acrescida e atribuída no contexto patrimonial e, em contrapartida, vigora a fragilidade dos meios praticamente mobilizados nesse sentido, com a escassez de resultados entretanto obtidos e com a estreita dependência de práticas de consumo urbano cuja durabilidade está longe de corresponder a uma realidade incontroversa. (João Ferrão, 2000, p.3)

No entanto, mesmo com ou sem a introdução de novos meios de comunicação e transportes nas últimas décadas, continua a existir um leque variadíssimo de espaços rurais que ficaram e permanecem esquecidos e abandonados, seguido do êxodo rural e resultando no envelhecimento da população que se preservou, também ela, em grande escala, esquecida e abandonada.

O património rural foi-se arruinando com o passar dos tempos, o grau de desertificação e desruralização assumiram patamares elevadíssimos, acabando por assumir consequências de grande peso no equilíbrio do território continental habitado. Talvez por não se tratar do nível de vida que se leva nos grandes centros urbanos, mas sim da vida humilde em torno da terra, pertencente a gerações passadas que não sabiam ler nem escrever. Toda esta herança de grande peso corre o risco eminente de desaparecer se não forem tomadas segundas alternativas, e o rural contemporâneo deve abranger medidas de preservação e reabilitação para, que um dia mais tarde, a intervenção de hoje seja a herança do amanhã.



Ilustração 24 - Moinhos do Sul, Albufeira, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)

3.2.1. HABITAR A CASA RURAL

A arquitectura rural viveu fases condicionadas e resultantes das antepassadas. Quando procuramos assuntos relacionados com arquitectura rural surgem conceitos como primitivo, vernacular, popular e erudito anexados a este tema. É importante saber distingui-los, pois todos eles definem termos arquitectónicos praticados no meio rural e distinguem fases da arquitectura no percurso temporal da história, pela respectiva ordem, adaptando-se às necessidades humanas. Assim, a história da arquitectura relaciona-se directamente com a da humanidade e às necessidades humanas, sendo que no meio rural, as características da arquitectura são ainda mais apuradas, assumindo-se com carácter próprio, deixando transparecer o verdadeiro valor do lugar.

Com uma gama restrita de recursos, os construtores regionais conseguiram aquilo que Keil do Amaral definiu como a característica fundamental e genérica da nossa arquitectura de raízes populares – a superação das bases materiais, isto é, com elementos relativamente pobres ergueram edifícios e conjuntos formalmente simples mas transmissores de notável riqueza emotiva. (Silva Dias²⁰, 2010, p. 27)

As construções erguidas são o resultado de uma arquitectura singular e genuína, pensada e construída por não-arquitectos, cujo produto resultava das relações do Homem com o meio natural que o rodeava, dos materiais disponíveis consoante o meio regional, do território e do saber popular, aplicado nas soluções adaptadas às controvérsias climáticas desse mesmo meio, ao longo de décadas e de geração em geração. Tratam-se de obras formalmente simples, mas engenhosas - ricas em qualidade emotiva. Assentavam no essencial, no estritamente necessário para o dia-a-dia e na funcionalidade. Os espaços eram pensados e construídos consoante aquilo que o agricultor, o pescador e o pastor precisavam.

A Casa Popular, e sobretudo a Casa Rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa aos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias e ferramentas de lavoura. (Oliveira e Galhano, 2003, p. 13)

²⁰ **Francisco da Silva Dias** (Lisboa, 1930), arquitecto diplomado em arquitectura pela Escola superior de Belas-Artes de Lisboa em 1957, ano em que inicia o seu trabalho no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Almada. Colaborou no IARP em 1958 e, mais tarde, em 2000, doutorou-se na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Trabalhou na Câmara Municipal de Lisboa em 1960 e entre 1990 e 1992 foi Presidente na AAP.

A casa popular, sendo ela rural, o abrigo acaba por ser, igualmente, o resultado da relação entre o Homem e o meio, mas transformado num instrumento de exploração da terra. Existem diversos tipos de casas regionais e tradicionais, cujos autores criaram um património arquitectónico vasto e único espalhado por todo o território, que contam a história de cada sítio e das suas gentes.

Na análise realizada por Mário Moutinho, em 1995, aos diferentes elementos que compõem a arquitectura popular portuguesa, o arquitecto definiu o território continental em quatro regiões com tipos idênticos de relevo, clima e revestimento vegetal: Norte, Centro Litoral, Alentejo e Algarve. Isto, porque o território português apresenta ao longo do seu espaço geográfico características regionais de carácter muito próprio, como já foi falado anteriormente. As quatro regiões apresentam também uma coerência ao nível dos povoamentos, dos vários tipos de construção ligados à habitação e produção e das cores dominantes.

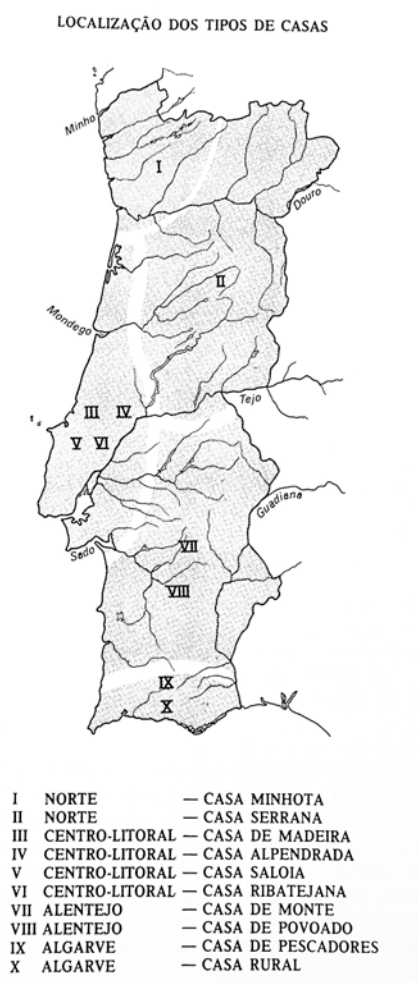


Ilustração 25 - Mapa de localização dos diferentes tipos de casa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1979, p. 39)

Uma vez que é do nosso maior interesse e dever, como arquitectos, estudar os vários tipos de habitação, assim como os respectivos processos de construção, ao longo do tempo e do território nacional, tomamos como ponto de referência o mapa de localização dos diferentes tipos de casas de Mário Moutinho - ilustração 25. No entanto, há que ter em conta que dentro de cada região existem outros tipos de arquitectura de habitação e produção para além das indicadas. O arquitecto, no mapa, assim como no respectivo estudo, faz questão de ilustrar preferencialmente apenas alguns tipos de casas que melhor caracterizam cada região.

Na região do Norte predominam dois tipos de povoamento: o disperso e o aglomerado. O povoamento disperso é vulgar na zona do Minho, enquanto que o aglomerado é frequente em Trás-os-Montes. Os tipos de habitação mais frequentes nesta região são a Casa Minhota e a Casa Serrana, embora exista uma grande variedade de construções não directamente ligadas à função da habitação, mas sim orientadas para as tarefas de produção. Como é o caso dos espigueiros, sequeiros, eiras, abrigos de barcos, moinhos e azenhas.



Ilustração 26 - Arquitectura de habitação + produção: Casa Minhota - casa-sequeiro, eira e espigueiro, Moreira do Rei. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 56)



Ilustração 27 - Arquitectura de produção: conjunto de espigueiros em pedra, Ponte da Barca, Lindoso. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 65)



Ilustração 28 - Arquitectura de habitação + produção: casa com eira em granito, espigueiro e sequeiro, Vila do Conde. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 39)



Ilustração 29 - Arquitectura de produção: forno colectivo, Santo André. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 56)

Na região do Centro Litoral a população distribui-se em povoamentos dispersos e aglomerados, embora a sua repartição geográfica seja a mesma para ambos. Nesta região predominam quatro tipos de habitação, a Casa de Madeira, a Casa Alpendra, a Casa Saloia e a Casa Ribatejana. Na região, precisamente na categoria das construções não destinadas à habitação, as mais importantes são os moinhos de vento, cuja zona de utilização se estende até ao Baixo Alentejo, todavia com menos frequência. As eiras, assim como as casas da eira e os palheiros.



Ilustração 30 - Arquitectura de habitação: povoação saloia, Azenhas do Mar. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 94)

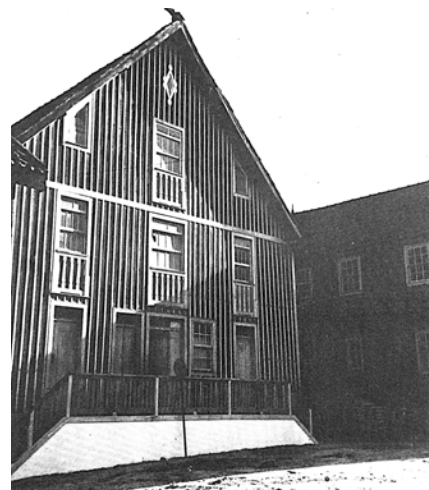


Ilustração 31 - Arquitectura de habitação: palheiro de Mira, Praia de Mira. ([Adaptado a partir de:] Pereira, Freitas e Silva Dias, 1988, p. 186)

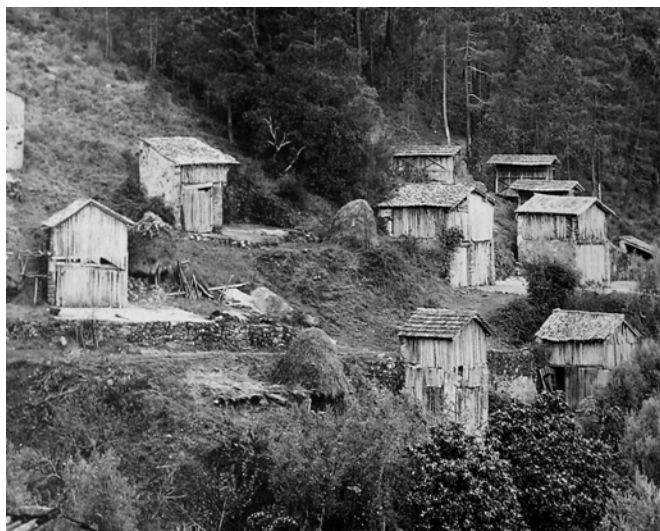


Ilustração 32 - Arquitectura de habitação + produção: conjunto de casas da eira e eiras, Algeriz, Anadia. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 46)

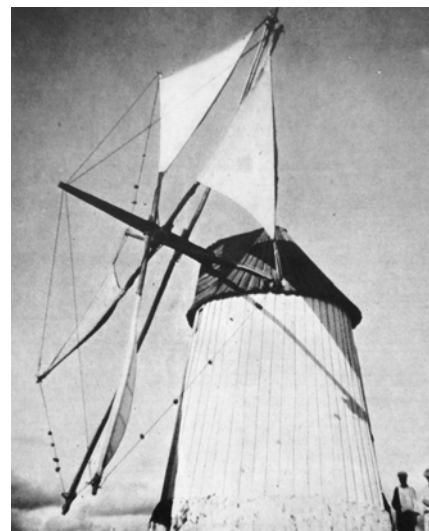


Ilustração 33 - Arquitectura de produção: moinho de vento, Ericeira. ([Adaptado a partir de:] Pereira, Freitas e Silva Dias, 1988, p. 164)

No Alentejo o povoamento aglomerado é o mais frequente, embora os montes alentejanos possam ser considerados povoamentos dispersos. Os tipos principais de habitação são o Monte Alentejano e Casa do Povoado e as principais construções,

específicas para a produção, para além dos moinhos já mencionados anteriormente estão integradas nos montes. Como é o caso dos fornos, das pocilgas e de outros corrais para gado.



Ilustração 34 - Arquitectura de habitação: Casas do Povoado, Entradas. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 120)

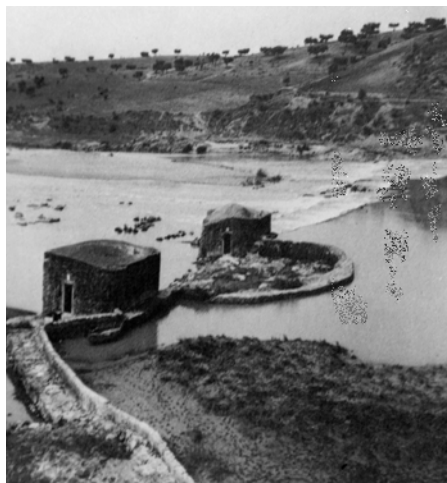


Ilustração 35 - Arquitectura de produção: moinhos do Guadiana, Moura. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 112)



Ilustração 36 - Arquitectura de habitação: Monte Alentejano, São Marcos da Ataboeira. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 119)

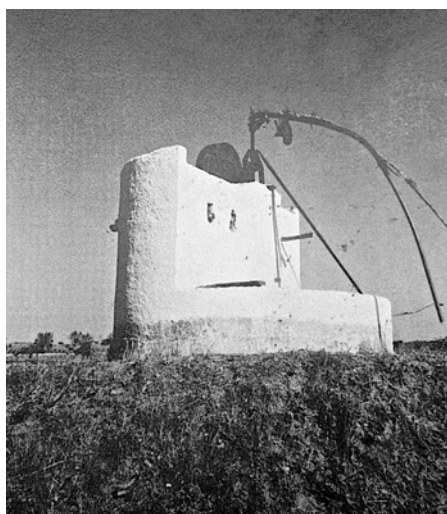


Ilustração 37 - Arquitectura de produção: nora, Évora. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 89)

Por último, no Algarve surgem o povoamento disperso quando as pessoas se dedicam à horticultura e o concentrado nas aldeias piscatórias. Os dois tipos de habitação mais característicos são a Casa de Pescadores e a Casa Rural. A vida agrícola na orla costeira algarvia explica a quase ausência de construções ligadas à produção, fora as grandes noras, com arcos e pilares, envoltas por um eirado que permite a recolha da água da chuva. Embora haja algum apoio, por parte da construção, na produção na zona mais interior.



Ilustração 38 - Arquitectura de habitação: Povoado - contraste entre as paredes de xisto à vista e rebocadas, Giões. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 153)



Ilustração 39 - Arquitectura de habitação: Povoado - coberturas mistas, Fuseta, Olhão. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 150)

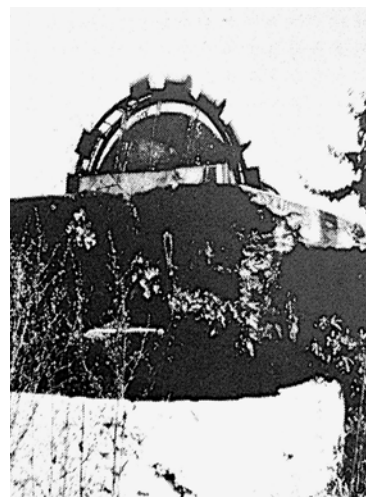


Ilustração 40 - Arquitectura de produção: azenha. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 155)

Contudo, podemos dizer que arquitectura rural “é a representação das necessidades, dos medos e das aspirações de uma época; é a forma real da sua civilização” (Atkinson; Bagenal, 1996, p. 26) e “diz-nos como eram os povos, onde e como habitavam e oravam, os seus domésticos e sociais, as suas aspirações e as suas conquistas” (Lutyens; Greenwood, 1996, p. 26), segundo as citações transcritas na obra Architectura in Nuce (1996), de Bruno Zevi²¹.

3.2.2. TIPOLOGIAS, TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E MATERIAIS

Falar de saberes tradicionais, nomeadamente em termos construtivos, é reportarmo-nos a um conhecimento ancestral sedimentado e testado ao longo dos séculos numa experimentação tantas vezes empírica e baseada no erro e, com base neste, na procura da sua correcção. É deste encontro entre a memória e experimentação que se constrói e renova o conhecimento tradicional. (Casella, 2010, p. 33)

As técnicas construtivas, assim como as soluções arquitectónicas, foram elaboradas, aperfeiçoadas e transmitidas de geração em geração, por meios de processo tentativa e erro, recorrendo a recursos naturais. É necessário estudá-las, para mais tarde serem ambos adaptados aos dias de hoje, sem denegrir nem abolir o saber tradicional.

²¹ **Bruno Zevi** (Roma, 1918 - Roma, 2000) era arquiteto e urbanista, formou-se na Universidade de Harvard, na School of Design, dirigida por Walter Gropius. Tornou-se num historiador e crítico da arquitetura modernista, cujo pensamento crítico resultou da obra “Saper vedere l’architettura” (1948).

Constrói-se com os materiais que estão ao pé da porta e segundo o costume e de entre as causas da diversidade que cobre o país, no campo da arquitectura regional, aquelas que apresentarão mais nuances e particularidades estarão ligadas ao uso dos materiais e às técnicas construtivas tradicionais. (Silva Dias, 2010, p. 27)

O país é caracterizado pela respectiva constituição geológica, esta por sua vez determina as grandes manchas e muitas das singularidades que a arquitectura regional portuguesa apresenta.

Os materiais seleccionados assentam em factores climáticos, históricos e económicos de cada lugar, definindo uma tradição através de métodos aplicados, de modo a tirar o maior proveito possível. Os elementos construtivos das habitações estão directamente relacionados com a morfologia e economia da região. Sendo que nas localidades de actividades do sector primário a construção reflecte fielmente, através de uma tradição local, o modo de utilização do solo. Os materiais congénitos representam fisicamente o tempo, assim como as respectivas origens e modos de uso. Materiais como a pedra, a madeira e a cerâmica comunicam através do tempo, ao contrário de grande parte dos novos materiais industriais.

A pedra é o material mais abundante e disponível no país, daí a utilização e os diferentes tipos de aplicação segunda a sua natureza e região. O granito é um material com propriedades muito particulares, pois exige um esforço acrescido por parte de quem o manuseia, permite um corte rigoroso e a utilização de peças de grande dimensão, conduz à perfeição de juntas e é determinante na construção geometricamente rigorosa onde cabem, inclusivamente, grandes vãos.



Ilustração 41 - Alvenaria e pavimentos em pedra de granito, Castelo Novo, Fundão. (Ilustração Nossa, 2017)

O xisto apresenta-se em peças pequenas de arestas cortantes, com encaixes bem marcados e que, por essas qualidades, permitem uma ligação muito natural das construções ao terreno. As alvenarias são constituídas por elementos muito irregulares, mas mesmo assim apresentam um grau de acabamento bastante apreciável, muitas das vezes travados com paramentos de grande escala em granito.



Ilustração 42 - Alvenaria e pavimento em pedra de xisto, Penha Garcia, Idanha-a-Nova. (Ilustração Nossa, 2017)

Por fim, o calcário que é uma pedra mais fácil de afagar, aceita o lavrar e o paciente trabalho dos canteiros, muito embora a pedra que a pedreira fornece, irregular e húmida, exija depois o reboco e, no Sul, o manto da cal que em algumas regiões é estendido num quase ritual



Ilustração 43 - Muro em alvenaria de pedra calcária, Ericeira, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)

A especificidade das diferentes alvenarias pode aumentar quando as condições locais se impõem. Tal é o caso das alvenarias de taipa, cujo processo construtivo é explicado mais à frente e as suas espessuras andam entre 0.45 e 0.70 metro - ilustração 77. Ou ainda o caso das alvenarias em blocos de terra argilosa, amassada e moldada com ou sem forma, e seca ao sol - adobe.

O adobe pode ser utilizado em paredes, abóbadas e arcos. A sua construção caracteriza-se pela diversidade de disposição dos blocos nas paredes interiores e exteriores e pelas inúmeras possibilidades de dimensões. Regra geral, as alvenarias em adobe são revestidas a reboco de cal.

A cal, neste caso aérea, consta como material estabilizador para a obtenção de uma maior resistência mecânica dos blocos, ou seja, no caso de a proporção de argila ser baixa ou a quantidade de fibras vegetais ser excessiva, a junção de cal aérea estabiliza os valores dos respectivos materiais, conseguindo assim a apresentação de um teor ideal nos blocos de terra. “A maioria das construções em adobe localiza-se no litoral centro, com maior expressão na região de Aveiro, onde, segundo dados do município, 35 a 45% dos edifícios são em adobe.” (Betão e Taipa, 2009). Embora, actualmente, sejam experienciadas novas práticas em várias regiões do território, como é o caso da reabilitação de uma casa tradicional numa aldeia de Vimioso que visa novas pistas aos investigadores de técnicas de construção tradicional.

“O plano inicial de recuperação da habitação de 130 metros quadrados com sete metros de altura era usar apenas granito, xisto e cal hidratada, mas a descoberta de grandes quantidades de barro no assentamento das velhas paredes de xisto mudou o projecto.” (Ferreira, 2009)



Ilustração 44 - “O adobe de Trás - os - Montes baralhou os manuais”, Nelson Garrido. ([Adaptado a partir de:] Ferreira, 2009)

Outros dos aspectos fundamentais para dar forma e corpo às construções, nas suas variantes regionais, é a cobertura vegetal do país. Isto é, no Norte a floresta fornece a madeira que permite vencer vãos, balançar varandas ou encerra-las com envidraçados que albergam, em simultâneo, a vida quotidiana e o secar das colheiras ao abrigo das intempéries.

Já no Sul, a situação é completamente diferente, uma vez que a madeira é escassa como elemento construtivo. Assim, o povo meridional viu-se obrigado a inventar outro tipo de estruturas engenhosas que têm como função a sustentação de telhados piramidais que cobrem as construções.

Quando o terreno e a vegetação variam, são exploradas outras técnicas e novos materiais para trabalhá-los. São dados os exemplos das costas alta e baixa atlântica, bastantes arenosas e vizinhadas pelo pinhal. Toda a madeira extraída tinha como fim as casas de banhistas, nomeados de palheiros de Tocha ou Mira ou a casa dos pescadores, assim como o abrigo dos respectivos apetrechos - ilustrações 45 e 46. As construções para resistirem à salinidade e à areia empurrada pelo vento, são construídas sobre pilares de madeira ou pedra para não ficarem subterrâneas e deteoradas.



Ilustração 45 - Casa de Pescadores sobre pilares de pedra, Costa da Caparica, Almada. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 46 - Casa de Pescadores sobre pilares de pedra, Costa da Caparica, Almada. (Ilustração Nossa, 2017)

Porém, é de salientar a intuição acrescida e as qualidades de adaptação dos construtores à inovação das construções, tal como a sábia transição dos postes de madeira para pilares de betão que passaram a usar, correctos no seu dimensionamento e função.

O IARP, pela vastidão de temas que abordou, constitui-se como um sistema aberto de investigação e tem dado origem a estudos sectoriais como o do urbanismo espontâneo, o “saber fazer” e do “saber habitar” da população portuguesa, as relações entre as “diversas” arquitecturas, a vernacular, a erudita, a regional, a clássica, a regional, a clássica, a moderna... (Silva Dias, 2010, p. 28)

O IRAP proporciona-nos um leque vastíssimo de materiais locais assim como os respectivos processos e técnicas construtivas, estudados e capturados pelos membros dos diferentes grupos de arquitectos. Com base nas suas abordagens, assim como nos sucessivos estudos que se realizaram após o seu feito, toda a informação seguinte foi sintetizada e esquematizada, dando a conhecer a panóplia de materiais e concernentes técnicas locais tradicionais, assim como a sua adaptação aos novos materiais e processos construtivos.

3.2.2.1. NORTE

A construção do Norte é fundamentalmente baseada no saber trabalhar a pedra, nomeadamente a de granito e a de xisto. As casas permanecem modestas, possuindo apenas o essencial para a sua habitabilidade, tendo como fim a habitação permanente ou temporária.

Na região encontramos, envolvida nas paisagens de povoamentos dispersos, a Casa Minhota. É uma casa com dois pisos, planta rectangular e o telhado é de duas ou quatro águas, carece de chaminé ou apresenta apenas uma bastante rudimentar. A entrada para o primeiro piso é feita por escadas de pedra e pela varanda do tear. O rés-do-chão alberga cortes, pocilgas, currais, adegas, lagares, arrumos e lojas, que também se podem apresentar ao redor do “quinteiro”, e no andar superior estão os quartos e salas.



Ilustração 47 - Casa Minhota, Camposa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 53)

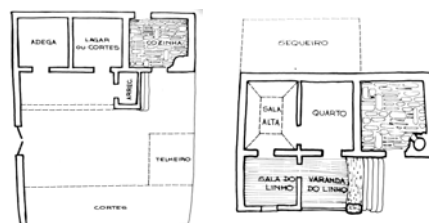


Ilustração 48 - Casa Minhota: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Camposa. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 54)

Os materiais de construção predominantes na casa minhota são o granito, geralmente emparelhado ou o xisto nas alvenarias, a madeira no forro dos telhados, em todo o vigamento, nas portas e janelas e, por fim, a telha utilizada na cobertura, que veio substituir o colmo.

Inserida em povoamento aglomerado, a Casa Serrana é constituída por dois pisos, cujas plantas são quadradas ou rectangulares. Assim como a casa minhota, o acesso ao piso superior é feito por uma escada de pedra, o telhado tem duas ou quatro águas e carece, muitas vezes, de chaminé. O piso térreo contém a corte dos animais ou loja e o piso superior apresenta uma ou duas divisões.



Ilustração 49 - Casa Serrana, Felgueira, Aveiro. (Ilustração Nossa, 2017)

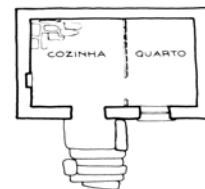


Ilustração 50 - Casa Serrana: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Bisalhães. (Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 60)

Neste tipo de habitação, nomeadamente na região da Cova da Beira, surge também um terceiro piso, no qual existe uma varanda corrida de madeira. Os materiais empregados neste tipo de habitações são o granito, que ao contrário da Casa Minhota raramente se encontra emparelhado, e o xisto nu sem ser argamassado ou rebocado. A construção de alvenaria de xisto implica o guarnecimento dos vãos interiores e exteriores em madeira ou granito, assim como a formação de cunhais é feita a partir de grandes blocos de granito. Os telhados são revestidos com telha caleira, placas de xisto, lousa ou colmo segundo a situação geográfica. E, por último, a madeira utilizada nos travamentos e vigamentos, nos alpendres e varandas que serviam de teares e sequeiro para o milho ou para a fruta.

O Norte é uma região favorecida, no que fiz respeito a construções ligadas à execução de tarefas de produção, é o caso dos espigueiros, eiras, sequeiros, fornos colectivos, abrigos de barcos, moinhos e azenhas, e a construções de carácter religioso.

Os espigueiros podem ser de madeira com paredes inclinadas, de pedra ou pedra e madeira, com paredes verticais. Têm uma forma alongada, embora existam exceções e apresentam suportes de pedra, chamados de “mesas”. A câmara estreita e as paredes aprumadas com fendas verticais permitem o bom arejamento e as “mesas” impossibilitam a subida de roedores e de humidade vinda do chão. No topo, apresentam uma cruz que tem como função invocar a protecção divina para os cereais. Actualmente, muitos deles ainda se encontram activos e em perfeito estado de conservação.

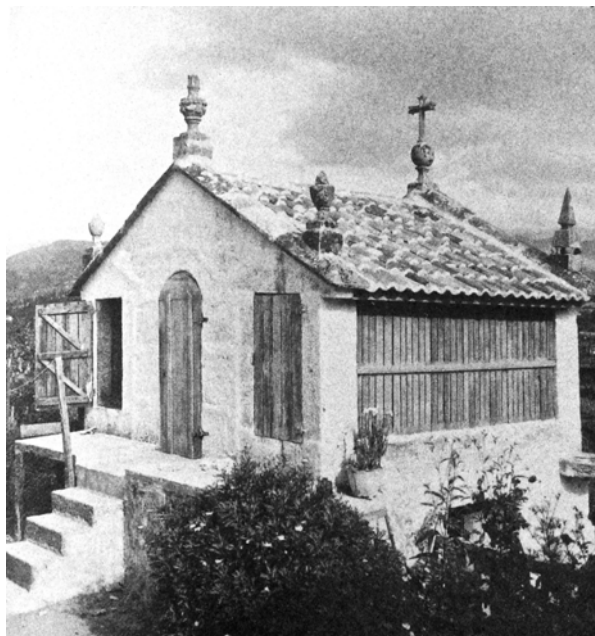


Ilustração 51 - Espigueiro de pedra e madeira com duplo corpo e corredor a meio, Ponte do Mouro, Monção. ([Adaptado a partir de:] Dias, Oliveira e Galhano, 1994, p. 111)



Ilustração 52 - Conjunto de espigueiros, Soajo, Arcos de Valdevez. (Ilustração Nossa, 2017)

Os sequeiros, bastante frequentes no Minho, são geralmente compostos por dois pisos e ocupam um dos lados da eira. Por vezes aparecem colado à habitação e o piso superior é encerrado por grandes “empanadas” de abrir - ilustrações 26 e 28; os moinhos de vento aparecem junta à costa, sendo substituídos por azenhas, que funcionam com a força das águas dos rios e ribeiros, no interior; e os abrigos de barcos e respectivos utensílios, assim como os abrigos de pastores apresentam-se como construções pobres, mas acabam por ser fruto de grandes engenhos, pensados e construídos por não-arquitectos.

Por fim, as igrejas e capelas, em grande parte, são construídas em granito, por vezes rebocado e pintado de branco. São edifícios simples, praticamente sem decoração e a pouca que têm é baseada em pirâmides, podendo o telhado da torre obedecer a este mesmo sólido geométrico como podemos observar nas ilustrações seguintes.



Ilustração 53 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, Castelo Novo, Fundão. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 54 - Torre da Capela de Santa Ana e São Joaquim, Vale da Torre, Castelo Branco. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 55 - Traseiras da Capela de Santa Ana e São Joaquim, Vale da Torre, Castelo Branco. (Ilustração Nossa, 2017)

As habitações, regra geral, são pouco coloridas. Mostram transparência total na construção dos materiais, revelando-os tal e qual como são. As cores dominantes são as do granito, do xisto ou da lousa.

3.2.2.2. CENTRO LITORAL

Junta à costa, na região Centro Litoral, encontramos a Casa de Madeira. Segundo o IARP, é das poucas construções do país onde o emprego da madeira é total. A sua utilização nos edifícios está condicionada à sua obtenção e relacionada, obviamente, com a cobertura florestal. A construção em madeira, para além de estar retida à presença de pinhal, está correcta para as condições naturais da região - a maneira como funciona relativamente à construção das casas sobre estacaria e à humidade conduzida pelo solo e que a brisa marítima transporta consigo.

As primeiras casas de madeira foram construídas junto à beira-mar para guardar os utensílios piscatórios. Nessa época, as casas eram constituídas por uma única e ampla divisão, mas mais tarde, segundo as necessidades do homem, começaram a surgir mais algumas divisórias. As casas de madeira têm planta rectangular e têm, por norma, um piso, embora a sobrelevação possa ser fechada com paredes de pedra e madeira, destinada a arrumos. A construção pode ter mais pisos, quando destinada a alojamento de banhista, como o caso do “palheiro de Mira” e a “casa de avieiros”.



Ilustração 56 - Casa de Madeira de “avieiros”, Costa Nova, Ílhavo. (Ilustração Nossa, 2017)

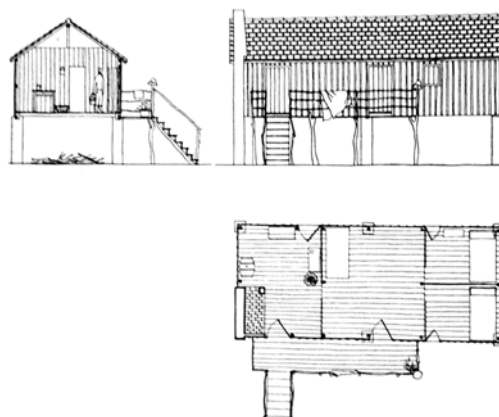


Ilustração 57 - Casa de Madeira de “avieiros”: exemplo de planta, corte e alçado, Cartaxo, Santarém. ([Adaptado a partir de:] Silva Dias, 2010, p. 28)

A casa, por norma, tem quartos, cozinha e uma grande varanda corrida, por onde se faz o acesso à casa. O telhado tem duas águas e carece, quase sempre, de chaminé. O material de construção utilizado é a madeira, aplicada no forramento e na estrutura, quando os pilares não são construídos em pedra.

A sua existência pode ser pontual ou disseminada, ao longo de todo o litoral, e a sua construção alberga funções de apoio às actividades produtivas. Actualmente, estas construções encontram-se em vias de extinção devido ao abondo progressivo das práticas piscatórias.

A Casas de Madeira está directamente associada à construção de baixos recursos, talvez pela imagem subjectiva do próprio objecto e pela falta de valor patrimonial, daí a justificação para grande parte das demolições.



Ilustração 58 - Casa de Madeira: estrutura da cobertura, palheiro de Tocha, Cantanhede. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 55)



Ilustração 59 - Casa de Madeira: forro exterior das paredes - costaneira trincada. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 50)



Ilustração 60 - Casa de Madeira: elementos verticais e horizontais da parede. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 49)



Ilustração 61 - Casa de Madeira: palheiro da Costa Nova, Ílhavo. ([Adaptado a partir de:] Vaz, 2010, p. 47)

Na zona interior centro da Estremadura predomina a tradicional Casa Alpendrada. É uma casa térrea de planta rectangular, composta por uma cozinha com lareira, cuja chaminé atinge uma dimensão considerável, quartos e um alpendre na entrada. Os pavimentos são em soalho, inclusive o alpendre. Os tectos são forrados de madeira e o telhado é de duas águas e forrado a telha de canudo. Junto à casa aparece, por vezes,

um portão que dá acesso ao pátio nas traseiras com construções anexas, cobertas por um telheiro de uma só água, assim como o forno, os currais e a adega.



Ilustração 62 - Casa Alpendrada, Coimbra. ([Adaptada a partir de:] Moutinho, 1995, p. 100)

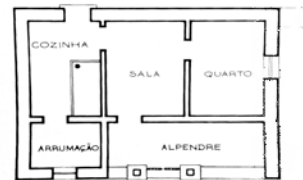


Ilustração 63 - Casa Alpendrada: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 101)

O material de construção predominante na Casa Alpendrada é o adobe, em forma de paralelepípedo achatado. As paredes exteriores são frequentemente reforçadas com contrafortes, também eles em adobe rebocados e caiados. A madeira é utilizada nas guarnições das portas e janelas.

A Casa Saloia apresenta um aspecto particular, de um lado possui um piso e do outro dois. No piso térreo situa-se a cozinha, os quartos e as arrumações, no piso superior, que é acessível por uma escada que parte da cozinha, encontra-se mais um quarto. No piso térreo o telhado é de duas águas e no piso superior é de quarto, sendo ele coberto com telha de canudo.



Ilustração 64 - Casa Saloia, Sobreiro, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)

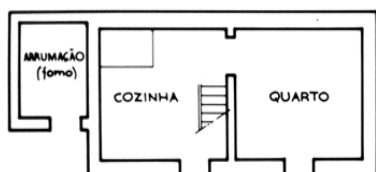


Ilustração 65 - Casa Saloia: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior, Sintra. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 105)

A Casa Saloia era caiada de branco e a telha tradicional era a mourisca, com telhado de duas águas. Embora as habitações mais evoluídas, pertencentes a gentes mais folgadas, apresentassem quatro águas e desenvolviam-se em dois pisos, com o rés do chão lajeado e uma escada exterior para o sobrado, onde estavam os quartos para toda a família.

A Casa Ribatejana assemelha-se à Casa Alpendrada: é uma casa térrea e de planta rectangular, o telhado é de duas águas com telha em canudo com curvatura acentuada e tem, por norma uma chaminé alongada e perpendicular ao cume do telhado. A disposição da cozinha, dos quartos e das arrumações é de enfiada.



Ilustração 66 - Casa Ribatejana, Pego. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 106)

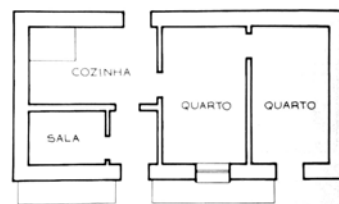


Ilustração 67 - Casa Ribatejana: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 107)

Os materiais de construção que vigoram, como na Casa Alpendrada, são o adobe, o tufo ou o tijolo, que são rebocados e caiados. As guarnições dos vãos são de madeira ou de pedra. Regra geral, todo este tipo de construção recebe pintura policromado: o branco predomina nas paredes e os rodapés e as guarnições das portas e janelas são pintados de cor forte.

Fora a arquitectura de habitação, a arquitectura de produção mais importante é a dos moinhos de vento. Geralmente, assumem planta redonda, e são construídos em madeira, taipa ou pedra. São cobertos por um telhado cónico de madeira forrada de lona embebida em alcatrão e atingem os cinco ou seis metro de altura. Junto ao estuário do Tejo, são substituídos por outro tipo de moinho que utiliza a força da água, denominado por moinho de maré.



Ilustração 68 - Moinho de vento, Ericeira, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)

No Centro Litoral, assim como na região do Norte, a eira e a casa da eira toma um papel fundamental na arquitectura de produção, tomando uma menor escala e um só piso. Adoçados, muitas vezes, às eiras aparecem os palheiros. São construções de madeira, podem atingir mais de três metros de altura e o telhado é de duas águas. As caiações policromadas predominam nos rodapés, nas paredes exteriores e nas guarnições das portas e das janelas das construções. Os interiores são caiados com cal.

Quanto à arquitectura religiosa, as capelas são caiadas de branco e contornadas por um muro baixo, o adro, e muitas das vezes apresenta um alpendre de entrada, semelhante à das habitações alpendradas desta região.

3.2.2.3. ALENTEJO

Considerado um tipo de povoamento disperso, o Monte Alentejano surge como uma casa térrea com planta rectangular de grandes dimensões. A casa apresenta vários quartos, despensas, arrumos e cozinha, e é complementada com várias dependências como o celeiro, cavalaria, a queijaria e o forno. O monte alentejano é dividido por uma parede, formando um lado maior destinado ao proprietário e outro menor ao caseiro. As casas não atingem mais de dois pisos e são ritmadas pelas chaminés que marcam as fronteiras ou aparecem junto ao beiral. As paredes são de alvenaria em taipa e tijolo, muitas das vezes reforçadas com contrafortes e o telhado é de duas águas, coberto por telha.



Ilustração 69 - Monte Alentejano, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)

A Casa do Povoado tem planta rectangular e um ou dois pisos. No piso térreo encontramos a cozinha, os quartos e os arrumos com acesso ao “quintalão”, que se assume como horta com galinheiro ou curral. Quando existe um segundo piso é ocupado por quartos e o acesso a estes é feito por uma escada a partir da cozinha. O número de vãos é reduzido, assim como as suas dimensões, devido às temperaturas elevadas que se fazem sentir. As paredes são em taipa ou tijolo e assumem espessuras generosas, são rebocadas e caiadas de branco. O telhado é de uma ou duas águas, coberto por telha, assente em canas.



Ilustração 70 - Casas do Povoado de um piso, São Pedro do Corval, Évora. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 71 - Casa do Povoado de um e dois pisos, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 72 - Casa do Povoado de dois pisos: exemplo de plantas dos pisos térreo e superior. ([Adaptado a partir de:] Moutinho, 1995, p. 132)

A construção no Alentejo, ainda hoje, assenta em materiais predominantes da região, sobretudo no emprego de cal, embora muitas vezes substituída por tintas plásticas, de tijolo e taipa combinados com outros tipos de material, como o betão armado. A cal é utilizada como revestimento dos paramentos e elemento na constituição das argamassas, o fabrico do tijolo em regime artesanal varia bastante de qualidade, assim como de aspecto e cor, e a taipa é comum em toda a região, predominando na zona meridional.

A brancura da casa senhorial à habitação mais modesta sempre esteve associada à imagem do Alentejo, que se destaca na paisagem verde escura dos sobreirais e dourado cintilante das searas. Assim como a produção de cereal, a produção de cal é uma actividade secular na região do Alentejo em extinção, mas mesmo assim, a cal acaba por ser um elemento simbólico na região do Alentejo, assim como os respectivos fornos, quer a nível patrimonial porque ajudam a manter uma imagem única na Europa, quer a nível ambiental porque ajudam na limpeza dos detritos da produção industrial dos mármore.



Ilustração 73 - Caição, Portel. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 55)



Ilustração 74 - Montagem do forno. ([Adaptado a partir de:] Menezes, 2015, p. 17)

Dos sucessivos tipos de aplicação da cal podem resultar diferentes tipos de texturas, contribuindo para a clareza e expressão dos volumes e acentuando o contraste entre os vazios e os cheios das fachadas. O material, pouco a pouco, foi cedendo o lugar à azulejaria, às marmorites e, por fim, à tinta plástica, considerada mais duradora. Assim, a necessidade repetitiva de uma tarefa penível, feita por mulheres e duas vezes ao ano - uma na Páscoa e a outra antes das grandes festas veraneias - passara a ser desnecessária.

Contudo, tanto a cal como os respectivos fornos de cal perderam a importância, estando por isso a desaparecer, assim como o saber fazer dos antigos caleiros.

Na região do Alentejo predominavam as pequenas e numerosas organizações artesanais de cerâmica. O sistema de fabrico primitivo do tijolo consistia no trabalho do barro à enxada e no amassamento a pé, para de seguida tomarem forma nos moldes em madeira, cheios um a um. A secagem era feita ao sol e em sistema de arrumação, que possibilitava uma boa circulação de ar, e por fim a cozedura no forno, como mostra a sequência seguinte:

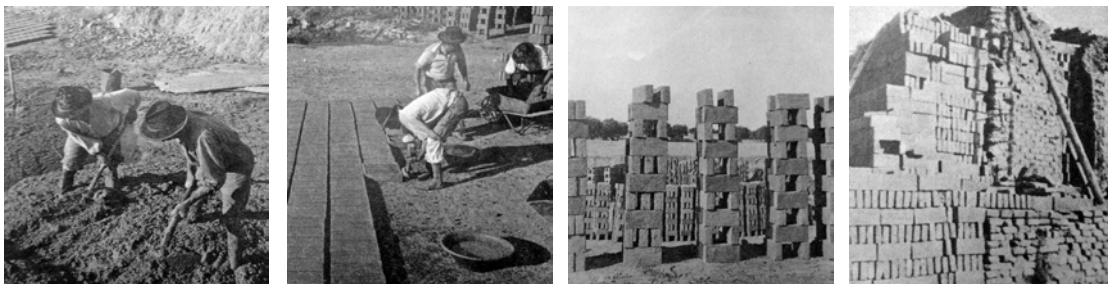


Ilustração 75 - Processo do fabrico primitivo do tijolo. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 38 - 39)

Nos dias de hoje, ainda é possível encontrar fábricas que produzem tijolo de forma tradicional, é o caso da Fábrica de Tijolo Rustico, olaria em São Pedro do Corval (<http://tijolorustico.pt/pt>), embora grande parte das empresas utilizem processos mecânicos, mais rápidos e baratos. As designações, assim como as respectivas dimensões do material foram acrescidas, possibilitando a sua utilidade consoante o local e a função: para a construção de paredes o tijolo é apelidado por “lambaz”; na construção de abobadilhas as peças já assumem um tamanho menor e são apelidadas de “pandirete” em Moura, “bumbum” em Vila Viçosa, ou ainda “abobadilha” e tijolo; e por fim o “ladrilho”, nome dado aos pavimentos na zona. Trata-se de um material bastante permeável e com franca resistência à abrasão, muitas das vezes é regado no verão para obtenção de um ambiente mais fresco e, quando utilizado em pavimento, apresenta maior desgaste nas zonas com mais utilização.

Segundo a zona 5 (George, Gomes e Antunes, 1988, p. 40), se as habitações forem térreas “o emprego de ladrilho é assente directamente em terra batida, com uma argamassa de cal e areia ou ainda com uma argamassa pobre de terra.” Caso a construção assuma dois pisos, o segundo pavimento é constituído por “tijoleira rectangular, assente em paus redondos”, mais conhecidos por barrotes. Já nos revestimentos de terraços, o ladrilho funciona como isolante optimizador, cobrindo abóbadas e, muitas vezes, forrando a cobertura no seu total, apoiado nos seus extremos por paus redondos. E por fim, a mais complexa e sábia aplicação na construção de abobadilhas, talvez influenciada na técnica árabe” e prestes a desaparecer, uma vez que tende, cada vez mais, a ser substituída pelo emprego de betão armado.

Nas últimas décadas verificou-se um movimento no sentido de recuperar as várias técnicas de construção em terra crua e ganhou-se consciência das inúmeras vantagens deste material. [...] A terra é facilmente acessível. Provém geralmente das escavações para a execução de fundações, piscinas ou caves, pelo que o seu impacto é quase nulo. [...] As construções em taipa apresentam um óptimo nível de conforto devido à elevada inércia resultante da espessura das paredes e das características da terra. (Betão e Taipa, 2009)

De simples constituição, a taipa consiste numa massa constituída por grãos de areia e brita ligados entre eles por argila. É um material incombustível e isotérmico, cem por cento natural, que juntamente com um reboco de cal, ou mesmo uma caiação directa sobre ela, torna-se mais impermeável. A sua resistência é fraca no que diz respeito aos impulsos laterais por parte do peso do telhado, ou quando as paredes servem de apoio às abobadilhas, exigindo assim o reforço das pesadas massas de alvenaria nas paredes exteriores - os gigantes, embora presentemente, tanto na reabilitação como nos projectos de raiz, a construção em causa já não exige gigantes, pois a taipa é conciliada com outros tipos de materiais, entre eles está o betão armado. As juntas horizontais do material, no processo manual de antigamente, eram preenchidas com argamassa ou fiadas de tijoleira, os cunhais e os guarnecimentos dos vãos são rematados com alvenaria de tijolo, hoje graças á introdução de novos materiais e mecanismos já não se aplicam.

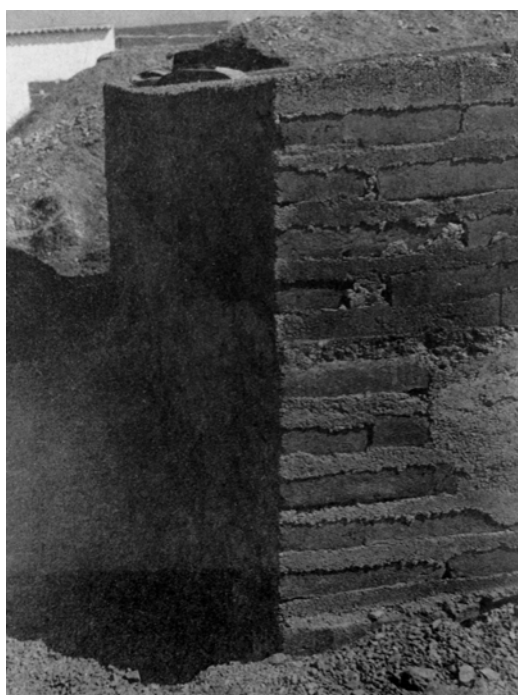


Ilustração 76 - Construção antiga em taipa: cunhal, Alfândão. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 34)

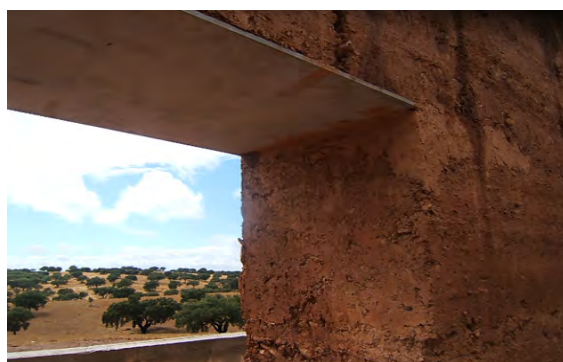


Ilustração 77 - Construção actual em taipa: Habitação em Beja. Bartolomeu Costa Cabral, João Gomes e Mário Anselmo Crespo, 2006. ([Adaptado a partir de:] Betão e Taipa, 2009)

Os taipais são moldes feitos por espessas pranchas de madeira desmontáveis, com dimensões próximas dos dois 2m por 0.50x0.45x0.50 úteis, onde a massa era batida com “malhos”, e fortemente trabalhada. Hoje, a situação alterou-se, continuando, sim, com o sistema de cofragem - o taipal - e a compactação com recursos de meios mecânicos como podemos verificar nas seguintes imagens:

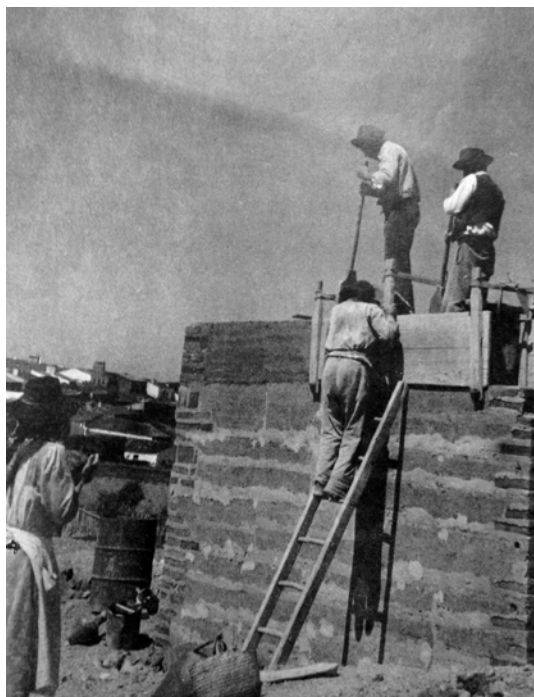


Ilustração 78 - Construção antiga em taipa: elevação de paredes com taipa, Alfândão. ([Adaptado a partir de:] George, Gomes e Antunes, 1988, p. 35)



Ilustração 79 - Construção actual em taipa: elevação de paredes com sistemas mecânicos actuais, Herdade do Rocim - Adega em Cuba. Carlos Vitorino, 2007. ([Adaptado a partir de:] Betão e Taipa, 2009)

A espessura das paredes varia entre os 0.45 e 0.70 metros e as fundações são executadas em alvenaria de pedra de xisto, argamassa de cal e areia, barro e até pedra seca, com o intuito das humidades ascendentes não actuarem nas paredes de taipa. (George, Gomes e Antunes, 1988, p. 34)

A taipa só era rebocada um ano após a conclusão da sua construção para se evitar o esboroamento provocado pelas águas das chuvas inverniais, mas hoje já é possível rebocá-la após dois ou três meses segundo a Direcção Regional de Cultura do Algarve. É um processo caro e lento, mas eficiente, capaz de sobreviver se no futuro forem dadas as atenções devidas ao melhoramento e aperfeiçoamento do seu emprego. Isto, porque a terra é um forte regulador de temperatura, conseguindo manter os níveis de temperatura e humidade confortáveis ao corpo do ser humano. De verão, as paredes de taipa dificultam a entrada de calor, ou seja, o calor transmitido diariamente à parede vai-se amortizando ao longo do tempo no material. E de Inverno, as paredes dificultam a saída do calor devido à inercia térmica elevada que a terra detém.

A pedra no Alentejo, embora o seu emprego não seja dominante, é utilizada como fundações das paredes de taipa ou tijolo, como já foi mencionado anteriormente, em fundações naturais, calçadas das ruas, pavimentos interiores e em paramentos à vista

em algumas zonas da região. O xisto, o granito e o calcário são as pedras que a região concede, o xisto acaba por ser a pedra mais frequente no Alentejo, já o granito podemos encontra-lo em vários pontos, como em Gáfete, Vidigueira e Pias, mas maioritariamente em Évora e Portalegre. O xisto apresenta-se em peças pequenas de aresta cortante, com encaixes bem marcados e que, por essas qualidades, permitem uma ligação muito natural das construções ao terreno, quando não rebocadas. As alvenarias são constituídas por elementos muito irregulares, mas mesmo assim apresentam um grau de acabamento bastante apreciável de cor quente, contrastando com o emoldurado de reboco caiado em volta dos vãos - ilustração 80. Em Vila Viçosa e Estremoz a extracção de pedra calcária tornou-se o factor industrial predominante da zona, tornando-se o mármore produto de eleição e exportação - ilustração 81.



Ilustração 80 - Arruamento de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 81 - Visita à pedreira pela Universidade Lusíada de Lisboa, Estremoz, Évora, 2014. (Ilustração Nossa, 2017)

Na zona, a madeira para construção nunca foi abundante, uma vez que grande parte da floresta se trata de sobreiros e azinheiras, madeiras que, pela sua natureza, não se prestam à construção civil. Excepto a Serra de São Mamede que apresenta uma reduzida mancha florestal de castanheiros e carvalhos, de onde provinham os “travejamentos de telhados, guarnições de vãos e pavimentos, [...] e construções de varandas, em Póvoa e Meadas, Niza e Gavião, ainda com sabor a beirão.” (George, Gomes e Antunes, 1988, p. 51). Mais tarde, com a evolução dos meios de comunicação que possibilitaram a importação, o eucalipto e o pinho começaram também a ser utilizados.

Existiam ainda outros materiais de construção, como matos que constituíam as coberturas de cabanas, abrigos de pastores e gado e algum adobe, na região de transição para a charneca ribatejana.

3.2.2.4. ALGARVE

Nas aldeias piscatórias, as Casas de Pescadores formam o povoado concentrado. Por norma, a Casa de Pescadores tem um só piso e a planta é rectangular. Possui uma açoteia que é acessível por uma escada que parte do interior da habitação ou de um pátio. As divisões têm cobertura abobadada, a cozinha encontra-se nas traseiras da habitação, as paredes são de pedra ou tijolo, rebocadas e caiadas de branco.

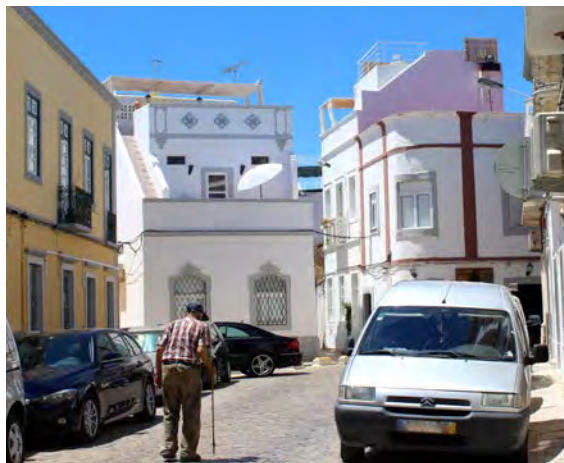


Ilustração 82 - Casa de Pescadores: açoteias e mirantes, Bairro da Barreta, Olhão, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)

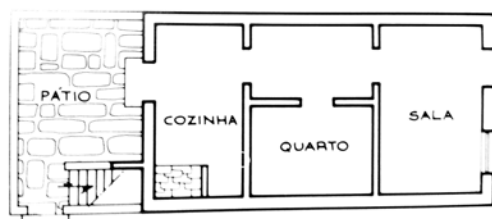


Ilustração 83 - Casa de Pescadores: exemplo de planta. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 149)

A Casa Rural surge em zonas de produção agrícola, cujo povoamento encontra-se mais disperso. Este tipo de habitação tem um único piso com sala, quartos e cozinha, e uma planta rectangular. Em seu redor integram vários anexos destinados à criação de animais. A construção das alvenarias é feita em taipa, pedra ou tijolo rebocados e caiados de branco, os telhados apresentam uma ou duas águas independentes, ou podem ser mistos com açoteia e telhado de uma água pouco inclinado.



Ilustração 84 - Antiga Casa Rural, Pêra, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)

Em ambos os casos, tanto na Casa de Pescadores como na Casa Rural, as divisões quando são abobadadas surge sempre uma açoteia ladrilhada com platibandas de resguardo. Este tipo de cobertura pode ser apoiado também por um tecto de vigas em madeira.

A constituição geológica do Algarve assemelha-se à do Alentejo, uma vez que o solo algarvio apresenta bons terrenos calcários e argilosos, como podemos observar no seguinte mapa de materiais referente a Zona 6 (Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral) do IARP, o que facilita a produção de cal e de materiais cerâmicos, assim como a sua utilização directa na construção local.

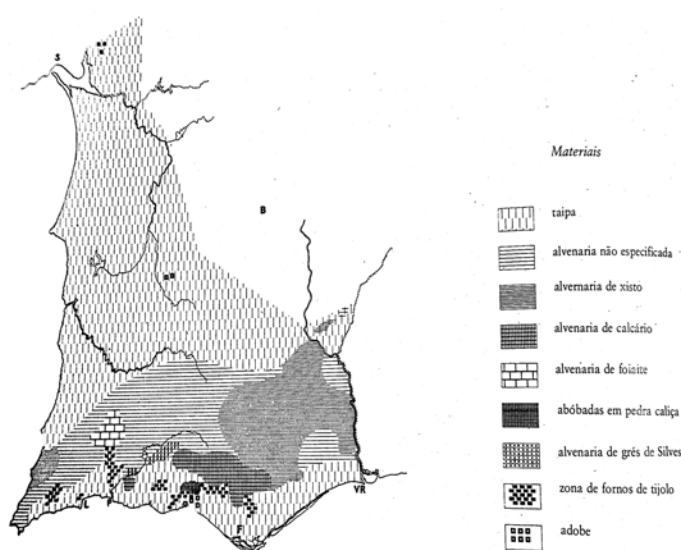


Ilustração 85 - Mapa de materiais referentes ao solo da zona 6 - Algarve.
(Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 174)

Como no Alentejo, o emprego de taipa nas alvenarias algarvias também era bastante frequente, apesar de existirem outras possibilidades com outros materiais disponíveis na região. Também a cal desempenhava um papel considerável nos acabamentos dos interiores e exteriores das edificações, quer aplicadas sobre o reboco, quer aplicada directamente sobre outros materiais. O calcário era utilizado habitualmente em alvenarias, nos pavimentos dos caminhos e sobretudo no guarnecimento de janelas e portas: as alvenarias eram construídas com pedras de menor dimensão e as de maior dimensão eram guardadas para o travamento dos cunhais. Quanto às cantarias, utilizava-se, e ainda hoje se utiliza, a pedra em guarnecimentos dos vãos interiores e exteriores, em capeamentos de muros e em degraus. Existiam ainda alvenarias de calhau rolado, que quando não rebocadas ganhavam uma textura e um relevo interessante.

Os elementos cerâmicos encontram-se aplicados nos mais diversos tipos de construção, desde os pavimentos interiores e exteriores tratados e pensados, às paredes e às coberturas. De entre os vários tipos de cobertura algarvios – telhado, abóbada ou açoteia - o que se destaca mais é a cobertura em telha. É a mais simples de todas, pode ser argamassada ou não, ter ripado ou este ser substituído pelo “encançado”²² e ter uma ou duas águas. A construção dos tradicionais terraços algarvios, apelidados por mirantes ou açoteias, é representada por um método de construção diferente de todos os outros, isto é, sobre o vigamento de madeira modulado ao ladrilho, é colocada a primeira fiada, à qual se sobrepõe duas ou três fiadas de ladrilho argamassadas e com juntas contrafiadas para um melhor isolamento. Muitas das vezes o pavimento, neste caso o “ladrilho”, era caiado para uma melhor impermeabilização.

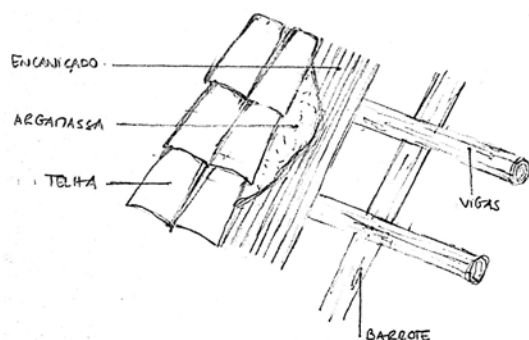


Ilustração 86 - Esquema de sistema construtivo tradicional: telhado de telha argamassada com “encançado”. (Ilustração Nossa, 2017)

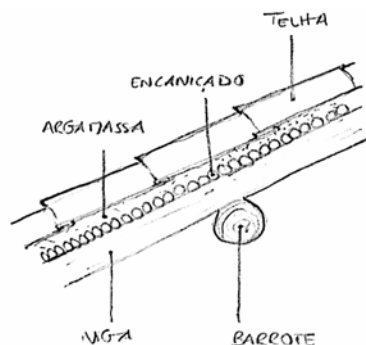


Ilustração 87 - Corte esquemático de sistema construtivo tradicional: telhado de telha argamassada com “encançado”. (Ilustração Nossa, 2017)

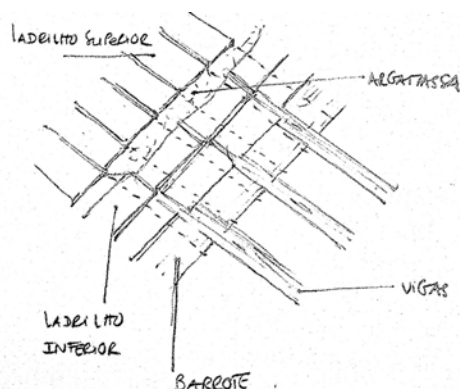


Ilustração 88 - Esquema de sistema construtivo tradicional: mirante algarvio. (Ilustração Nossa, 2017)

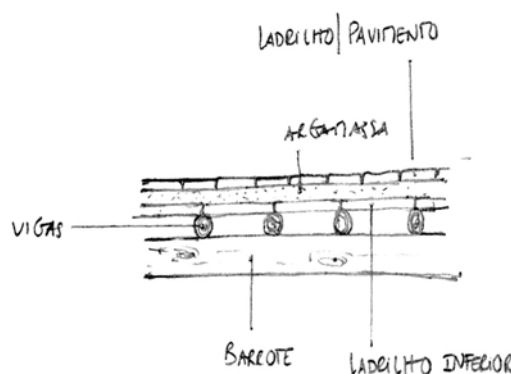


Ilustração 89 - Corte esquemático de sistema construtivo tradicional: mirante algarvio. (Ilustração Nossa, 2017)

²² **Encançado** é um sistema construtivo tradicional que visa o conjunto de canas ligadas umas às outras e aos barrotes por meio de um cordel. A cana era também utilizada na preparação de tectos suspensos, primeiramente era esmagada e depois encanastrada, de seguida este encanastrado era fixado a uma esteira de madeira e, por fim, rebocado.

O sistema construtivo mirante apresenta pouca eficácia, no que diz respeito às infiltrações. Os mirantes exigem um escoamento acentuado e a sua execução exige um grande aperfeiçoamento, difícil de conseguir. A sua construção é restrita, pois podemos encontra-la ao longo de toda a faixa litoral e nas vilas de Olhão e Fuseta como mostra a ilustração 82 o Bairro da Barreta, em Olhão.

Com a introdução de novos materiais mais eficazes e de fácil aplicação no mercado, como isolantes e impermeabilizantes, as argamassas, o encançado e outros materiais dantes empregados, assim como os respectivos sistemas construtivos, acabaram por ficar em desuso.

Para não fugir à regra, as abóbadas tradicionais algarvias, cujo sistema construtivo passava pelo uso de materiais como o ladrilho, o tijolo maciço e o calcário, tendem, cada vez mais, a desaparecer e vêm a ser substituídas pelo betão armado. Isto porque todo o processo artesanal e construtivo é mais dispendioso, embora os materiais sejam ligeiramente mais baratos.

Outro dos materiais ancestrais gerado e pontualmente utilizado, em zonas específicas da região, é o adobe que se traduz em blocos de terra crua, água e fibras naturais, com forma paralelepípedica, preparados *in situ* em formas de madeira e secos ao sol ou por sistemas mecanizados. É utilizado em alvenarias, mas tem fraco impacto na construção algarvia. Podemos encontrá-lo em solos arenosos, onde antigamente o acesso a outros materiais era inacessível.



Ilustração 90 - Produção artesanal de adobe, Portimão. ([Adaptado a partir de:] Martins, Castro e Torres, 1988, p. 175)



Ilustração 91 - Produção mecânica de adobe, Lagos. Mariana Correia, 2010. ([Adaptado a partir de:] Correia, 2010, p. 65)

As alvenarias mais correntes no Algarve são feitas de taipa, processo construtivo já explicado anteriormente. A razão parte do princípio que a presença de terrenos argilosos e a economia de meios necessários era limitada, daí a justificação da frequência com que é utilizada. As paredes de taipa, quando bem executas e isoladas da humidade do solo, através de boas fundações elevadas em pedra, apresentam longa longevidade. A sua espessura, como já mencionamos anteriormente, varia entre os 0.45 a 0.70 metro, apresentando assim boas condições de isolamento térmico. Os vãos só são abertos depois da parede estar terminada, tendo sido colocados previamente os lintéis de madeira.

De Silves até aos arredores de São Bartolomeu de Messines, deparamo-nos com o “grés de Silves”, cujo material é fácil de lapidar, como o calcário, e graças à formação de um cimento ferruginoso oferece-lhe uma estereotomia rica, de aspecto invulgar e inesperado com cor avermelhada escura. É aplicada nas alvenarias das habitações, em muros de vedação, soleira, entre outras construções.



Ilustração 92 - Grés, Castelo de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 93 - Grés, Sé de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)

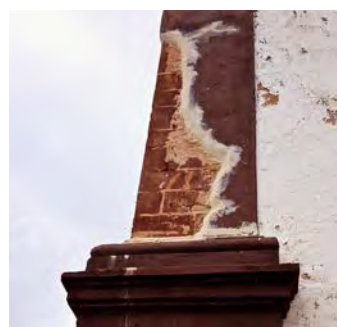


Ilustração 94 - Grés à vista, Sé de Silves, Silves, Faro. (Ilustração Nossa, 2017)

Podemos encontrar alvenaria de xisto argiloso no norte algarvio, mais precisamente entre a Serra do Caldeirão e o Rio Guadiana, muitas das vezes nua, embora também exista rebocada ou directamente caiada.

A utilização de outros materiais vernáculos, como o colmo, o bracejo ou o estorno era, muitas das vezes, o reflexo do nível económico de vida baixo, mas sob o ponto de vista construtivo era demasiado engenhoso. Estas construções, de forte carácter construtivo, não residiam estritamente no Algarve, pois ao longo de toda a costa, derivado à vida piscatória, podíamos encontrá-las. O processo construtivo baseava-se em materiais como o varedo de pinho e ripado de cana preso com arame ou corda. Por cima acamavam as fibras naturais no sentido da pendente, sobrepondo-se em camadas para que as águas das chuvas não se infiltrassem.

3.3. PANORAMA E ARQUITECTURA RURAL ACTUAL

3.3.1. DESERTIFICAÇÃO E DESRURALIZAÇÃO

Desruralização: é um conceito que se usa nas Ciências Sociais para denominar o processo de mutação socio económica e territorial resultante da perda de importância da actividade agrícola (agroflorestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades camponesas. (Domingues²³, 2011, p. 69)

Tudo começou pelos longos anos marcados pela revolução industrial, cujas virtudes e consequências foram, e continuam a ser, determinantes para os dias de hoje. Mais tarde, precisamente entre 1948 e 1951, Portugal entra no Programa de Recuperação Europeia, - Plano Marshall²⁴ - com o consentimento de António Salazar. O país, com o montante recebido, conseguiu desenvolver novas indústrias, que resultaram no início de uma Revolução Industrial nacional sucedida 100 anos após a era da Revolução Industrial Mundial, iniciada em Inglaterra no século XVIII, beneficiando do apoio até ao ano de 2002.

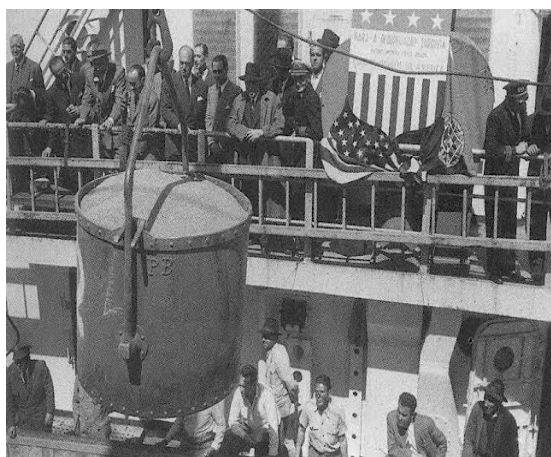


Ilustração 95 - "Chegada a Lisboa de um carregamento de trigo americano importado ao abrigo do Plano Marshall. 1950." ([Adaptado a partir de:] Grave, 2013)

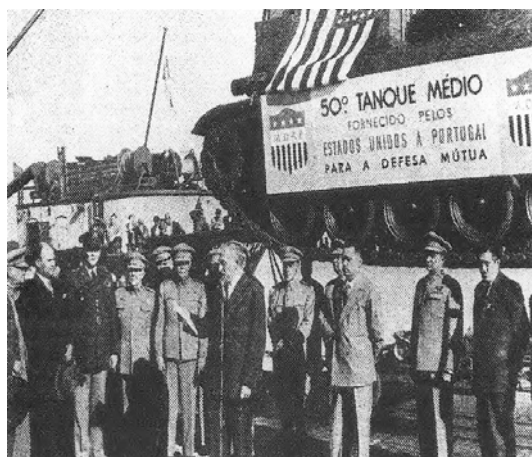


Ilustração 96 - "Cerimónia de entrega do 50º tanque fornecido pelos EUA a Portugal ao abrigo do acordo militar de defesa mútua do plano Marshall. 1957." ([Adaptado a partir de:] Grave, 2013)

²³ **Álvaro António Gomes Domingues** (Melgaço, 1959) doutorou-se em Geografia Humana pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1994. É docente e investigador no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Colaborou e colabora em vários estudos e publicações de projectos em conjunto com associações de universidades nacionais e internacionais. É autor de inúmeras obras, como a trilogia "A Rua da Estrada" (2009), "Vida no Campo" (2011).

²⁴ **Plano Marshall** é um plano dos Estados Unidos da América que visava ajudar a recuperação e reconstrução dos países aliados. O investimento abrangia o valor de 13 bilhões de dólares com o intuito de auxiliar a contornar a crise europeia. Funcionou também como filtro aos movimentos de expansão do comunismo de leste, que surgiam na Europa.

Seguia-se a era dos anos 60: Portugal era um país em crescimento económico e industrial, os grandes centros urbanos tornaram-se um chamariz para aqueles que estavam cansados e saturados da vida árdua do campo. Resultando numa emigração maciça, descontrolada e indefinida, assim como na repartição da família, os filhos separam-se dos pais em busca de um novo rumo, em pol de uma vida melhor, com melhores salários, infraestruturas e serviços.

Ora, tudo isto acarretava diversas consequências tanto nos pontos de partida, como de chegada: a desertificação do interior, o seu envelhecimento e de quem o habita e o decréscimo de natalidade; assim como problemas de cariz social nos grandes centros, as cidades vêm chegar grandes aglomerados de pessoas, para as quais não conseguem dar vasão às necessidades de todos. Os empregos tornam-se insuficiente e precários, conduzindo assim a situações de desemprego, de pobreza e marginalidade.

Com o agravamento da situação, muitos homens de família viram como alternativa destinos mais longínquos, com o intuito de mais tarde poderem restabelecer a família, fugindo da pobreza e da repressão política que se vivia. Estamos a falar de um sexto da população que saiu da sua terra mãe para o território desconhecido entre os anos de 60 e 74. Fracção esta, que acabava por retornar ao país, “construindo casas horrendas (como se tivessem regressado depois do insucesso escolar num curso de Estética que teriam ido frequentar à Sorbone)”. (Domingues, 2011, p. 126)



Ilustração 97 - Emigrantes de Portugal e Espanha durante a chegada à Estação Koln-Deutz, Helmut Koch, 1964. (Adaptado a partir de:] FLUP, 2014)

Foi assim durante décadas e continua a sê-lo nos dias de hoje, a saturação dos centros urbanos continua agreste, devido baixo poder de compra do consumidor, à precaridade do sector empregador, e ao crescimento de pessoas formadas com cursos superiores, cuja oferta de emprego é escassa, sendo-lhe reservado a alta concorrência imprecatória e o desemprego, restando-lhes muitas vezes a imigração. E a desertificação do interior do país, com a taxa de mortalidade elevadíssima na população envelhecida, em grande parte analfabeta, e o esquecimento de culturas e modos de vida tradicionais.

[...] A hipermodernidade é diferente do esquema simples da modernidade e das suas racionalizações universais.

Para lá do rolo compressor de uma globalização produtora de genéricos hegemónicos (que também os há como nunca houve) difundidos pelas principais máquinas produtoras de referências culturais (do cinema à televisão ou à internet), assistimos também à fragmentação e ao exacerbamento de localismos, de mestiçagens e fusões (fusion fashion, world music, etno-chic, etc.), a um deslumbramento face a tudo que seja novidade e que surpreenda, apesar do prazo curto e da obsolescência.

O legado rural – real ou inventado, não interessa muito – entra nesta poderosa máquina e alimenta-se de tudo o que houver à mão. A nova construção diversa e instável da ruralidade já não é, como no Estado Novo, a difusão de uma visão cultural dirigida por uma elite e propagandeada por uma instituição de pensamento único. (Domingues, 2011, p. 139)

O prognóstico do mundo rural nos dias de hoje é reservado e complexo. Hoje, quem habita o campo, nas zonas periféricas dos centros urbanos onde os acessos facilitam a mobilidade, não necessita de subsistir dele e a ideia de existirem dois polos distintos entre o rural e o urbano já não persiste, assim como a diferença de culturas devido a erosão de identidades proporcionada pelo intercambio de ambas as partes – cidade e campo. Na situação de zonas mais interiores e isoladas, o cenário é outro: abandono e envelhecimento.



Ilustração 98 - O interior desabitado, Penha Garcia, Idanha-a-Nova. (Ilustração Nossa, 2017)

3.3.2. DESENVOLVIMENTO RURAL E NOVAS OPORTUNIDADES

O rural contemporâneo tanto vive do branding - as Aldeias de... qualquer coisa – e da formatação de estilos de vida – que se sedimentam em modelos mais ou menos estáveis informados por imaginários, éticas e estéticas distintas (ambientes, património histórico, cosmopolitismo, nostalgia, refinamento tecnológico, etc.) [...]. (Domingues, 2011, p. 143)

Hoje, as aldeias do interior estão condenadas ao turismo e à cultura de veraneio. Segundo o geógrafo Álvaro Domingues, o rural está remetido para uma mitologia que já nada tem a ver com o que de facto se passa no mundo rural convencional. Pois a habitação raramente é permanente e a produção agrícola, assim como a criação de animais, assumem uma percentagem muito reduzida.

Como resposta à desertificação e em defesa da preservação de um património cultural, edificado, natural e paisagístico abastado, constituído por elementos materiais e imateriais, procurou-se encontrar soluções viáveis e sustentáveis no turismo e na agricultura, principalmente.

3.3.2.1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Delimitação da Ruralidade

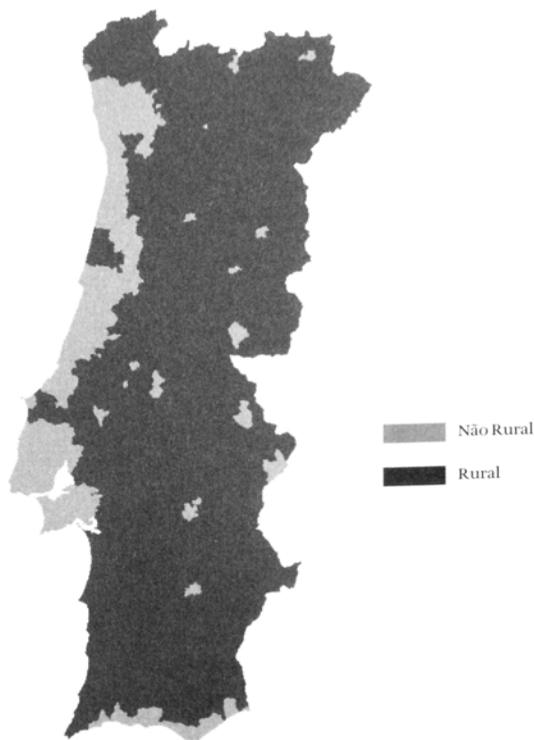


Ilustração 99 - Mapa de delimitação da ruralidade. ([Adaptado a partir de:] Domingues, 2011, p. 149)

Verificamos a partir do mapa de delimitação da ruralidade – ilustração 99 - que grande parte do território continental é rural. A ruralidade, quer a nível de habitação, quer a nível de produção agrícola ou de animais, é uma realidade em vias de extinção e não uma utopia. Necessita de ser estudada, compreendida e reabilitada para que futuramente todas as intervenções realizadas, sejam acções felizes e não destruidoras.

A criação de várias organizações com programas aprovados pela Comissão Europeia tem como objectivo ajudar o desenvolvimento rural do território português continental a combater a desertificação do meio rural.

O programa de desenvolvimento rural (PRODER) foi um instrumento estratégico e financeiro, aprovado pela Comissão Europeia, e esteve no activo entre 2007 e 2013. O PRODER tinha como objectivo a concretização do aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, a promoção de sustentabilidade dos espaços rurais e recursos naturais, a revitalização económica e social das zonas rurais e o melhoramento da governação das zonas rurais.

Actualmente, encontra-se em vigor o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020) que se foca em áreas como a inovação e conhecimento, competitividade e organização da produção, ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima, desenvolvimento local e assistência técnica.

A arquitectura encontra-se de braço dado com as áreas mencionadas anteriormente, pois a dependência é recíproca: a arquitectura de produção e de habitação necessita do desenvolvimento da produção, da cultura, da sociedade e do turismo, que funcionam como um “chamariz” a cidadãos e trabalhadores que nela vêm habitar. Assim como, os diferentes factores de desenvolvimento dependem também da arquitectura para estabelecerem os saberes e fazeres. É importante promover a reconstrução e a reabilitação através de técnicas tradicionais, repensado e reinventando novos programas adaptados à grande flexibilidade das construções ancestrais, preservando velhos costumes e tradições.

3.3.2.1.1. TURISMO, AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE

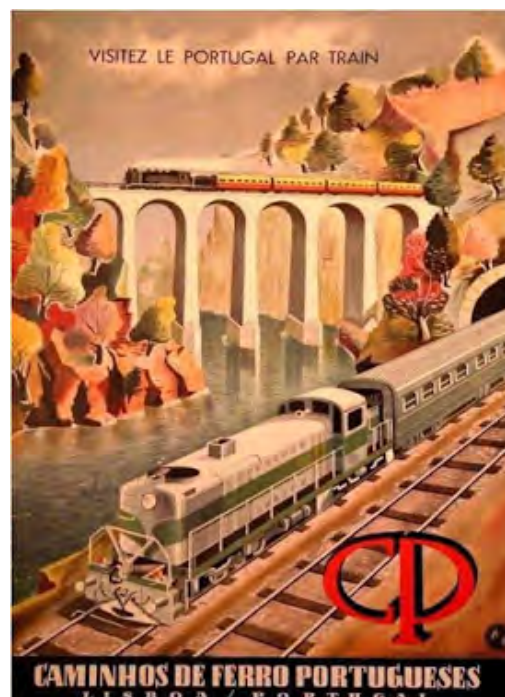


Ilustração 100 - Cartaz turístico de 1960 alusivo aos caminhos-de-ferro portugueses. ([Adaptado a partir de:] Oliveira, 2017)

O turismo teve início em Portugal no século XX, quando em 1911 foi realizado o IV Congresso Internacional de Turismo, precisamente em Lisboa. António Ferro²⁵ e a Sociedade de Propaganda Nacional foram dois elementos fundamentais na propaganda alusiva às visitas a Portugal feitas por comboio, uma vez que o avanço das infraestruturas proporcionava viagens mais rápidas e confortáveis, melhorando os meios de mobilidade entre as diferentes regiões do território.

Sendo o turismo um fenómeno antigo, a sua procura tem vindo a aumentar exponencialmente. O turismo rural é caracterizado pela sua grande diversidade focada em actividades e serviços proporcionados pelos seus habitantes. Tem como objectivo a atracção de turistas para a região, mostrando-lhes o que há de bom para conhecer e fazer. O distanciamento associado aos novos desejos de quem viaja conduz ao crescimento da valorização de actividades de recreação e entretenimento no meio rural.

²⁵ **António Joaquim Tavares Ferro** (Lisboa, 1895 - Lisboa, 1956) foi escritor, jornalista e político português. Foi editor oficial da Revista Orpheu em 1914, redator-principal no diário O Jornal 1919, jornalista de O Século e do Diário de Lisboa e repórter internacional do Diário de Notícias. Desenvolveu grande actividade nas áreas de propaganda interna e externa, entre elas estavam o turismo e actividades culturais em geral.

O Turismo em Espaço Rural (TER), segundo a Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), é o resultado da evolução do modelo de sociedade em que vivemos e apresenta factores-chave - ilustração 101 - e condições determinante de sucesso - ilustração 102 - que provocam presentemente e futuramente o desenvolvimento de uma procura progressiva.

Pretende-se criar uma oferta excepcional, cujas características distingam-se de todos os outros tipos de alojamento. Trata-se de turismo de habitação em imóveis antigos, muitos deles degradados e em ruína, mas com um valor histórico e arquitetónico acrescido.

- níveis crescentes de instrução da população
- interesse crescente pelo património
- aumento dos tempos de lazer
- melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações
- maior sensibilidade para as questões ligadas à saúde e ao seu relacionamento com a natureza
- abertura e receptividade às questões ecológicas
- maior interesse pelas especialidades gastronómicas de cariz tradicional
- a valorização da autenticidade
- a busca da paz e da tranquilidade
- a procura da diferença e das soluções individuais por oposição às propostas de massa
- o aumento do papel das entidades ligadas ao desenvolvimento rural na promoção desta atividade
- No entanto, não é só esta clientela de alta gama que procura este tipo de turismo. Atividades como a caça, pesca, feiras e romarias, cultos religiosos, festivais de folclore e gastronómicos, etc., atraem turistas, essencialmente nacionais, oriundos de todo o tipo de estratos sócio - económicos.
- Importa, pois, que a oferta deste segmento de turismo seja capaz de fornecer respostas que se adequem aos diferentes tipos de necessidades, bem como às solicitações emergentes dos diferentes estratos etários que, por razões distintas, são atraídas ou suscetíveis de vir a ser aliciadas, para esta forma de turismo.
- Estão neste caso, as crianças, numa perspectiva de campos de férias ou de quintas pedagógicas, os adolescentes, numa perspectiva ecológica ou de prática de aventura ou de desportos, os seniores, que buscam a tranquilidade dos passeios no campo fora de estação, o revivalismo da memória de tradições ancestrais, como as vindimas a matança do porco os sírios, o prazer da gastronomia tradicional genuína, as curas termais.

Ilustração 101 - Principais factores-chave para o desenvolvimento do turismo rural. ([Adaptado a partir de:] DGADR, 2017)

- interesse da paisagem;
- especificidade da fauna e flora autóctones;
- respeito e harmonia da rusticidade do conjunto das construções, bem como dos materiais utilizados;
- interesses culturais, tais como monumentos e locais históricos, festas e romarias, património étnico, etc.;
- proximidade de agregados populacionais e de polos de comércio local;
- condições para práticas desportivas ou de lazer (caça, pesca, passeios, etc.);
- intervenção ativa dos poderes públicos locais, bem como das associações de desenvolvimento local, no sentido de assegurar as necessárias benfeitorias coletivas;
- competência e eficácia na promoção da região e na comercialização das unidades existentes;
- qualidade das instalações de acolhimento e hospedagem e competência dos serviços prestados;
- possibilidade de participação na vida ativa das explorações agrícolas.

Ilustração 102 - Condições determinantes de sucesso para o desenvolvimento do turismo rural. ([Adaptado a partir de:] DGADR, 2017)

De momento, existem quatro grupos de empreendimentos de turismo no espaço rural, a Casa de Campo, o Turismo de Aldeia, o Agroturismo e o Hotel Rural.

De acordo com o DGADR, a Casa de Campo é um imóvel situado em aldeias e espaços rurais que prestam serviços de alojamento a turistas e se integram pela sua traça, materiais de construção e características na arquitectura típica local. Como é o caso da Casa Modesta em Olhão, cujo projecto tem a assinatura das arquitectas Joana Simões, Susana Rodrigues e Vânia Fernandes.



Ilustração 103 - Casa de Campo: Casa Modesta. João Carmo Simões, 2014. ([Adaptado a partir de:] Simões, Rodrigues e Fernandes, 2016)

O Turismo de Aldeia acontece quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas, são exploradas de forma integrada por uma única entidade.



Ilustração 104 - Turismo de Aldeia: Aldeia da Mata Pequena, Igreja Nova, Mafra. (Ilustração Nossa, 2017)

O Agroturismo trata de imóveis situados em explorações agrícolas que prestam serviços de alojamento a turistas e permitem aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável. É o caso da Quinta do Fortunato em Meixedo, cujo projecto é do arquitecto José Luís Veloso.



Ilustração 105 - Agroturismo: Quinta do Fortunato, Paulo Carvalho, 2016. ([Adaptado a partir de:] Veloso, 2016)

Por fim, o Hotel Rural é um hotel que pela sua traça arquitectónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitectónica única e respeitem as mesmas características. É dado o exemplo do projecto do arquitecto João Carrilho da Graça no Crato - Pousada da Flor da Rosa.



Ilustração 106 - Hotel Rural: Pousada da Flor da Rosa. João Luís Carrilho da Graça, 1995. (Ilustração Nossa, 2017)

A agricultura está longe de ser a actividade económica dominante em Portugal, mas com o passar dos tempos, as tecnologias avançam e a agricultura tenta permanentemente acompanhá-las. É o caso da vinicultura com os melhoramentos genéticos e novas tecnologias que permitem plantar vinha no Douro, por exemplo, em declives quase impossíveis em xisto; das estufas que permitem a criação de condições artificiais reprodutíveis em diversos contextos biofísicos e a criação de gado em estábulos comparada à produtividade das fabricas.

A definição de sustentabilidade assume, cada vez mais, um papel imprescindível em debates de arquitectura e construção. Isto porque a industrialização aniquilou os costumes das gerações antepassadas que visavam o uso de recursos naturais assentes em princípios sustentáveis aplicados nas diversas construções, dando lugar a matérias industrializados poluentes e não renováveis.

A implantação da casa, assim como a escolha do respectivo terreno, de preferência arenoso ou calcário, era fiel ao próprio uso fruto. Verificando-se um lugar seco e de costas altas para facilitar o escoamento das águas pluviais e evitando, assim, as zonas mais profundas, propícias a infiltrações. Outro ponto muito importante era a orientação solar, o Norte era destinado às zonas húmidas da casa, assim como a cozinha e instalações sanitárias, sobrando o Este e o Sul para os quartos, as zonas mais quentes da casa.

Em suma, referimos que a habitação rural privilegia de iluminação e ventilação natural através da harmonização dos vãos. Muitas das vezes, as construções associadas à criação de animais eram sobrepostas às da habitação para fornecerem calor e conforto. Assim, a casa rural demonstrava sabedoria sustentável, a construção era concretizada na base de energias renováveis, de baixo índice tecnológico e a adaptação ao clima era pensada em priori, tal como os materiais locais.

Hoje, a habitação rural opta, muitas das vezes, por recursos renováveis. Recursos estes que procuram dar resposta à renovação energética através de novos sistemas - painéis solares e fotovoltaicos - procurando proporcionar conforto também através dos materiais, dependendo do local de implantação. Há que saber compreender a arquitectura vernácula, inscrita no meio rural, para que harmonia entre as intervenções actuais e os recursos envolventes sejam sustentáveis e garantidos.

4. REABILITAÇÃO DE CONSTRUÇÕES RURAIS

Falar de saberes tradicionais, nomeadamente em termos construtivos, é reportarmo-nos a um conhecimento ancestral sedimentado e testado ao longo dos séculos numa experimentação tantas vezes empírica e baseada no erro e, com base neste, na procura da sua correcção. É deste encontro entre a memória e experimentação que se constrói e renova o conhecimento tradicional. (Casella, 2010, p. 33)

A reabilitação, só por si, é uma área complexa de intervenção pluridisciplinar, visto que engloba vários temas. O restauro e a reabilitação em edifícios com características e métodos construtivos tradicionais requerem, ainda mais, uma abordagem específica e personalizada, quer pela casa popular rural ser o elemento mais significativo e importante da paisagem trabalhada pelo homem, quer pela maneira como se consegue adaptar e responder a condicionalismos de várias ordens – geográficos, económicos e históricos – e a novos programas. É o caso da reconstrução de um antigo sequeiro, obra do arquitecto José Gigante em Guimarães: a pré-existência adaptou-se ao novo programa habitacional, mantendo a mesma traça e os materiais originais.



Ilustração 107 - Sequeiro antes da intervenção, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74)



Ilustração 108 - Granito da pré-existência, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 75)

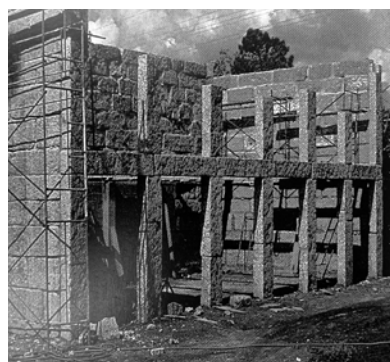


Ilustração 109 - Reconstrução do sequeiro, Guimarães, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74)



Ilustração 110 - Sequeiro após intervenção, Guimarães. Luís Ferreira Alves, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 74)



Ilustração 111 - Sequeiro após intervenção, Guimarães. Luís Ferreira Alves, 2002. ([Adaptado a partir de:] Gomes, Lopes e Silva, 2008, p. 77)

Como sabemos, a casa rural varia de região para região devido às diferenças culturais e sociais, às particularidades climáticas e geológicas e à disponibilidade local dos diferentes materiais. A presença e a ausência de determinados materiais, o clima, o tipo de arquitectura praticada e a tradição são factos determinantes para a caracterização da casa popular regional.

Actualmente, com avanço das novas técnicas construtivas e a facilidade de utilização de novos materiais, geram-se novos conhecimentos na área do saber da reabilitação e da reconstrução através de novas práticas com processos e materiais antigos. O conhecimento quer dos materiais como das respectivas técnicas é reduzido e o melhor método para dar resposta à questão é o conhecimento transmitido pelos artesãos locais.

Portugal apesar de ser um país com um vasto património arquitectónico, a preocupação com a preservação e reabilitação surgiu a partir dos anos setenta, e só nos finais destes é que ocorreu um programa focado na recuperação de imóveis degradados, tendo como dever a preservação de uma herança cultural e paisagística abastada. A recuperação do meio rural acaba por ser também um contributo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Outro dos pontos fundamentais para a recuperação de construções antepassadas é o modo como as abraçamos: assumir responsabilmente o passado como uma divícia e, num acto de sapiência, saber torná-lo contemporâneo.

4.1. ABORDAGEM À REABILITAÇÃO

[...] E diz que o percurso mais seguro, é o da conservação dos métodos tradicionais, que se atingem agradavelmente e de que se obtém vantagem ao segui-los. Isto não significa que não devamos tornar-nos dependentes dos esquemas dos antigos, e acolhê-los tal e qual no nosso modelo de decisão, como se fossem leis inultrapassáveis. Mas, se recuperarmos o seu ensinamento, como ponto de partida, chegaremos a aprontar soluções novas e conseguiremos uma glória eventualmente semelhante à sua ou, se possível, ainda maior. (Braizinha, 2011)

A arquitectura é um pensamento arquitectónico e antes de ser objecto material, remete-nos a uma investigação dos legados patrimoniais, sendo necessário continuar a história através do conhecimento rigoroso do património arquitectónico e cultural. A questão da reabilitação e conservação em edifícios não vem só de agora, já na época do

Renascimento Leon Battista Alberti²⁶ tinha em vista a preservação do património clássico, verificando nas palavras do Professor Doutor Arquitecto José Ferrão de Oliveira Braizinha para a Revista de Arquitectura Lusíada no artigo “Retorno à origem: Leon Battista Alberti, em 2011. Mais tarde, Eugène Viollet-le-Duc²⁷ intervém também na restauração de vários monumentos, Camilo Boito²⁸ defende a conservação e o restauro do património histórico, utilizando novas técnicas construtivas. E a divisão do restauro, idealizada por Gustavo Giovannoni²⁹, com quatro componentes: consolidação, recomposição, libertação e renovação.

No século XX surgiram as “Cartas do Património”, é o caso da “Carta de Atenas” – onde ficou registado o conceito de restauro e conservação do património com o intuito de dar uma maior importância ao existente e não, propriamente, à intervenção, respeitando assim o espaço envolvente – e a “Carta de Veneza”³⁰ – documento cuja preocupação principal é a preservação e conservação do património arquitectónico localizado nos aglomerados habitacionais urbanos e rurais.

Foram diversos os documentos que foram surgindo até aos dias que hoje com ideias e argumentos focados na conservação, contemplando questões como a manutenção, a renovação e a sustentabilidade ligada ao controlo ambiental. Daí, seguir-se o seguinte cronograma que resume, de modo explícito, os princípios da reabilitação ao longo do tempo – ilustração 112.

²⁶ **Leon Battista Alberti** (Génova, 1404 – Roma, 1472) foi arquitecto, teórico de arte e humanista italiano. Era renascentista, filósofo da arquitectura e do urbanismo, pintor, músico e escultor. Viveu em Roma entre 1432 a 1434 onde trabalhou como arquitecto e tornou-se assistente do papa Nicolau V, aconselhando-o em numerosos projectos, entre eles estava o desenho da reforma da Basílica de Santo Estevão Redondo e os novos planos do Vaticano. 18 anos mais tarde, completa o seu principal trabalho teórico intitulado de “De re aedificatoria libri decem” ou “Dez Livros sobre Arquitectura”.

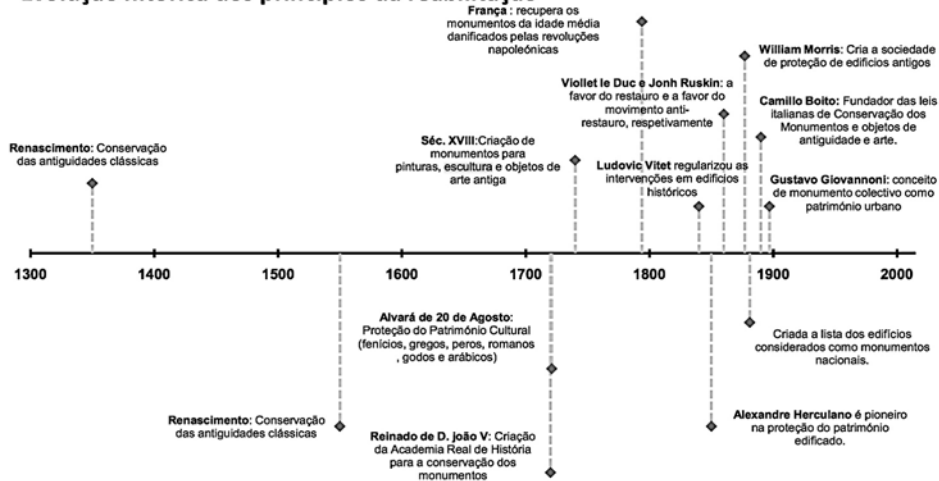
²⁷ **Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc** (Paris, 1814 – Lausana, 1879) foi um arquitecto revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da conservação e preservação do património histórico. Estudou na Escola de Belas Artes em Paris. Desenvolveu o seu trabalho na área de restauro de catedrais e castelos medievais, como a Igreja de St. Denis de l’Estrée. Escreveu algumas obras, entre elas encontramos o “Dicionário de Arquitectura Francesa do sec. XI ao sec. XVI”

²⁸ **Camillo Boito** (Roma, 1836 – Milano, 1914) foi arquitecto, escritor e historiador focado na crítica de arte e teoria do restauro. Estudou arquitectura na Escola de Belas Artes de Veneza e, mais tarde, lecionou na Escola de Belas Artes de Brera, em Milão.

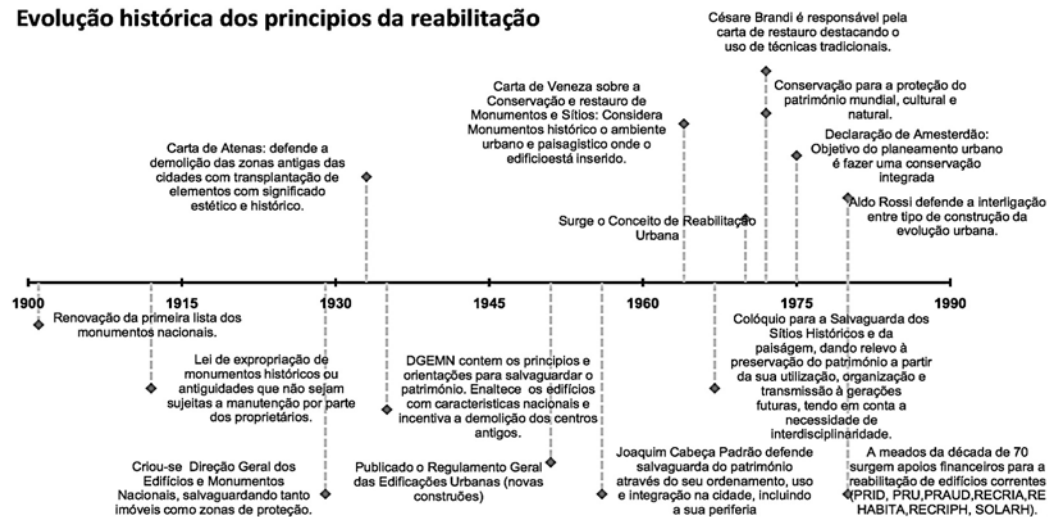
²⁹ **Gustavo Giovannoni** (Roma, 1873 – Roma, 1947) foi arquitecto e engenheiro civil. Em 1895, foi premiado pela Universidade de Roma e a sua actividade profissional assumiu a vertente teórica e prática. Foi autor de inúmeros textos e foi imprescindível na consolidação do urbanismo como disciplina em Itália, actuando nas áreas de restauração, no geral, e urbano, no particular.

³⁰ **Carta de Veneza** (1964) é o documento de compromisso escrito que resulta do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em 1964. Trata-se da Carta Internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos e das respectivas envolventes.

Evolução histórica dos princípios da reabilitação



Evolução histórica dos princípios da reabilitação



Evolução Histórica dos princípios de reabilitação



Ilustração 112 - Evolução histórica dos princípios da reabilitação em edifícios. ([Adaptado a partir de:] Sousa, 2016)

4.1.1. CLASSIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS E DIFERENTES NÍVEIS DE REABILITAÇÃO

Quando se reabilita é necessário classificar o edifício em causa. A classificação deve ser feita em qualquer tipo de intervenção, tornando-se assim um objecto influenciável nos trabalhos realizados. Segundo o volume 3 do LNEC “Conservação do património histórico edificado/sistematização de princípios gerais”, existem três critérios de classificação e quatro níveis de reabilitação. Os três critérios são os seguintes:

- O critério histórico/cultural prevê os edifícios que representem um símbolo para o país ou para as suas populações, aqueles que apresentem um valor histórico significativo, todos os edifícios que representem um legado da fixação humana bem como as suas actividades num determinado espaço e ainda todos os que pertençam a um determinado movimento, corrente ou tendência arquitectónica;
- O critério técnico/científico em que os objectos de estudo destacam-se pela sua concepção arquitectónica, ao nível dos materiais e técnicas construtivas empregues, bem como a sua inserção urbanística podendo encontrar-se em aglomerados rurais ou urbanos;
- O critério estético/social associa os edifícios que se destaquem pela sua integração no meio envolvente, bem como pela sua componente e qualidade estética, ilustrando a evolução da sociedade sem prejuízo do meio onde se inserem.

Os quatro níveis de reabilitação ponderados, segundo as exigências e condições em que se encontram os edifícios, são os seguintes:

- Reabilitação ligeira é aquela em que o edifício necessita de pequenos ajustamentos ao nível de instalações, pequenas obras que não implicam alterações ao edifício;
- Reabilitação média prevê já algo mais que o interior, no que respeita a caixilharias, rede de águas, pavimentos, redes eléctricas e esgotos, reorganização dos espaços interiores e por vezes reforço de elementos estruturais;
- Reabilitação profunda supõe, além dos vários passos de uma reabilitação média, a possível necessidade de demolição de elementos fixos como instalações sanitárias e cozinhas e a criação e/ou reorganização desses mesmos espaços, bem como a resolução em patologias estruturais;
- Reabilitação excepcional pode obrigar em certos casos à reconstrução total do edifício.

4.1.2. NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DE REABILITAR

A importância da reabilitação surgiu com a necessidade de preservar e conservar o património arquitectónico, mas actualmente podemos dizer que o investimento aplicado em reabilitação é uma alternativa ao impacto negativo do factor económico das empresas no ramo da construção face à rotura da procura de novas construções, acabando por revitalizar e evidenciar a construção no desenvolvimento do país.

Inicialmente, a reabilitação focou-se nos edifícios monumentais, no entanto, e com o passar do tempo, a reabilitação dos edifícios voltou-se não só para os edifícios monumentais, mas também para os edifícios habitacionais, industriais e comerciais. Todos estes edifícios, isoladamente ou não, ajudam a entender os modos como o homem se organizou, viveu e trabalhou ao longo dos anos.

A conservação e a reabilitação dum edifício englobavam uma série de trabalhos anteriormente à reconstrução do mesmo. Ou seja, é necessário identificar o tipo de material utilizado na construção inicial e a deteção das anomalias que o degradam. É necessário também estudar as soluções possíveis de intervir na reparação dessas anomalias de modo a manter a sua funcionalidade e principalmente o seu valor e arquitectura original. Reabilitar implica um profundo conhecimento das construções existentes e, muitas das vezes, é necessária mão de obra especializada.

Cada vez mais, é importante proceder à reabilitação do que é antigo, tornando o edifício como objecto de diversos estudos e alvo de aprofundamento de conhecimentos. A reabilitação acaba por ser o produto de inúmeras vantagens económicas, sociais e culturais para o país.

Um edifício quando é reabilitado mantêm-se as referências essenciais para a caracterização do país, uma vez que a demolição de edifícios antigos contribuiria para uma descaracterização e desvalorização, perdendo-se um conjunto de referências sobre a nossa identidade. Para além disso, a construção é uma das actividades com maior impacto ambiental e, ao reabilitar, reduzimos degradações paisagísticas graves e, inevitavelmente, melhoramos a qualidade de vida, uma vez que entre impactos ambientais podemos salientar os que incidem sobre a qualidade do ar e da água, os que envolvem os ruídos e vibrações, a preda do solo vegetal, da contaminação de solos e a destruição de fauna e flora.

As intervenções de reabilitação devem ser alvo de estudos preliminares minuciosos. Deve-se ter em conta especialidades como história, topografia, geologia, física, química, arquitectura, engenharia e urbanismo.

A equipa de trabalho deve ser especializada, composta por elementos interdisciplinares para se obter um estudo de qualidade para a salvaguarda do património monumental, ou de interesse histórico-arquitectónico.

4.1.3. VANTAGENS E SUSTENTABILIDADE NA REABILITAÇÃO

Segundo o arquitecto João Appleton em A Sustentabilidade nos Projectos de Reabilitação de Edifícios (2011, p. 2), a sustentabilidade corresponde a um conceito recente assente no custo da construção por uma análise custo/benefício correspondente à mesma, considerando valores como a protecção ambiental, consumos energéticos e valorização patrimonial.

Existem pelo menos duas razões pelas quais devem ser desenvolvidos sistemas que possibilitem a obtenção de um futuro mais saudável e promissor. Isto, porque as preocupações ambientais são cada vez maiores, assim como a carência de novas obras e o excesso de construção desabitado e abandonado, quer a nível urbano ou rural. São estas as várias razões que conduzem ao desenvolvimento desta nova aposta na habitação.

A reabilitação também se destina à melhoria das condições sociais, culturais, económicas e ambientais das áreas onde decorre a intervenção e não só, única e exclusivamente, à recuperação do edifício na sua componente interna ou externa.

Os espaços interiores devem ser analisados e reabilitados de forma a possuir as condições mínimas quanto ao conforto, qualidade, vivência e habitabilidade dos edifícios. A reabilitação deve ter como fim dar uma nova vida ao existente, de modo a gerar novas oportunidades e experiências, possibilitando assim novas fixações.

A construção sustentável baseia-se nos princípios de desenvolvimento sustentável aplicados no ciclo total da construção. O processo toma início logo na extracção de matérias-primas, passando pela fase de projecto e finalizando-se na construção.

O principal objectivo de todo o processo não passa só pelo restauro do edificado, mas também pela própria integração do mesmo na paisagem ambiental em que está inserido.

A construção é considerada uma indústria bastante poluidora, deste modo deve ter-se em conta o impacto ambiental causado pela construção e restauração. Todos estes aspectos são fundamentais nos dias de hoje e, cada vez mais, levados a sério por todos nós. Devem ser pensados e revistos numa fase mais inicial para que, mais tarde, os impactos sejam substancialmente reduzidos quer nível ambiental, económico e social.

O principal objectivo da construção sustentável é satisfazer as necessidades do presente, em termos de conforto dos utilizadores, mas ao mesmo tempo conseguir precaver o futuro quer em aspectos ambientais como económicos.

4.2. RECONVERSÃO DO EDIFICADO E ADAPTAÇÃO A NOVOS PROGRAMAS

O Homem após a construção de um edifício tende a adaptá-lo face às necessidades, pois deixa de ter a função desejada e passa a ser alvo de alterações, de modo a continuar a ser útil no presente, e com o intuito de melhorar a qualidade de vida de quem o habita. Assim se passa actualmente com muitas das casas rurais, construídas com o objectivo de abrigar as gentes da terra, assim como os respectivos animais e afazeres. Passaram hoje a assumir novas funcionalidades, adaptando-se às necessidades de cada um, como é o caso do projecto da Casa do Andam em Porto de Mós, do arquitecto Pedro Quintela.



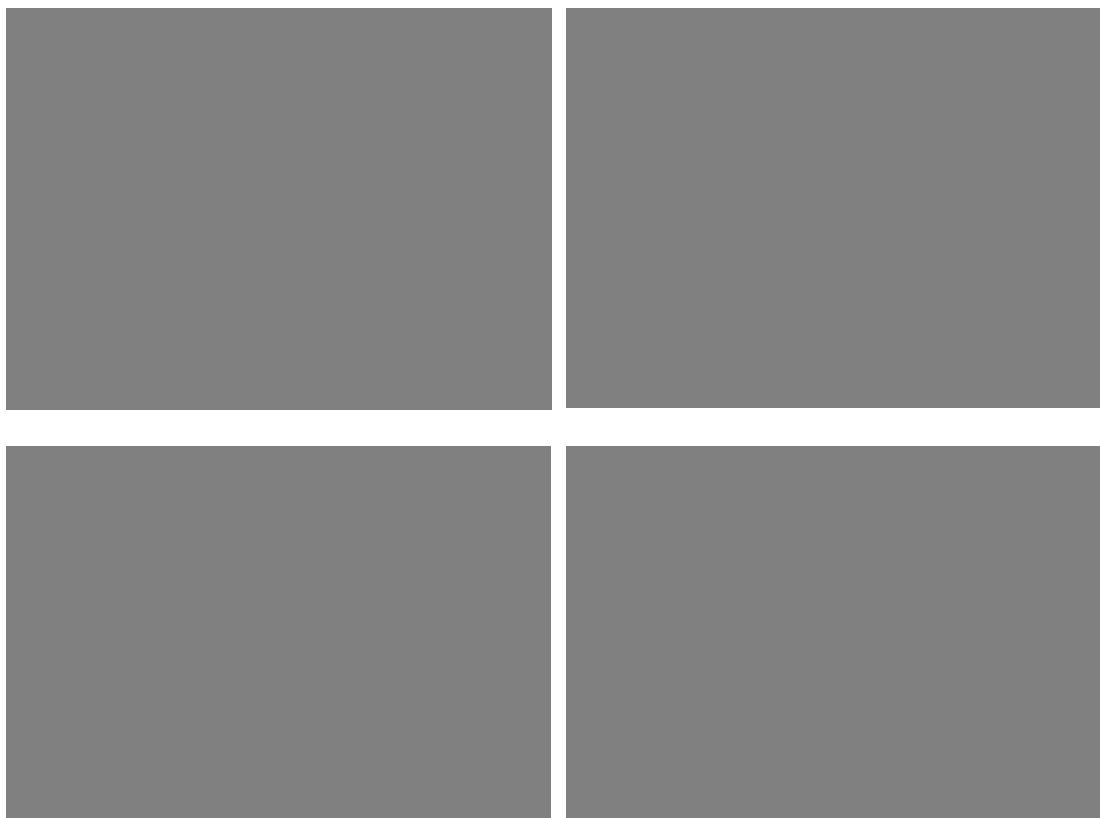


Ilustração 113 - Casa do Andam antes da intervenção, 2010. **Ilustração 114** - Casa do Andam após intervenção. Pedro Quintela, 2012. ([Adaptado a partir de:] Quintela, 2017)

Todas as intervenções elaboradas em edifícios rurais, neste caso, devem ser ponderadas de acordo com as patologias apresentadas, com o devido conhecimento das suas causas assentes em princípios base, fundamentais na reabilitação – função, autenticidade, compatibilidade e durabilidade.

Hoje, o ser humano demonstra-se mais exigente e consumista, daí haver uma procura ou alternativa que consiga conciliar a recuperação com os níveis de exigência actuais. Para a obtenção de uma solução real e eficaz é necessário ter em conta os princípios base anteriormente mencionados. Como a função dos compartimentos de habitação está directamente relacionada com as áreas pré-existentes: os edifícios ancestrais apresentam compartimentos com áreas bastante reduzidas e mal aproveitadas comparativamente aos dias de hoje; a autenticidade está relacionada com a preservação e genuinidade dos edifícios em questão, e só é continuada se mantivermos ao máximo os materiais e a arquitectura da época; a compatibilidade diz respeito à capacidade dos materiais actuais serem compatíveis, senão iguais, aos materiais pré-existentes; e a durabilidade é um principio importantíssimo, uma vez que a reabilitação visa a conservação.

5. ARQUITECTURA DE REFERÊNCIA

A presente investigação tem como objectivo o estudo da reabilitação e da introdução de novos programas nos vários tipos de construção tradicional, ao longo do território português, e por isso mesmo elegemos para arquitectura de referência um pequeno, mas nobríssimo projecto de José que diz respeito à reconversão de um moinho em Vilar de Mouros, cuja reabilitação é tradicionalista e reutiliza a estrutura pré-existente.

5.1. MOINHO DE VENTO - RECONVERSÃO DE MOINHO

Projecto Reconversão de moinho (1989 - 1996)

Arquitectura José Manuel Gigante

Localização Vilar de Mouros, Caminha



Ilustração 115 - Mapa de localização, arquitectura de referência. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 116 - Moinho antes da intervenção, Vilar de Mouros, Caminha, 1989. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)



Ilustração 117 - Moinho após intervenção, Vilar de Mouros, Caminha, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)



Ilustração 118 - Maqueta do espaço interior. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

A intervenção tem como base a transformação de um antigo moinho como complemento de uma casa recentemente recuperada no mesmo terreno. Tratava-se de um moinho bastante envelhecido que nos dias de hoje dá vida a um espaço de estar e dormir, servindo como complemento da casa principal.

As velhas paredes em alvenaria de granito, assim como os respectivos vãos foram mantidos e a cobertura antiga foi substituídas por uma outra de cobre, como mostram as seguintes ilustrações.



Ilustração 119 - Entrada após intervenção. Luís Ferreira Alves, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)



Ilustração 120 - Estrutura da cobertura. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)



Ilustração 121 - Cobertura em cobre. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

A transformação foi pensada do interior para o exterior e o espaço foi ordenado apenas em 8 metros quadrados por piso. O piso térreo dá lugar a um pequeno quarto de banho e a uma área de estar, com a particularidade de transformar o pequeno sofá em cama através do mobiliário pensado e concebido para o efeito - ilustração 126. Por fim, o piso superior resume-se a um estrado-cama e a um armário.

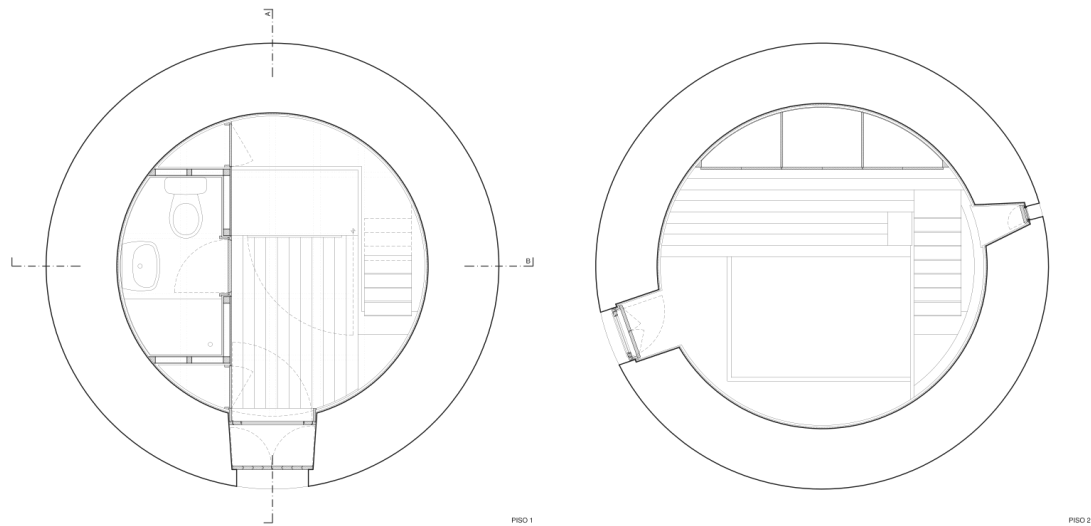


Ilustração 122 - Plantas dos pisos 1 e 2. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

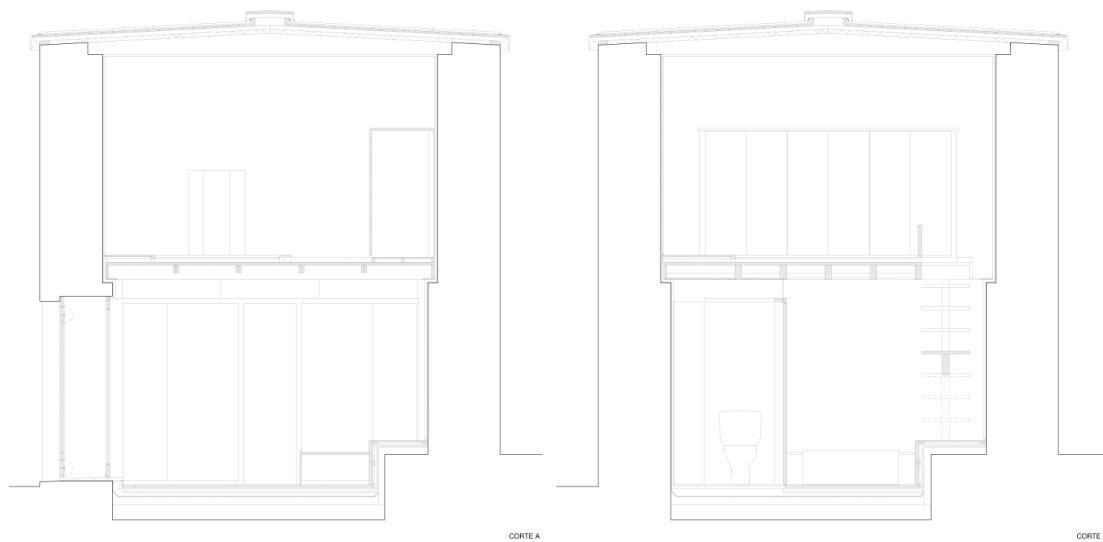


Ilustração 123 - Cortes A e B. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

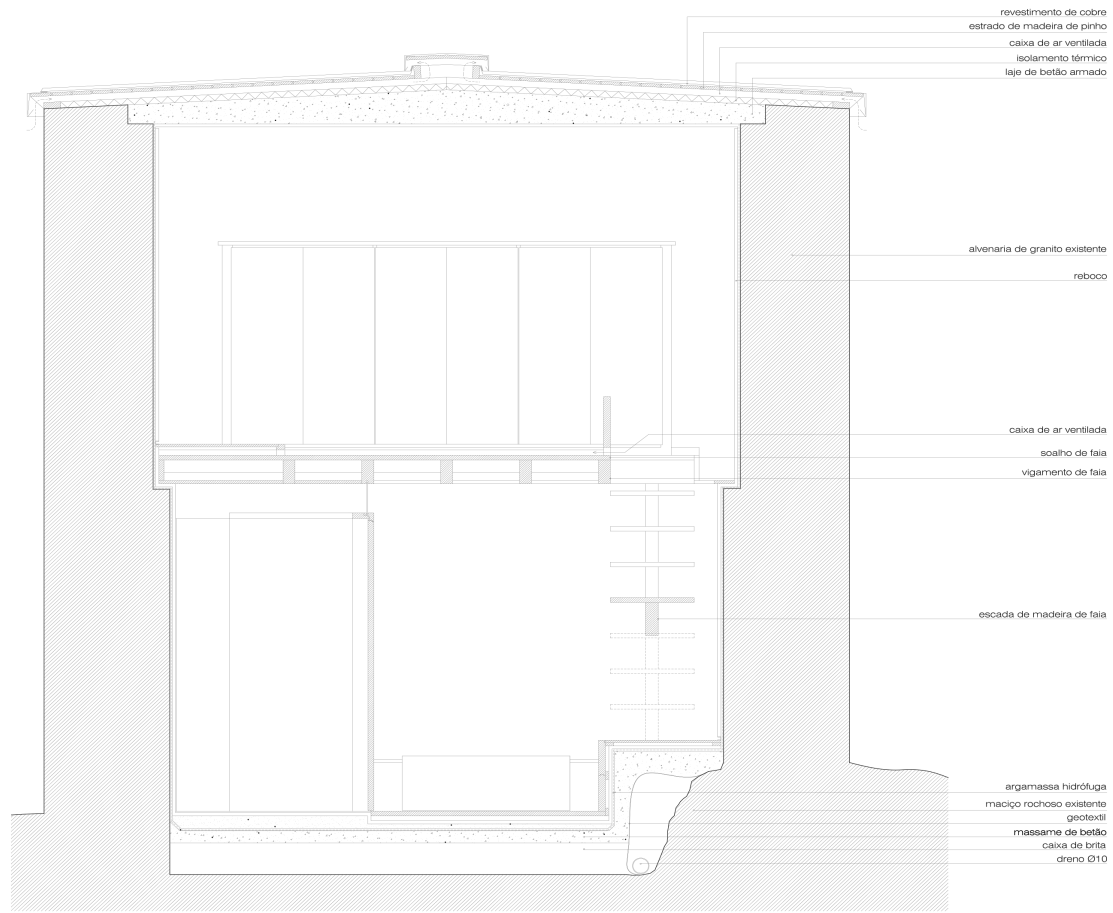


Ilustração 124 - Corte construtivo B. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

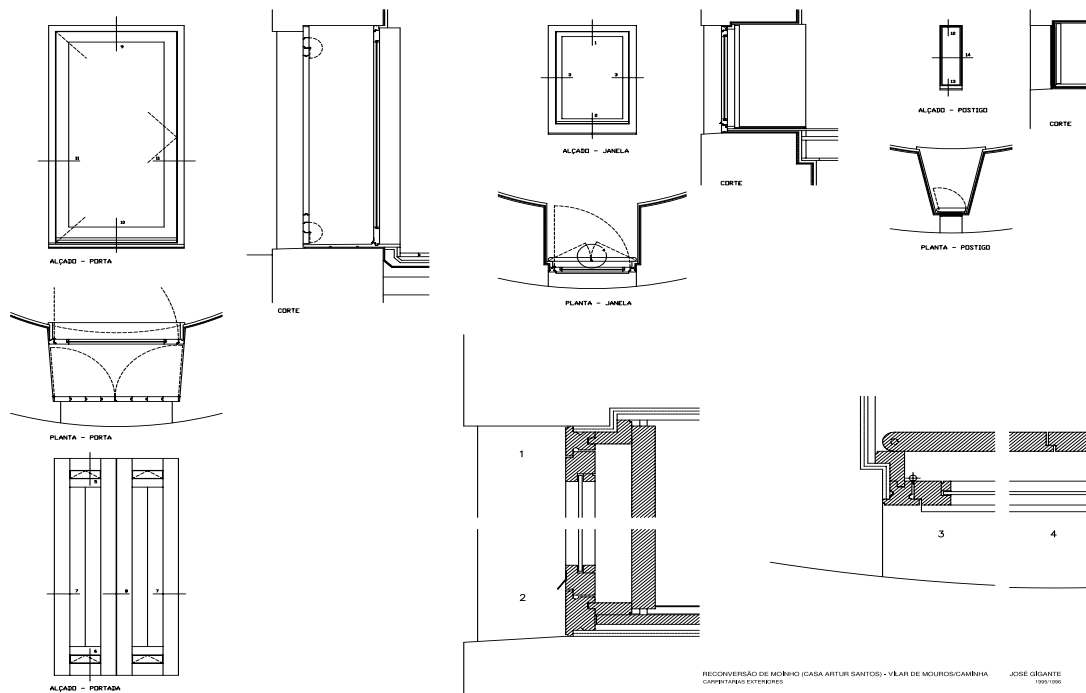


Ilustração 125 - Pormenores construtivos dos vãos. José Gigante, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

A madeira predomina como material de construção na intervenção, reforçando o contraste entre a pré-existência em alvenaria de pedra e a contemporaneidade do seu interior.



Ilustração 126 - Imagens interiores. Luís Ferreira Alves, 1996. ([Adaptado a partir de:] Gigante, 2017)

6. CASOS DE ESTUDO



Ilustração 127 - Mapa de localização, casos de estudo. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 128 - Casa de Campo, Felgueira, Vale de Cambra. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 129 - Hotel Rural São Lourenço do Barrocal, Monsaraz, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)

Os casos de estudo que se seguem tratavam-se de conjuntos arquitectónicos estagnados. São exemplo de arquitectura rural de construção e bases vernáculas, onde eram empregues materiais extraídos do próprio meio envolvente. O resultado após as intervenções é natural e harmonioso: os arquitectos procuraram manter a traça original das construções e estabelecer uma relação saudável entre o tradicional e o contemporâneo, adaptando as estruturas de tempos passados às necessidades das gerações presentes e futuras.

Ambas as reabilitações proporcionam uma nova dinâmica ao local onde se inserem. O isolamento rural é corrompido pela “publicidade” do turismo e das suas consequências, proporciona trabalho a habitantes locais, desenvolve o comércio e a indústria e reconhece a cultura e costumes tradicionais.

A primeira obra referenciada é um Hotel Rural em Reguengos de Monsaraz. Trata-se de um velho Monte Alentejano - São Lourenço do Barrocal -, com cerca de 200 anos de funcionamento autónomo. Tem como finalidade acolher turistas nacionais e internacionais na região do Alentejo. O autor do projecto é o arquitecto Eduardo Souto Moura³¹.

A segunda obra é uma Casa de Campo que toma lugar na Aldeia da Felgueira, em Vale da Cambra, e tem como finalidade acolher os proprietários nos dias de férias, tratando-se assim de uma segunda casa. A construção é em alvenaria de pedra e encontra-se numa aldeia alvo de desertificação, mas que aos poucos vai renascendo com a introdução de novos investidores no sector primário e no turismo. O autor do projecto é o arquitecto André Eduardo Tavares³².

³¹ **Eduardo Souto de Moura** (Porto, 1952), arquitecto formado pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto em 1980. Em 1974, colaborou com o arquitecto Noé Diniz e iniciou a sua carreira no atelier de Álvaro Siza Vieira entre 1974 e 1979.

Trabalhou como professor assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto de 1981 a 1991. Foi professor convidado na Faculdade de Arquitectura de Paris-Belleville em 1988, nas Escolas de Arquitectura de Harvard e Dublin em 1989, na ETH de Zurich entre 1990 e 1991 e na Escola de Arquitectura de Lausanne em 1994.

É vencedor de vários concursos, entre eles está o projecto do Centro Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Porto e o Prémio Pritzker em 2011, referente ao Monte Alentejano São Lourenço do Barrocal. Nesse mesmo ano foi distinguido pela Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto e pela Universidade de Aveiro com doutoramento Honoris Causa.

Apresenta um vasto leque de obras, como a Casa das Histórias Paula Rego, o Metro do Porto e o Estádio Municipal de Braga.

A obra do arquitecto português é reconhecida mundialmente e é uma referencia na arquitectura contemporânea.

³² **André Eduardo Tavares** (Porto, 1976) é arquitecto pela Faculdade da Universidade do Porto em 2000, onde também se doutorou. Desenvolveu os seus estudos noutras identidades, entre elas estão a Escola Politécnica de Lausanne, a Academia de Arquitectura de Mendrisio, a Faculdade de Arquitectura de São Paulo e no Centro Canadano de Arquitectura de Montreal.

Em 2006 foi comissário geral juntamente com o arquitecto Diogo Seixas Lopes (1972-2016), da Trienal de Arquitectura de Lisboa.

O seu trabalho foi várias vezes distinguido em concursos de projectos e pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Foi premiado com o Prémio IHRU 2013 na categoria Reabilitação de Edifício pela intervenção na Casa de Campo na aldeia de Felgueira, em Vale de Cambra, e com o prémio IHRU 2015 na categoria Reabilitação de Casas de Campo na Aldeia de Trebilhadouro, também em Vale de Cambra.

Presentemente, é editor e escritor do Jornal Arquitectos, onde foi director entre 2013 e 2015, e coordenador editorial da Dafne Editora. Entre a sua obra escrita podemos encontrar “Arquitectura Antituberculose” (2005), “Os Fantasmas de Serralves” (2007), “Arquitectura dos lugares Comuns” (2008) e “Uma Anatomia do Livro de Arquitectura” (2015) distinguido com menção honrosa pelo Comité Internacional de Críticos de Arquitectura (CICA) em 2017.

6.1. CASA SERRANA - CASA DE CAMPO NA ALDEIA DA FELGUEIRA

Projecto Casa de Campo na Aldeia da Felgueira (2005-2012)

Arquitectura André Eduardo Tavares

Localização Felgueira, Vale de Cambra



Ilustração 130 - Ortofotomapa de localização. Casa Serrana: Casa de Campo, Felgueira, Vale de Cambra. (Ilustração Nossa, 2017)

O projecto tem como base uma construção rural, situada num vale que acolhe uma aldeia praticamente desertificada, que começa a despertar com pequenas intervenções destinadas a Turismo Rural, dispersas pelo conjunto edificado e que começam a gerar uma nova dinâmica de utilização da aldeia, até há pouco tempo virada para o sector primário. (Tavares, 2017, p. 1)

Localização

A Casa de Campo, sendo ela uma Casa Serrana, localiza-se num vale da Aldeia da Felgueira, pertencente à freguesia de Arões, ao concelho de Vale de Cambra e ao distrito de Aveiro. Localiza-se na concessão da Beira Alta com a Beira Litoral, precisamente na unidade territorial do Entre Douro e Vouga. A casa situa-se no extremo da aldeia, próximo da Serra da Freita, e a sua posição geográfica permite avistar uma paisagem deslumbrante sobre o aglomerado rural, em grande parte ancestral.

Lugar

A Aldeia da Felgueira é mais uma que consta na lista das várias aldeias praticamente desertificadas ao longo do território nacional. Encontrou-se abandonada durante longos anos e actualmente está classificada como Aldeia de Portugal. Presentemente, “começa a despertar com pequenas intervenções destinadas a Turismo Rural, dispersas pelo conjunto edificado” (Tavares, 2017, p. 1). Porém, todas estas operações acabaram por gerar uma nova dinâmica na aldeia, que até há pouco tempo estava virada única e exclusivamente para o sector primário.

A povoação é banhada pelo rio Cabrum e muitas das actividades agrícolas são desenvolvidas em socalcos, o que torna a fisionomia do local bastante aprazível e enriquecedora. As ruas são estreitas, irregulares e empedradas, e ao virar de cada esquina debruçamo-nos com detalhes de encantos tamanhos esboçados nas fachadas em alvenaria de granito, correspondentes às edificações cuidadosamente esculpidas na morfologia do terreno.

Respiramos tradição em Felgueira, pois são os velhos hábitos que dão vida e assumem um papel importantíssimo no desenvolvimento da aldeia. Actualmente, na aldeia existe a Associação Desportiva e Cultural da Felgueira que desenvolve iniciativas que têm como princípio a promoção e preservação dos costumes e hábitos culturais.



Ilustração 131 - Vista da Aldeia da Felgueira a partir da Casa de Campo. (Ilustração Nossa, 2017)

Projecto

O estado de conservação da casa era bastante degradado devido aos longos anos de abandono a que esteve exposta. Em conversa com o arquitecto André Tavares, tomámos conhecimento que, ao longo dos vários anos de ocupação, foram acrescentados vários volumes de apoio à habitação. Tratavam-se de volumes de carácter frágil e efêmero, sem qualquer tipo de interesse arquitectónico ou qualidade construtiva, daí a razão por terem sido demolidos.



Ilustração 132 - Exterior da casa antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 32)



Ilustração 133 - Interior da casa antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 33)

O núcleo habitacional, construído em alvenaria de granito, é constituído por dois volumes, consequência de uma antiga evolução geométrica. A construção primária pertence ao volume com implantação na cota mais baixa, cujo telhado apresentava duas águas, as quais foram mantidas. Mais tarde, foi acrescentado outro volume, cuja construção assemelha-se à do primeiro, à excepção da cobertura, que apresentava e continua a apresentar um telhado de quatro águas, e da implantação a uma cota superior devido à morfologia do terreno.



Ilustração 134 - Casa de Campo e envolvente. (Ilustração Nossa, 2017)

A Casa de Campo está implantada numa encosta de declive bastante acentuado, o que permite ter acesso directo a cada um dos seus três pisos. A servidão à casa efectua-se por dois caminhos: o principal, a uma cota superior e onde podem circular carros e o secundário, a uma cota inferior que serve como elemento de ligação aos terrenos agrícolas adjacentes.



Ilustração 135 - Ortofotomapa, acessos à Casa de Campo. (Ilustração Nossa, 2017)

A proposta não procurou repor um momento histórico específico. Pretendeu-se, com base na análise dos vários elementos construtivos existentes e na adição de outros novos, a construção de uma nova identidade e de uma nova relação com os espaços envolventes. (Tavares, 2013, p. 1)

O arquitecto André Eduardo Tavares procurou encontrar coerência entre a intervenção e a pré-existência, assim como com a envolvente onde existem elementos de produção agrícola denominados espigueiros. Segundo as palavras do arquitecto na visita à obra, a intervenção passou por abraçar o que realmente era importante e estaria em bom estado, como era o caso da alvenaria em pedra de granito, fechando e abrindo novos vãos conforme os compartimentos e as vistas pretendidas. A construção foi ampliada no piso térreo como podemos verificar nos vermelhos e amarelos na ilustração 136. André Tavares baseou-se na análise dos vários elementos pré-existentes e utilizou os mesmos princípios construtivos nas várias alterações, assim como materiais característicos da época e da região. Todos estes pequenos pormenores reunidos remetem-nos ao passado, levando-nos a sentir o espírito e a essência do lugar.

Presentemente, a antiga Casa Serrana deixada ao abandono, oferece conforto ao longo de todo o ano. Está inserida no seio rural e tem como função acolher os proprietários em períodos de férias.

O programa foi pensado com o proveito da organização primitiva, foram muitas as vezes que se manteve o uso original, com excepção do piso inferior, anteriormente destinado à criação de animais e hoje convertido numa unidade autónoma - ilustrações 137 e 144.



Ilustração 136 - Plantas de vermelhos/amarelos dos pisos -1, 0 e 1. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 5)

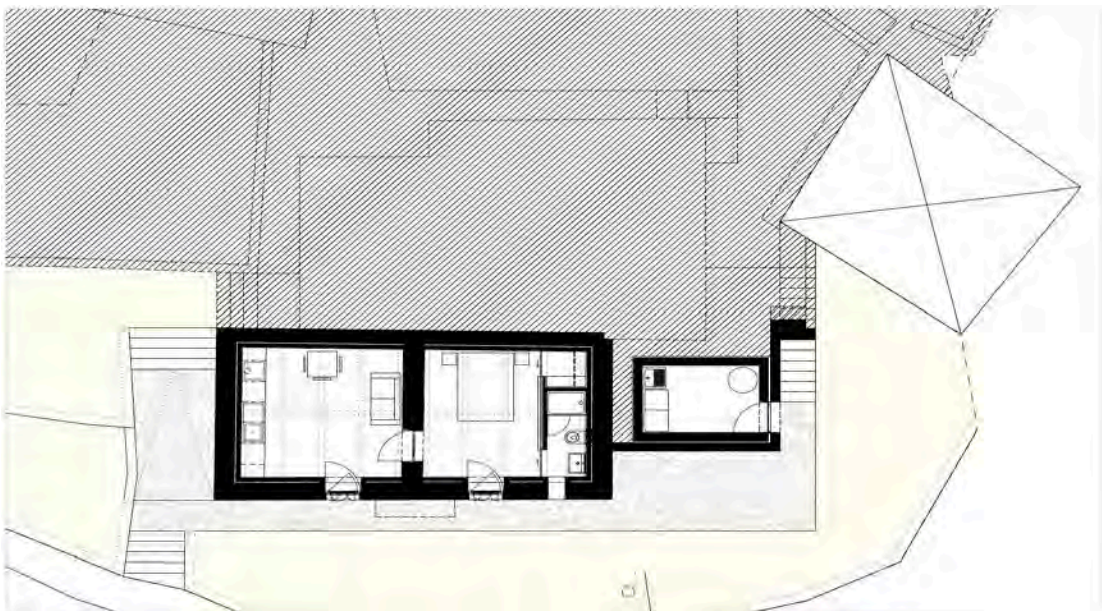


Ilustração 137 - Planta do piso -1, unidade autónoma de alojamento. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 6)

A casa está dividida em duas unidades autónomas. A unidade do piso inferior é constituída por um quarto de casal com roupeiro e instalação sanitária, por uma sala com apoio de cozinha e por uma área técnica. A unidade dos pisos superiores é constituída por dois quartos de casal e outro duplo, um lavabo social no piso 0 e uma instalação sanitária completa no piso 1, uma cozinha, uma sala de estar e outra de jantar.

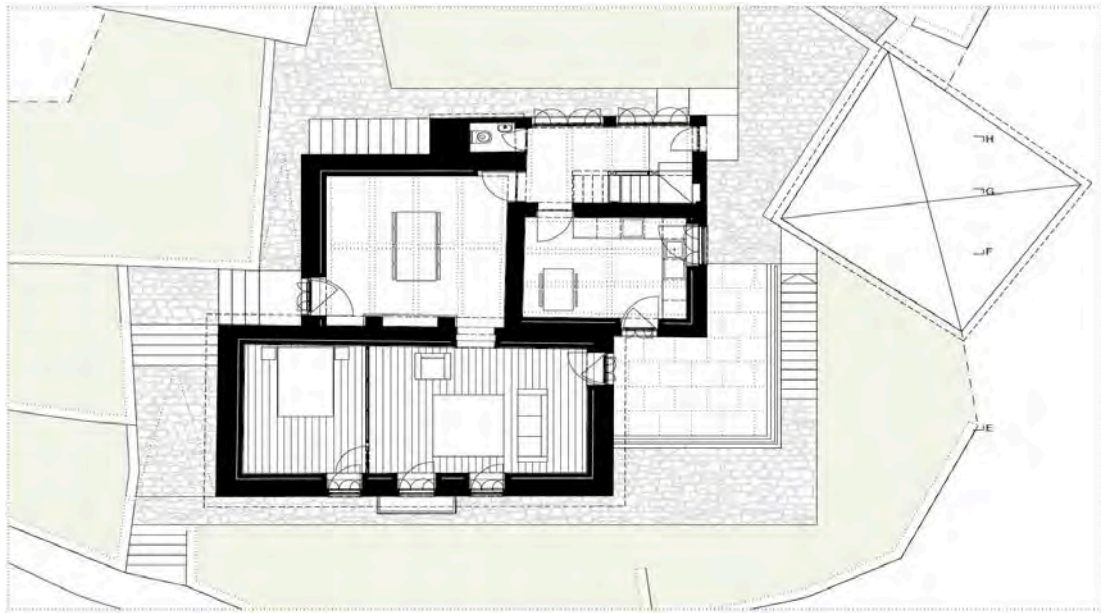


Ilustração 138 - Planta do piso 0. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 7)

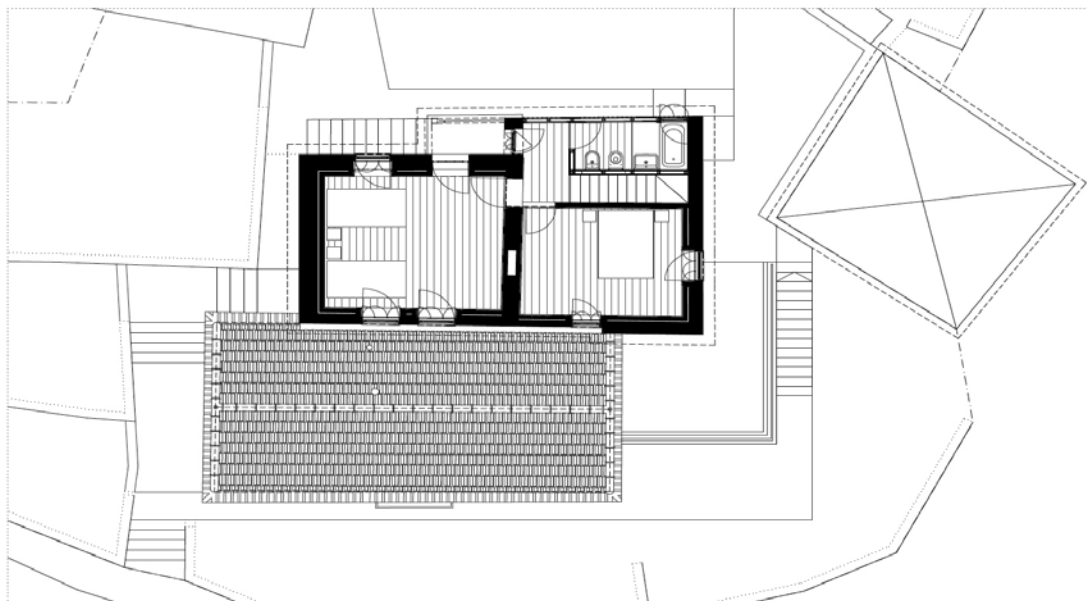


Ilustração 139 - Planta piso 1. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 8)

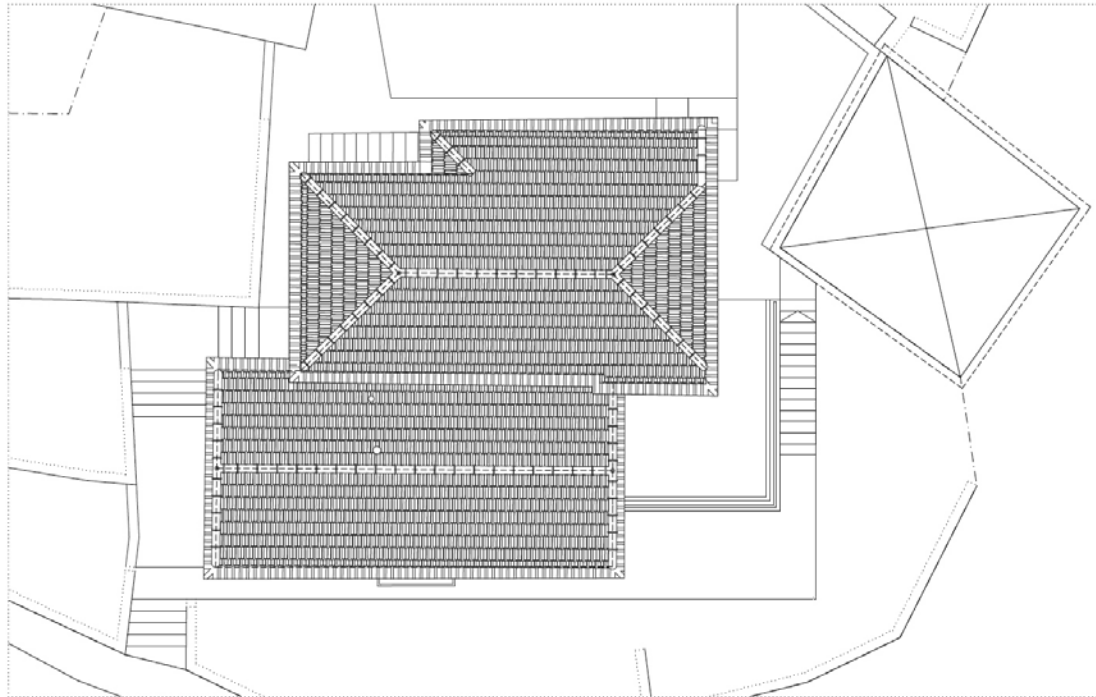


Ilustração 140 - Planta de cobertura. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 9)

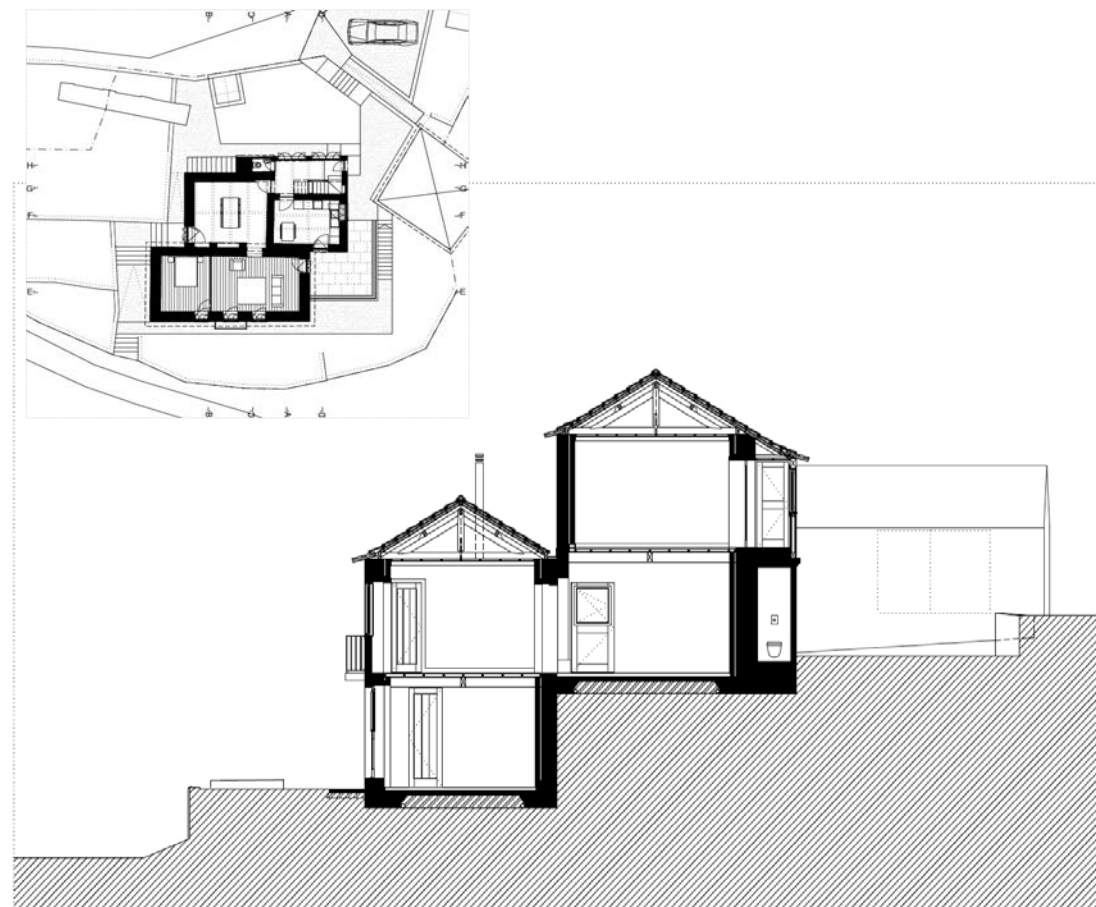


Ilustração 141 - Planta de implantação com indicação dos cortes e Corte transversal C. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p.3 e p. 12)



Ilustração 142 - Corte longitudinal E. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 14)



Ilustração 143 - Corte longitudinal G. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 16)

Uma vez que estamos a estudar reabilitação, neste caso em contexto rural, é inevitável não falar em detalhes e pormenores construtivos que realçam o nosso olhar para o que é mais importante: perceber como é feita a arte do “bem fazer” tradicional adaptada aos dias de hoje, complementada com a organização do espaço que há tanto fazia sentido, para que posteriormente haja uniformidade e harmonia entre a pré-existência e a intervenção.

O estado de conservação do local não permitiu a reutilização de elementos ligeiros como pavimentos, esquadrias interiores e exteriores ou revestimento de tecto, sendo o ponto de partida para a intervenção o aproveitamento das alvenarias de pedra, vigamentos em madeira e estrutura da cobertura. (Tavares, 2013, p. 1)

Na intervenção, procurou-se definir uma hierarquia na qualificação dos espaços através de “sistemas de pormenorização distintos” (Tavares, 2013, p. 1). O primeiro sistema é caracterizado pelo encontro entre os materiais nos compartimentos térreos, utilizando vigeamento aparente nos tectos, o reboco mineral à base de cal nas paredes e betonilha aditivada com óxido de ferro “queimada” à colher nos pavimentos, como podemos ver nas próximas ilustrações 144 e 145.



Ilustração 144 - Vistas dos compartimentos térreos, unidade autónoma do piso -1. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 145 - Vistas dos compartimentos térreos, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 0. (Ilustração Nossa, 2017)

O segundo sistema é aplicado em compartimentos sobre pisos em madeira e é aplicado em remates em madeira como é o caso dos rodapés e guarnições. Os revestimentos de tecto são em madeira do tipo “Saia e Camisa”.

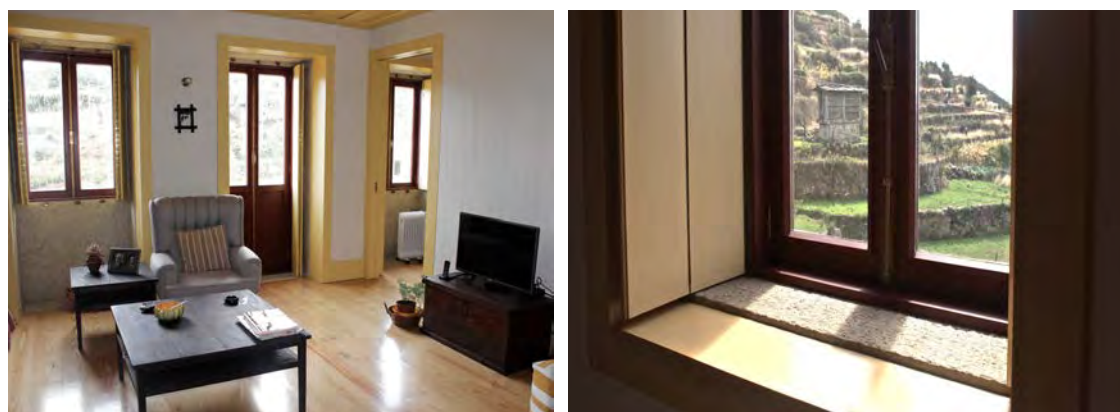


Ilustração 146 - Vista dos compartimentos sobre piso em madeira e guarnição da janela do quarto, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 0. (Ilustração Nossa, 2017)

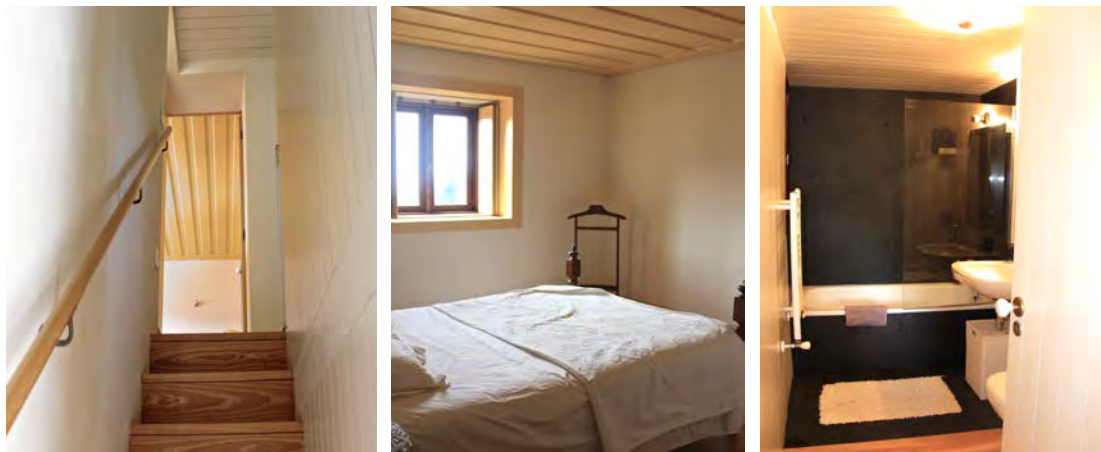


Ilustração 147 - Vista das escadas e dos compartimentos sobre piso de madeira, unidade autónoma dos pisos 0 e 1 - piso 1. (Ilustração Nossa, 2017)

A arquitectura popular portuguesa é a base da hierarquia na qualificação dos espaços através da pormenorização, não pelas dimensões dos compartimentos mais sim pelos métodos construtivos presentes no espaço visto que respeitam os métodos e materiais tradicionais.



Ilustração 148 - Alçado Norte. André Eduardo Tavares, 2012. **Ilustração 149** - Vista Norte. (Ilustração Nossa, 2017) ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 18)



Ilustração 150 - Alçado Sul. André Eduardo Tavares, 2012. **Ilustração 151** - Vista Sul. (Ilustração Nossa, 2017) ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 19)



Ilustração 152 - Alçado Nascente. André Eduardo Tavares, 2012. **Ilustração 153** - Vista Nascente. (Ilustração Nossa, 2017)
([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 20)



Ilustração 154 - Alçado Poente. André Eduardo Tavares, 2012. **Ilustração 155** - Vista Poente. (Ilustração Nossa, 2017)
([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 21)

Por fim, todo o conforto térmico é conseguido através da construção de uma parede estrutural com blocos térmicos de argila, no lado interior da alvenaria de pedra, com isolamento térmico e a respectiva caixa de ar entre os dois. Todo este sistema descarrega sobre um piso ventilado, construído com módulos pré-fabricados de polietileno coberto com betão armado.



1 - Piso térreo ventilado tipo "Fercanorte" sistema "Windil0cm" revestido a betonilha de cimento com aditivo de óxido de ferro "Bayferrox 222" "queimada" à colher. 2 - Porta em madeira de "Kambala Escura" com janela incorporada e portadas exteriores. 3 - Laje constituída por soalho em "Pinho Nacional" de 1ª, sem nós, aplicado sobre ripado secundário, preenchido com isolamento acústico em lã-de-rocha e forro inferior em pinho para pintar. 4 - Caixilharias em madeira de "Kambala Escura", com vidro duplo e portadas interiores em contraplacado marítimo. 5 - Paredes interiores de fachada em alvenaria estrutural de tijolo térmico e=14cm, com isolamento em poliestireno extrudido e=4cm + caixa-de-ar e revestida a reboco mineral à base de cal tipo "Weber rev Kal". 6 - Tecto em madeira de "Pinho Nacional" do tipo "Capa e Camisa". 7 - Cobertura em telha de Marselha assente sobre ripado em PVC + subtelha + isolamento térmico em poliestireno extrudido e=4cm, sobre guarda pó existente. 8 - Caleira em cobre.

Ilustração 156 - Corte construtivo transversal B. André Eduardo Tavares, 2012. ([Adaptado a partir de:] Tavares, 2013, p. 23)

6.2. MONTE ALENTEJANO - SÃO LOURENÇO DO BARROCAL³³

Projecto São Lourenço do Barrocal (2008-2014)

Arquitectura Eduardo Souto de Moura

Localização Reguengos de Monsaraz



Ilustração 157 - Ortofotomapa de localização. Monte Alentejano: São Lourenço do Barrocal, Reguengos de Monsaraz. (Ilustração Nossa, 2017)

Quem visita São Lourenço do Barrocal pela primeira vez, vai sentir imediatamente o carácter único deste local extraordinário. A herdade do Barrocal estende-se pelas planícies ondulantes no sopé da aldeia de Monsaraz, caiada de branco, numa vastidão matizada de sobreiros e oliveiras nodosas. (Uva³⁴, 2017, p. 5)

Localização

São Lourenço do Barrocal situa-se na herdade do Barrocal que pertence à freguesia de Reguengos de Monsaraz e ao distrito de Évora. Localiza-se no centro do Alentejo, a poucos quilómetros de Monsaraz e do Lago do Alqueva (1995-2002). A propriedade estende-se pelas planícies e ocupa uma área de 7,8 milhões de metros quadrados, em que 600 000 e 150 000 metros quadrados estão destinados a olivais e vinhas, respectivamente. A sua posição geográfica permite avistar na linha do horizonte o Lago do Alqueva e obter uma vista extraordinária para Monsaraz.

³³ o nome deriva da existência dos grandes afloramentos locais. São designados por barrocais e tratam-se de pedregulhos de granito que emergem naturalmente no solo, marcando a paisagem. Eram bastante utilizados nas épocas do Neolítico e Romana.

³⁴ **José António Uva** pertence à oitava geração da família proprietária da herdade e é administrador do São Lourenço do Barrocal. Completou a sua formação em Oxford, Madrid e Paris e começou a sua carreira na área financeira em Londres, antes de se estabelecer em Lisboa com uma agência de publicidade.

Lugar

A herdade, construída na segunda metade do século XIX, foi uma das mais prósperas do Alentejo até à nacionalização pós 25 de Abril. Ao longo de dois séculos o conjunto arquitectónico funcionou como um monte ou pequena aldeia agrícola auto-suficiente e dinâmica, “cuja produção de cereais, legumes, vinho e criação de gado garantiam o sustento das 50 famílias que aí residiam o ano inteiro” (Uva, 2017, p. 21). O monte possuía capela própria, padaria, praça de touros, vinhas, campos de cereais, casas, oficinas, cavalariças, carpintaria e escola.



Ilustração 158 - Uma visita ao Monte do Barrocal, Diário de Notícias, 1927. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 22)



Ilustração 159 - Benção dos animais, Barrocal, 1960. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 21)



Ilustração 160 - Nossa Senhora de Fátima, Barrocal, 1960. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 21)

Após a revolução de 25 de Abril de 1974 o Monte foi nacionalizado, como grande parte das terras em território nacional. E por consequência, assiste-se ao declínio da população e ao desmoronamento da herdade, acabando por ficar inactiva. O monte encontrava-se parado no tempo e os edifícios existentes completamente esquecidos.

Hoje, em pleno século XXI, a oitava geração decidiu repensá-lo com o intuito de homenagear o fundador devolvendo ao monte a função original, a produção agrícola, complementada com um Hotel Rural, proporcionando, assim, a hospitalidade de uma nova comunidade para as gerações presentes e futuras.



Ilustração 161 - Conversa entre o arquitecto Eduardo Souto Moura e José António Uva. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017)

José António Uva, administrador e membro da família proprietária, foi o elemento que mais se envolveu no rejuvenescimento do monte. Isto porque, embora vivesse em Lisboa, os verões da sua infância eram passados na herdade onde lhe eram transmitidos saberes e contos dos seus antepassados. José Uva tinha como base do seu interesse “perceber como se poderia recriar uma comunidade que, nos dias de hoje, desse continuidade a uma forma de vida no campo que respeite e valorize o território e a sua história.” (Uva, 2017, p. 79)

São Lourenço do Barrocal é fruto de um percurso extenso de trabalho. José Uva começou por juntar uma equipa de arquitectos, arquitectos paisagísticos e arqueólogos para o ajudar a definir uma estratégia com a sensibilidade certa. A ferramenta essencial na recolha de informação foi um artigo num jornal nacional - ilustração 158. Tratava-se de uma entrevista a um antepassado da família que explicava detalhadamente a vida na herdade, um verdadeiro relato de uma aldeia moderna produtiva e autónoma.

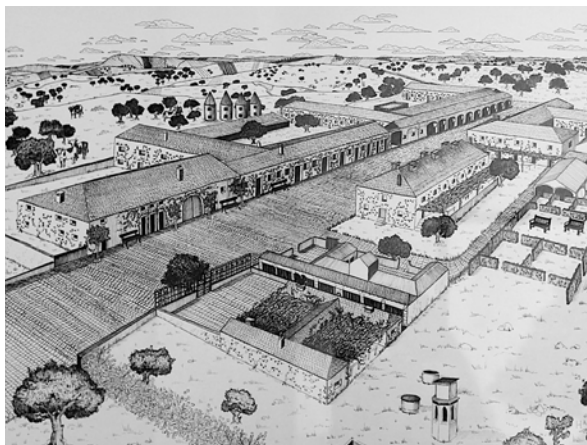


Ilustração 162 - Mapa ilustrativo do Monte do Barrocal, Henriette Arcelin. (Ilustração Nossa, 2017)

A entrada da propriedade é feita pelo acesso Norte que nos conduz até ao conjunto arquitectónico denominado por Monte Alentejano, situado no coração da herdade. O monte era composto por vários edifícios agrícolas onde presentemente constam o hotel, o spa, as residências e a adega.

No vídeo referente ao monte, no site oficial do São Lourenço do Barrocal (<https://barrocal.pt/pt/>), o arquitecto Eduardo Souto Moura denomina o monte de universo. Refere-se ao monte como uma aldeia onde há uma hierarquia, uma rua e uma praça. Afirma também não ser normal encontrar o existente em tão bom estado.



Ilustração 163 - Edifícios agrícolas antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017)



Ilustração 164 - Edifícios agrícolas, adaptados aos novos usos, após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 165 - Antigo lagar antes da intervenção. ([Adaptado a partir de:] Lourenço, 2017)



Ilustração 166 - Nova sala de eventos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017)

Segundo as palavras do arquitecto (Moura apud Lourenço, 2017), para que a intervenção case com o pré-existente é necessário encontrar as tipologias anteriores e respectivas funcionalidades para podermos entendê-las e interpretá-las, procurar os materiais adequados e não fazer exactamente como era. Procurar formas, materiais e tipologias adequadas a uma determinada maneira de viver.

Trata-se de um programa muito absorvente e interessante. Nesta transformação de usos, com uma subtil intervenção, é interessante saber como é que a arquitectura responde e se adapta ao pré-existente. Para o arquitecto Eduardo Souto de Moura foi um grande desafio³⁵.

³⁵ “Foram necessários 10 estudos prévios até chegarem ao equilíbrio.” (Uva apud Lourenço, 2017)



Ilustração 167 - Vista aérea do São Lourenço do Barrocal antes e depois da intervenção, em diferentes perspectivas. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017; Lourenço, 2017)

O papel da arquitectura na adaptação da arquitectura popular portuguesa, nesta situação, de um Monte Alentejano, a novos usos, neste caso um Hotel Rural, foi essencial. Embora a intervenção tenha sido bastante preservadora e silenciosa, a arquitectura está presente em todo o lado, seja o edifício em questão um restaurante ou um edifício de áreas técnicas. O cuidado foi íntegro e tudo foi pensado ao pormenor.

A intervenção passou por recuperar e ampliar os edifícios existentes, respeitando a estrutura inicial de modo a estabelecer a mesma identidade arquitectónica característica do conjunto pré-existente, mas ao mesmo tempo modernizá-la e torná-la relevante aos dias de hoje, como mostram as seguintes ilustrações.



Ilustração 168 - Obra: Futura adega, pátio e futuros quartos. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017)



Ilustração 169 - Nova adega, pátio e novos quartos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 170 - Obra: pórticos que suportam a cobertura da galeria com acesso aos futuros quartos. ([Adaptado a partir de:] Co, 2017)



Ilustração 171 - Galeria com acesso aos quartos após intervenção. (Ilustração Nossa, 2017)



A construção primitiva assentava em materiais locais, produzidos no Barrocal: as madeiras provinham dos eucaliptais da herdade, o barro para as telhas, ladrilho e tijolos era cozido no forno da herdade e a calçada, assim como os pavimentos em pedra de granito, provinham dos afloramentos e terrenos da propriedade.

Os materiais utilizados na reabilitação do hotel, spa, residências e adega foram preservados, muitos deles restaurados. Segundo os dados fornecidos por São Lourenço do Barrocal (Lourenço, 2017), 7 edifícios estruturantes foram recuperados cuidadosamente e adaptados a novos usos, foram recuperadas 250 000 telhas e 70 000 tijolos dos edifícios existentes na propriedade, a estrada do monte foi reabilitada com as pedras já existentes e a produção dos restantes tijolos foi meramente artesanal. Optou-se pelos materiais e produção local.



Ilustração 172 - Restauro e fabrico artesanal local do material. ((Adaptado a partir de:] Co, 2017)

Ilustração 173 - Aplicação dos materiais restaurados e fabricados. (Ilustração Nossa, 2017)

Hoje, o antigo monte agrícola foi transformado num Hotel Rural de 5 estrelas, cujo programa está complementado com piscina, spa, restaurante, loja, horta biológica, passeios a cavalo e piqueniques à beira dos lagos.

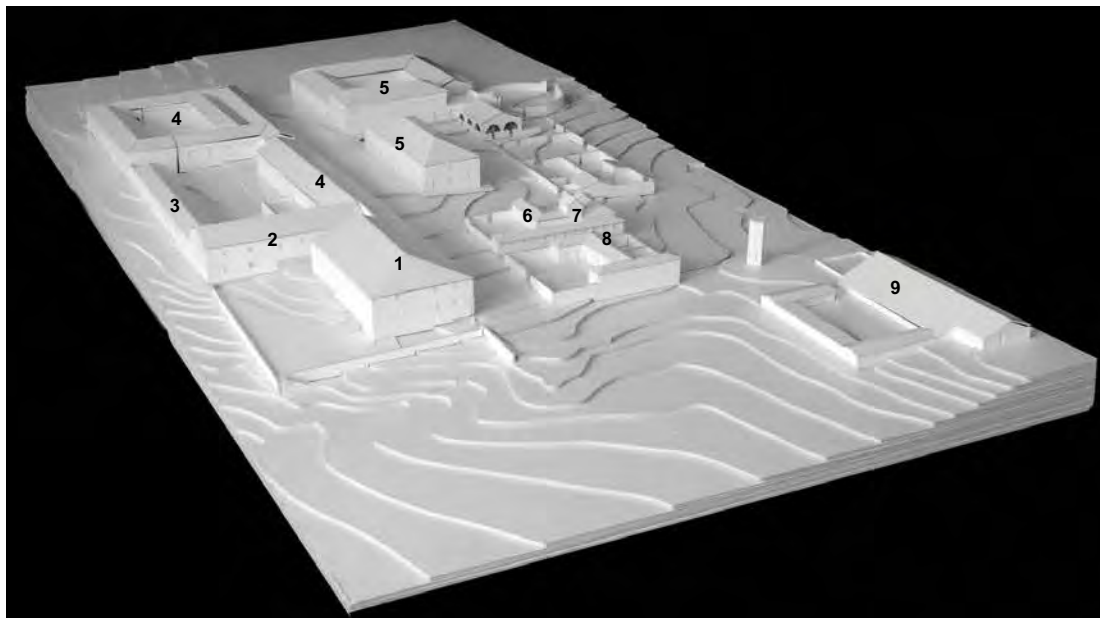


Ilustração 174 - Maqueta São Lourenço do Barrocal, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Uva, 2017, p. 42)³⁶



Ilustração 175 - Planta de implantação, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)

³⁶ 1. Recepção + Serviços administrativos + Bar + Sala de eventos; 2. Spa; 3. Adega; 4. Quartos; 5. Casas; 6. Sala dos brinquedos; 7. Loja; 8. Restaurante; 9. Cavalariças.

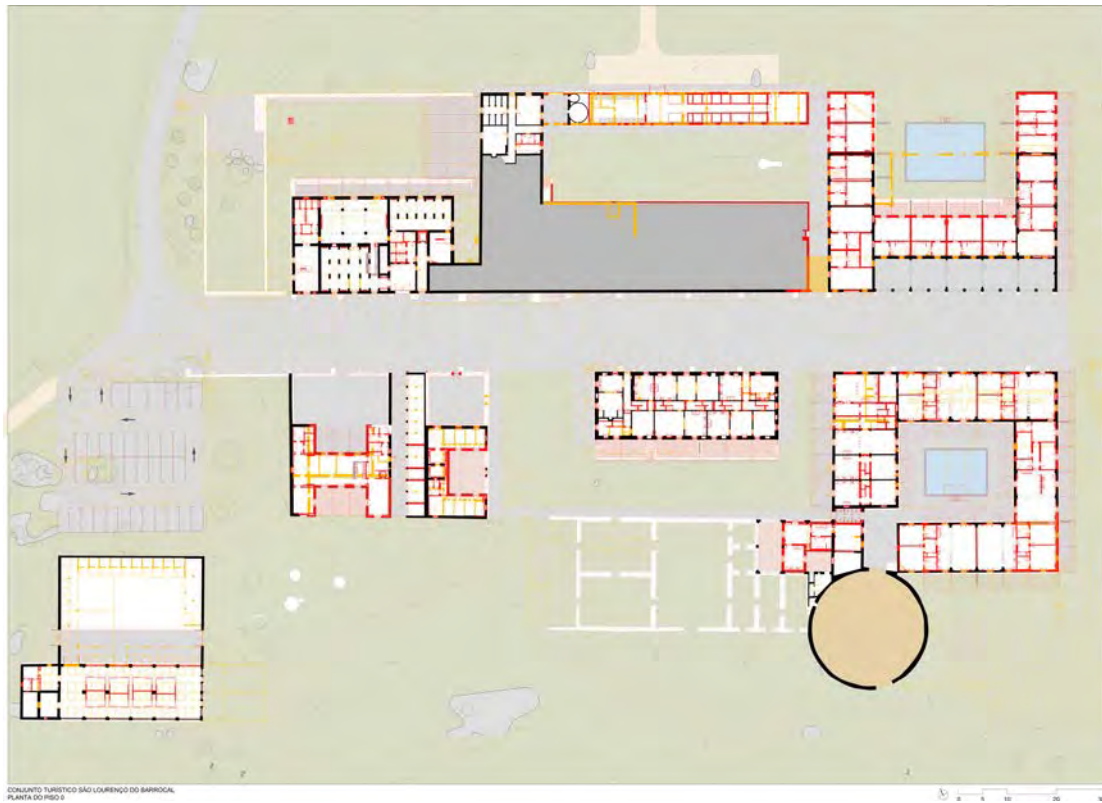


Ilustração 176 - Planta de vermelhos/amarelos piso 0, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 177 - Planta de vermelhos/amarelos piso 1, Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)

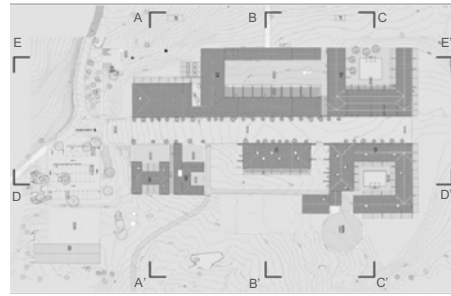


Ilustração 178 - Planta de implantação com indicação dos cortes. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 179 - Corte transversal AA'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)

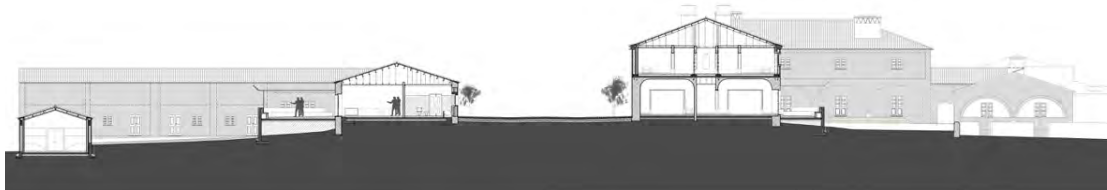


Ilustração 180 - Corte transversal BB'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 181 - Corte transversal CC'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 182 - Corte longitudinal DD'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 183 - Corte longitudinal EE'. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 184 - Planta de implantação: localização dos alçados. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 185 - Alçado Nascente. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 186 - Alçado Poente. Eduardo Souto Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 187 - Alçado Norte. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 188 - Alçado Sul. Eduardo Souto de Moura, 2014. ([Adaptado a partir de:] Moura, 2017)



Ilustração 189 - Vista do monte. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 190 - Rua do Monte com os quartos à esquerda e as casas à direita. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 191 - Esplanada do restaurante com vista para o jardim e cavalariças. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 192 - Piscina. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 193 - Galeria exterior de acesso aos serviços administrativos. (Ilustração Nossa, 2017)

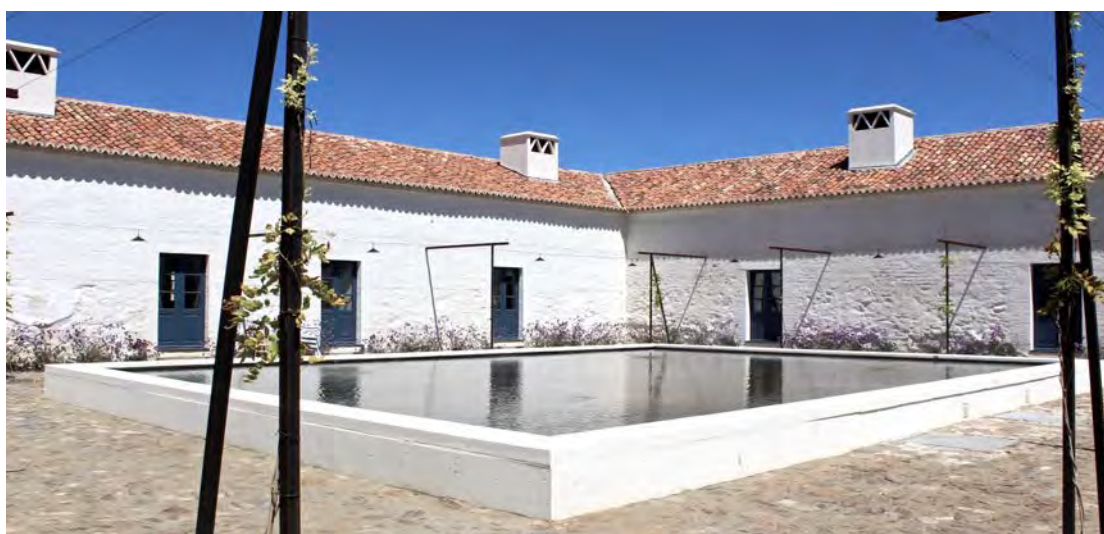


Ilustração 194 - Espelho de água das casas a sul. (Ilustração Nossa, 2017)

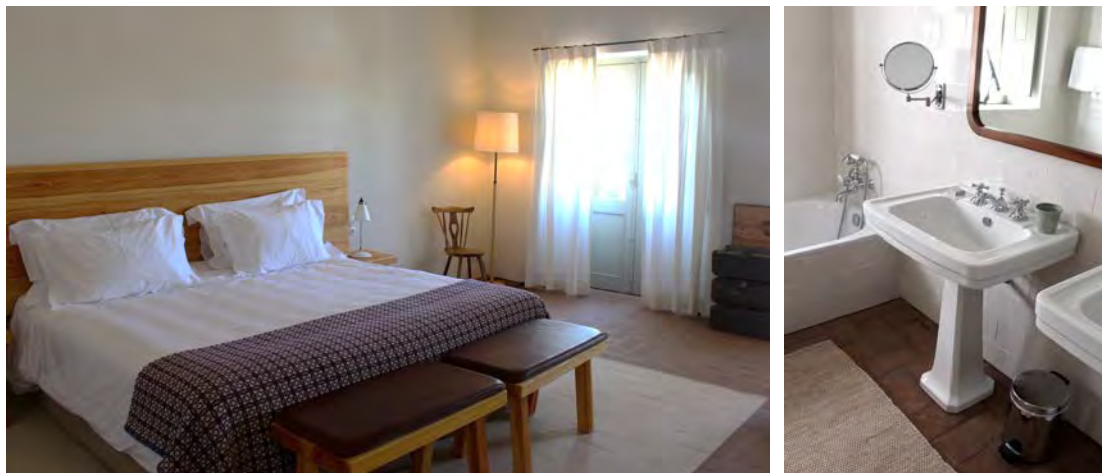


Ilustração 195 - Interior de um quarto e respectiva instalação sanitária. (Ilustração Nossa, 2017)

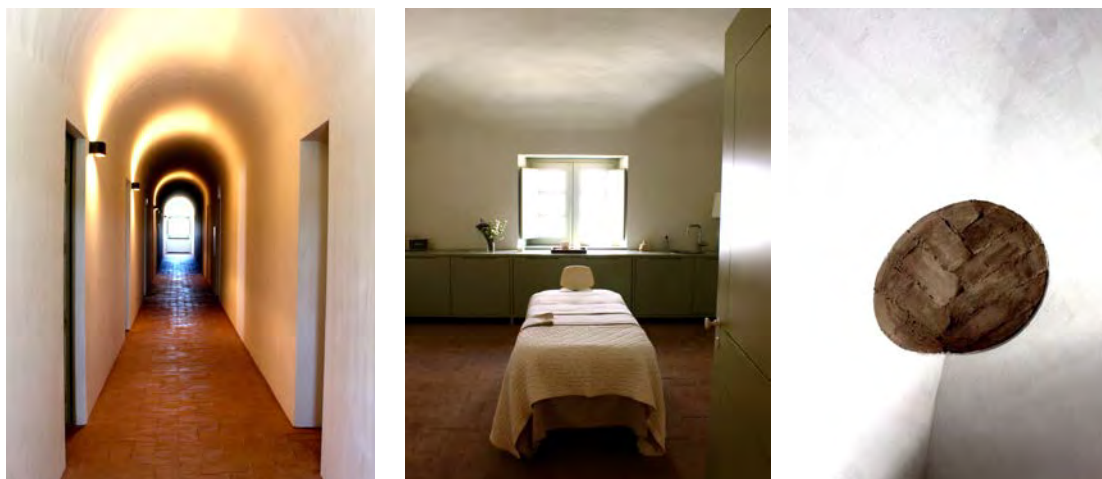


Ilustração 196 - Spa: galeria de acesso aos gabinetes, ginásio e balneários; gabinete de tratamentos e pormenor de construção da abóbada em tijolo burro ou maciço. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 197 - Entrada da sala de estar + **Ilustração 198** - Cavalariças. (Ilustração Nossa, 2017)
bar. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 199 - Cavalariças: boxs. (Ilustração Nossa, 2017)



Ilustração 200 - Adega: reservatório de vinhos. (Ilustração Nossa, 2017)

Turismo . Agricultura . Sustentabilidade

O São Lourenço do Barrocal tem na sua estratégia subjacente o compromisso duradouro com a paisagem local, a flora e a fauna, com a comunidade local, a sua história e a ligação à terra e com a economia local e as pequenas empresas, promovendo um tipo de turismo que respeita e experiêcia a oferta autêntica da região. (Lourenço, 2017)

Podemos relacionar directamente o objectivo do presente caso de estudo com os pontos estudados no capítulo anterior “3.3. Panorama e arquitectura rural actual”, uma vez que o turismo, a agricultura e a sustentabilidade são três factores importantes que promovem o desenvolvimento rural e geram novas oportunidades.

Usamos estacionário cuidadosamente seleccionado, bem como outros materiais que dão resposta aos critérios mencionados. Cumprimos princípios de redução, garantindo a minimização do impacto no ecossistema, e planos de consumo de energia e de gestão de resíduos por forma a diminuir a poluição através da reciclagem. Utilizamos, sempre que possível, materiais locais e duradouros nos quartos e em todas as outras instalações. O próprio conceito farm to table do restaurante é uma expressão tangível deste compromisso – aos nossos clientes servimos apenas ingredientes da melhor qualidade, com origem em produtores locais e na produção biológica da própria herdade. (Lourenço, 2017)

Contudo, a reabilitação realizada e o funcionamento do estabelecimento focam-se na tradição, na preservação e protecção do património, assim como no funcionamento saudável e sustentável para o bem do meio ambiente e da economia local. Foram instalados 24 painéis solares e abertos 4 furos para captação de água subterrânea. A abertura das instalações gerou 57 postos de trabalho, sendo 46 correspondentes a colaboradores residentes na região, gerou e, presentemente, gera trabalho na produção de materiais e saberes locais, como é o caso dos têxteis, do vinho e da cozinha regional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação fala-nos de reabilitação em contexto rural, um tema cada vez mais falado e abordado em Portugal, onde emergem valores com ideias e mensagens válidas: o reconhecimento e classificação do património e a propaganda do turismo através do *slogan* “Vá para fora cá dentro”.

Existem inúmeras intervenções contemporâneas por Portugal fora, mas infelizmente muitas delas são realizadas por quem não tem a mínima formação específica ou especializada e o resultado não é o mais feliz. O resultado está à vista e resume-se na descaracterização do lugar através de materiais que nada dizem respeito à região e as técnicas construtivas são completamente díspares às originais. Daí o nosso interesse passar por perceber como é que a reabilitação, sendo ela um elemento regenerador do desenvolvimento no meio rural desertificado e abandonado, tem a capacidade de originar novos mecanismos no meio rural? E qual o melhor, e mais adequado, processo para reabilitar uma construção de carácter popular?

O objecto de estudo procurou olhar para o passado com esperança sobre o presente e o futuro. Actualmente, a arquitectura e a formação académica correm o risco de incidir única e exclusivamente no presente e no futuro, deixando para trás o passado e as pré-existências. Com elas podemos aprender grandes lições e criar bons alicerces para futuros projectos e o presente estudo tem como função comprovar isso mesmo: ainda vale a pena investir no passado para se construir o futuro.

O trabalho analisa os vários tipos de edificado de construção tradicional, ao longo do território continental português, através de um levantamento escrito e fotográfico. Em grande parte, é possível analisar múltiplas alterações nos edifícios apresentados, de acordo com a comparação entre exemplos de plantas referentes à APP e às fotografias captadas pelo autor. Mas, de facto, é necessário perceber que se tratam de edifícios construídos e acrescentados em épocas diferentes, numa altura em que estes eram construídos por não-arquitectos, sem projecto, e de modo tradicional e local.

A arquitectura popular é feita de práticas e conhecimentos tradicionais passados de avós para pais e de pais para filhos. A sua reabilitação necessita de trabalho especializado com mestres conhecedores do saber tradicional e do emprego de materiais tradicionais e locais, para que mais tarde se possa devolver a verdadeira essência ao lugar. O espírito do lugar é uma das particularidades dos meios e construções ancestrais: assumem características muito específicas e genuínas.

O impacto visual dos materiais com a paisagem é fortíssimo e submete-nos subtilmente ao tempo passado.

Nesta análise são abordadas obras concretas com um grande nível de clareza no que diz respeito à reabilitação da arquitectura popular portuguesa. Todos os arquitectos mencionados no trabalho tiveram a nobreza de se preocuparem com as estruturas e com os materiais originais. O nível de sensibilidade por parte destes é imenso: como por exemplo, na obra do Monte do Barrocal, o arquitecto Eduardo Souto de Moura preocupou-se em restaurar todas as telhas e tijolos burros presentes nos edifícios existentes e na obra Casa de Campo, o arquitecto André Eduardo Tavares preocupou-se em manter as estruturas pré-existentes e aplicou materiais e técnicas de construção tradicionais e locais.

A natureza dos materiais permite-nos utilizar técnicas e materiais contemporâneos, tal como o ferro e o betão. A adaptação e composição de agregados pode adquirir semelhanças às ancestrais, quando usadas em simultâneo e conscientemente. Todas estas similaridades oferecem à arquitectura contemporânea qualidade nas intervenções em construções de arquitectura popular portuguesa.

Contudo, concluímos que a reabilitação traz inúmeros benefícios ao nosso país e ao respectivo edificado. Neste caso, em contexto rural, ajuda no desenvolvimento da ruralidade adormecida e na promoção das aldeias presentemente intervencionadas, antes abandonadas e desvalorizadas. A reabilitação cria, ainda, novos postos de trabalho e alimenta a economia e as tradições locais, quer a nível material e imaterial. O património vai-se renovando com o passar dos tempos e a futuras intervenções passam a fazer diferença, qualificando-se como elementos construtivos de alta qualidade a partir de recursos naturais com vista à optimização das condições de conforto e necessidades do seu utilizador.

REFERÊNCIAS

ALDEIAS DE PORTUGAL (2013) - Bem-vindo às Aldeias de Portugal: venha conhecer o melhor do genuíno mundo rural! [Em linha]. Ponte de Lima : Aldeias de Portugal. [Consult. 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.aldeiasportugal.pt>>.

ALDEIAS DE PORTUGAL (2013) - Felgueira. In Bem-vindo às Aldeias de Portugal: Venha conhecer o melhor do genuíno mundo rural! [Em linha]. Ponte de Lima : Aldeias de Portugal. [Consult. 7 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/56/#.WbKzJ8ZOqCQ>>.

AMARAL, Francisco; LOBO, José; MALATO, João (1988) - Zona 3: Beiras. In NORBERTO, José, ed. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 2. p. 1–119.

APPLETON, João (2011) - A Sustentabilidade nos Projectos de Reabilitação de Edifícios. Lisboa : Encontro Nacional de Engenharia Civil.

ARROTEIA, Jorge (1995) - Introdução. In MOUTINHO, Mário - A Arquitectura Popular Portuguesa. 3.^a ed. Lisboa : Editorial Estampa. ISBN 972-33-1054-6. p. 9–34.

BETÃO E TAIPA (2009) - Adobe. [Em linha]. Serpa : Betão e Taipa. [Consult. 10 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.betaoetaipa.pt/servicos_detail.php?servico=adobe>.

BETÃO E TAIPA (2009) - Habitação em Beja. [Em linha]. Betão e Taipa. [Consult. 12 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.betaoetaipa.pt/obras_detail.php?obra=habitacao_em_beja>.

BETÃO E TAIPA (2009) - Herdade do Rocim - Adega em Cuba. [Em linha]. Betão e Taipa. [Consult. 12 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://www.betaoetaipa.pt/obras_detail.php?obra=herdade_do_rocim >.

BETÃO E TAIPA (2009) - Taipa. [Em linha]. Serpa : Betão e Taipa. [Consult. 1 mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.betaoetaipa.pt/servicos_detail.php?servico=taipa>.

BRAZINHA, Joaquim (2011) - Retorno à origem: Leon Battista Alberti. In Revista Arquitectura Lusíada. Lisboa : Universidade Lusíada, V. 3. p. 31–40.

CASELLA, Gabriella (2010) - O tempo como critério indispensável na utilização dos saberes tradicionais. In As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEF. ISBN 978-989-638-052-6. p. 32–37.

Co, Francesco (2017) - Eduardo Souto de Moura: Recupero, restauro, ricostruzione. In Casabella. [Em linha]. Milão: v.870 (2017).

CORREIA, Mariana (2010) - Arquitectura de terra em Portugal: Abordagem às técnicas construtivas. In VIEIRA, Miguel Pais - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEF. ISBN 978-989-638-052-6. p. 60–71.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (1994) - Espigueiros Portugueses. Lisboa : Dom Quixote. ISBN 972-20-1138-3.

DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2017) - O Interesse pelo Turismo no Espaço Rural. [Em linha]. Lisboa : DGADR. [Consult. 12 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dgadr.pt/diversificacao/turismo-rural/o-interesse-pelo-turismo-no-espaco-rural>.

DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2017) - Condições Determinantes de Sucesso. [Em linha]. Lisboa : DGADR. [Consult. 12 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural/condicoes-determinantes-de-sucesso>.

DOMINGUES, Álvaro (2011) - Vida no Campo. Porto : Dafne Editora. ISBN 978-989-8217-19-8.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (2014) - 50 anos de emigração portuguesa para a Alemanha: do acordo de recrutamento de 1964 até aos dias de hoje. [Em linha]. Porto : FLUP. [Consult. 15 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ficha_tecnica?p_amo_id=55&p_nr=25582>.

FAUSTINO, Ana (2017) - São Lourenço do Barrocal. Londres : Christopher Stocks. Documento cedido pelo Hotel São Lourenço do Barrocal.

FERNANDES, Vânia; RODRIGUES, Susana; SIMÕES, Joana (2016) - PAR: Casa Modesta. [Em linha]. Lisboa. (2017). [Consult. 15 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.parplataformadearquitectura.pt/c-a-s-a--c-h-atilde-reg.html>>.

FERRÃO, João (2000) - Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, Problemas e Práticas. [Em linha]. Lisboa. v.33 (2000). [Consult. 23 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a02.pdf>>.

FERREIRA, Armando (2010) - O Portugal de Orlando Ribeiro! [Em linha]. Albergaria - a - Velha : Armando Ferreira. [Consult. 10 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://raizes.blogs.sapo.pt/8237.html>>.

FERREIRA, Lurdes (2009) - O adobe de Trás-os-Montes baralhou os manuais. [Em linha]. Maia : David Dinis. [Consult. 17 jul. 2017]. Disponível em WWW:<<https://www.publico.pt/temas/jornal/o-adobe-de-trasosmontes-baralhou-os-manuais-18013538>>.

FILGUEIRAS, Octávio; ARAÚJO, Arnaldo; DIAS, Carlos (1988) - Zona 2: Trás-os-Montes e Alto Douro. In NORBERTO, José, ed. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 1. p. 121-123.

GEORGE, Frederico; GOMES, António; ANTUNES, Alfredo (1988) - Zona 5: Alentejo. In NORBERTO, José, ed. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 3. p. 1-119.

GIGANTE, José (2017) - [Reconversão de moinho: ficha técnica, peças desenhadas e fotografias da obra e maquete]. [S.l. : s.n.]. Documentos cedidos pelo mesmo.

GOMES, João; LOPES, Nuno; SILVA, Vítor (2008) - José Gigante: habitar. Lisboa : Caleidoscópio. ISBN 978-989-8010-53-7

GOODALE, Kate (2017) - CIAM 6: Cities re-imagined. [Em linha]. Bridgwater : Kate Goodale. [Consult. 23 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://bridgwaterartscentre.co.uk/about-us/ciam-project/>>.

GRAVE, Francisco (2013) - Portugal e o plano Marshall. [Em linha]. [S.l.] : Francisco Grave. [Consult. 13 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://citizengrave.blogspot.pt/2013/02/>>.

LINO, Raul (1992) - Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples. 1.^a ed. Lisboa : Cotovia. ISBN 972-8028-14-8.

LOURENÇO, Susana (2017) - São Lourenço do Barrocal. [Em linha]. Reguengos de Monsaraz : São Lourenço do Barrocal. [Consult. 5 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://barrocal.pt/pt/>.

MANOEL, Bernardo (2015) - Raul Lino, o arquitecto contemporâneo. [Em linha]. Lisboa : Miguel Pinheiro. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://observador.pt/opiniao/raul-lino-o-arquitecto-contemporaneo/>.

MARTINS, Artur; CASTRO, Celestino; TORRES, Fernando (1988) - Zona 6: Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. In NORBERTO, José, ed. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.^a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 3. p. 121–239.

MENEZES, Marlucci (2015) - Histórias da Cal: o que contam os caleiros acerca da produção de cal artesanal. [Em linha]. Lisboa : LNEC. [Consult. 25 fev. 2017]. Disponível em
WWW:<URL:http://www.lnec.pt/fotos/editor2/cursos/apresent_mmenezes_set_2015-divulgar.pdf>.

MESTRE, Victor (1994) - Arquitecturas de Tradição: Revivalismo erudito ou o direito de morrer de pé... com dignidade. In Jornal dos Arquitectos. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. N. ° 132. p. 40-41.

MOURA, Luísa (2017) - [São Lourenço do Barrocal : ficha técnica, memória descritiva e peças desenhadas]. [S.l. : s.n.]. Documentos cedidos por Souto Moura Arquitectos, SA.

MOUTINHO, Mário (1995) - A Arquitectura Popular Portuguesa. 3.^a ed. Lisboa : Editorial Estampa. ISBN 972-33-1054-6.

NEVES, Rodrigo Ollero (2010) - E depois do inquérito à arquitectura regional portuguesa? Carta a Raul Lino. In Universidade Lusíada - Revista Arquitectura Lusíada. V.1 (2010). p.39-52.

NORBERTO, José (1988b) - Prefácio da 2.^a Edição. In NORBERTO, José, coord. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.^a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 1.

NORBERTO, José (1988a) - Introdução. In NORBERTO, José, coord. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.^a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 1. p. 1–7.

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) - Arquitectura Tradicional Portuguesa. 5.^a ed. Lisboa : Dom Quixote. ISBN 978-972-20-2397-9. p.13.

OLIVEIRA, Inês (2011) - A fotografia no inquérito da arquitectura popular em Portugal. [em linha]. Coimbra : FCTUC. Dissertação. [Consult. 2 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/16666/1/A%20FOTOGRAFIA%20NO%20IAPP%20-%20%20In%C3%AAs%20Oliveira.pdf>>.

OLIVEIRA, Maria (2017) - O Estado Novo na segunda metade do século XX (economia). [Em linha]. Lisboa : Maria Oliveira. [Consult. 2 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://histdocs.blogspot.pt>>.

ORDEM DOS ARQUITECTOS (2011) - 50 anos da «Arquitectura Popular em Portugal»: OA ganha bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian. [Em linha]. Lisboa : Ordem dos Arquitectos. [Consult. 2 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquitectos.pt/index.htm?no=2020492816>>.

PEDRO QUINTELA STUDIO (2017) - Casa do Andam. [em linha]. Lisboa : Homify. [Consult. 20 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.homify.pt/projetos/404880/casa-do-andam>>.

PEREIRA, Nuno (2008) - Intervenção do Grupo ODAM no Congresso em 1948. [Em linha]. Porto : OASRN. [Consult. 20 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.oasrn.org/cultura.php?id=87>>.

PEREIRA, Nuno; FREITAS, António; SILVA DIAS, Francisco (1988) - Zona 4: Extremadura, Ribatejo e Beira Litoral. In NORBERTO, José, ed. - Arquitectura Popular em Portugal. 3.^a ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses. V. 2. p. 121–235.

PIRES, Ana (2010) - À procura do território. In VIEIRA, Miguel Pais - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEFP. ISBN 978-989-638-052-6. p. 14–23.

PORTUGAL. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2017) - O Interesse pelo Turismo no Espaço Rural. [Em linha]. Lisboa : DGADR. [Consult. 12 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.dgadr.pt/diversificacao/turismo-rural/o-interesse-pelo-turismo-no-espaco-rural>>.

RADICH, Maria (2014) - As fotografias de Artur Pastor, no seu tempo. In VIEGAS, Inês; GOMES, Marta - Artur Pastor. Lisboa : Ana Saraiva. Catálogo da exposição Artur Pastor. Arquivo Municipal de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa. [Em linha]. (19 de Agosto de 2014). [Consult. 4 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/produtos/catalogoarturpastor_76694821053eb38131caac.pdf >.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (1955) - Decreto-lei n.º 40349. Diário do Governo I [em linha]. 227 (1955-10-19) 903-904. [Consult. 20 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/245356/details/normal?q=1955-10-19>>.

RIBEIRO, Orlando (1945) - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico. Coimbra : Coimbra Editora. Cópia Pública BNP. [Consult. 15 jan. 2017] Disponível em WWW:<URL: <https://purl.pt/421> >.

SARAIVA, Ana (2014) - A vida de "Franco Atirador": Artur Pastor, seis décadas de fotografia. Contributo para uma biografia. In VIEGAS, Inês; GOMES, Marta - Artur Pastor. Lisboa : Ana Saraiva. Catálogo da exposição Artur Pastor. Arquivo Municipal de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa. [Em linha]. (19 de Agosto de 2014). [Consult. 4 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/produtos/catalogoarturpastor_76694821053eb38131caac.pdf >.

SILVA DIAS, Francisco (2010) - O «saber fazer» na construção, ontem e hoje. In VIEIRA, Miguel Pais - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEFP. ISBN 978-989-638-052-6. p. 24–31.

SOUSA, Inês (2016) - Princípios da Reabilitação de Edifícios. Aplicação a casos de estudo. [Em linha]. Lisboa : ISEL. Dissertação. [Consult. 15 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/6514/1/Dissertação.pdf>>.

TAVARES, André (2013) - Prémio IHRU 2013: Recuperação de Habitação para Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo. [S.l. : s.n.]. Documento cedido pelo próprio.

TÁVORA, Fernando (2006) - Da Organização do Espaço. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações. ISBN 978-972-9483-22-6. p.58.

VAZ, Jorge (2010) - A madeira como material predominante na construção em Portugal. O caminho da vernacularidade. In VIEIRA, Miguel Pais - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEFP. ISBN 978-989-638-052-6. p. 44–59.

VELOSO, José (2016) - Quinta do Fortunato. [Em linha]. Póvoa de Varzim : José Luís Veloso. [Consult. 6 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://jveloso-arquitetura.webnode.pt/meix/>>.

VIEIRA, Miguel (2010) - As Idades da Construção: técnicas de construção tradicional e a sua aplicação à arquitetura contemporânea. Lisboa : IEFP. ISBN 978-989-638-052-6.

ZEVI, Bruno (1996) - Architectura In Nuce: Uma Definição de Arquitectura. Lisboa : Edições 70. ISBN 978-972-44-0034-1.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Isabel (2013) - Paisagem e Património. Porto : Dafne Editora. ISBN: 978-989-8217-27-1

CHOAY, Françoise (2010) - Alegoria do património. Lisboa : Edições 70. ISBN: 978-972-4412-74-0.

HIPÓLITO, Fernando (2011) - Sítio, Projecto e Arquitectura. Cascais : True Team Publishing and Design. ISBN: 978-989-8346-06-3.

NEVES, José Manuel (2014) - Portuguese Restored Houses. Lisboa : Uzina Books. ISBN: 9789898456694.

OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando (2003) - Arquitectura Tradicional Portuguesa. 5ª ed. Lisboa : Dom Quixote. ISBN 978-972-20-2397-9.

TÁVORA, Fernando (2006) - Da Organização do Espaço. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações. ISBN 978-972-9483-22-6.

TOSTÕES, Ana (2008) - Arquitectura Portuguesa Contemporânea. Lisboa : CTT Correios de Portugal. ISBN: 978-972-8968-11-3.

MESTRE, Victor (2007) - O Monte Alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: Contributos para o seu conhecimento e permanência. [Em linha]. Lisboa: Victor Mestre e Sofia Aleixo. [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL: http://www.vmsa-arquitectos.com/Public_Edia-montes_2007.pdf>.

ZEVI, Bruno (2004) - A Linguagem Moderna da Arquitectura. 3.ªed. Lisboa : Dom Quixote. ISBN: 972-20-2682-8.